

JACKSON VITAL SOUTO

**ENTRE A CONTESTAÇÃO E A SUPERAÇÃO: A produção camponesa no
assentamento rural Tiradentes em Mari.**

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicada
Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado em Administração**

João Pessoa - 2007

JACKSON VITAL SOUTO

Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari.



Dissertação apresentada em cumprimento parcial para obtenção do título de Mestre em Administração à Comissão Examinadora da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, sob a orientação da Professora Márcia da Silva Costa, Dr^a..

Orientadora: Prof^a. Márcia da Silva Costa, Dra.

João Pessoa - 2007

JACKSON VITAL SOUTO

**Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento
rural Tiradentes em Mari.**

Dissertação Aprovada em 11 / 09 / 2007.

Prof^a. Márcia da Silva Costa, Doutora.
Orientadora – UFPB.

Prof^a. Maria Auxiliadora Diniz de Sá, Doutora.
Examinadora – UFPB.

Prof. Caio Augusto Amorim Maciel, Doutor.
Examinador Externo - UFPE/ PE.

João Pessoa - 2007

“O estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raros são os que trabalham pela vítima dos processos de que são agentes. São, portanto, protagonistas da tragédia que aniquila os frágeis e que, por isso, nos fragiliza a todos, nos empobrece e nos mutila, porque preenche com a figura da vítima o lugar do cidadão. E nos priva, sobretudo, das possibilidades históricas de renovação e transformação da vida, criada justamente pela exclusão e pelos padecimentos desnecessários da imensa maioria”.

José de Souza Martins.

Nascimento) que na intransigência e na forma dura de enxergar o mundo me ensinaram o verdadeiro amor que nutrem o camponês pela/ na terra e quão é importante a resistência camponesa para o homem do campo;

Pela atenção com que me receberam em seus lotes os companheiros(as) do MST, em especial a sertaneja guerreira e líder incontestável no assentamento Tiradentes dona Francisca e seu companheiro Ricardo que me abriram as portas e me receberam relatando suas histórias de vida, de luta e de consciência política;

Aos colegas e amigos do mestrado em Administração e do curso de Geografia em especial a Thiago Araújo (geógrafo social de futuro brilhante) e a Sílvia Veloso (técnico do INCRA) este último por me fornecer dados e ser o porta-voz junto ao INCRA-PB, que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se efetivasse;

E por último à agência de financiamento CAPES, pela bolsa de mestrado concedida que possibilitou a realização do trabalho de campo e a contribuição real junto aos camponeses no assentamento Tiradentes.

Se os frutos produzidos pela terra
ainda não são.....
tão doces e polpudos quanto as pêras
da tua ilusão.....
amarra o teu **arado** a uma estrela
e os tempos darão.....
safras e safras de **sonhos**
quilos e quilos de **amor**...
se os **campos** cultivados neste mundo

são duros demais.....
e os solos assolados pela guerra
não produzem a paz.....
amarra o teu arado a uma estrela
e aí tu serás.....
o **lavrador** louco dos astros
o **camponês** solto nos céus
e quanto mais longe da **terra**
tanto mais longe de Deus.....
“Amarra o teu arado a uma estrela”

Gilberto Gil, 1988.

AGRADECIMENTOS

A oito pessoas especialmente, que acreditaram na realização do trabalho e que fizeram a diferença durante o longo percurso realizado:

Meus pais (José e Diana) pela paciência e pela solidariedade camponesa nos momentos difíceis e angustiantes;

A Jô Vital irmã jornalista querida que contribuiu com leituras e observações na fase de redação do trabalho;

A Fernanda Vital Souto (*in memorian*) que soube em vida me mostrar que o amor se constrói também nas diferenças;

A Maria Sarah Cordeiro Vidal permacultora e agrônoma pela contribuição em todas as etapas do trabalho, por compartilhar e acreditar que um outro mundo é possível contribuindo na sua transformação. A titia Ivone, aos primos Felipe (expert em computação) e Rafael Vital (*in memorian*) músico ilustre de carreira eterna e brilhante pela força e incentivos.

Aos queridos (as) orientadores(as), co-orientadores, professores e funcionários do Departamento de Administração e do curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba: em especial aos professores(as) Maria Auxiliadora Diniz de Sá, Caio Augusto Amorim Maciel pela persistência em suas observações e por me abrirem as portas na pós-graduação;

a amiga Valéria de Marcos dedicada professora que faz da Geografia uma ciência social de forma incansável e brilhante. Obrigado pela co-orientação, sobretudo em mostrar que o compromisso e a opção que o pesquisador deve fazer junto ao grupo que o permitiu a realização do trabalho são fundamentais;

a efetiva, disposta e participativa orientação da professora Márcia Silva da Costa, que em momento de difícil decisão sobre os caminhos da pesquisa durante a fase de realização das disciplinas se disponibilizou a construir coletivamente o trabalho e apreender que a realidade dos homens no campo é diversa daquela dos homens na cidade;

a Manoel Correia de Andrade (*In memorian*), espelho e mestre dos mestres que dedicou sua vida numa conduta e postura política sempre contribuindo de forma singular na construção do conhecimento a serviço de uma classe das mais esquecidas no Brasil: os camponeses;

E especialmente às mais de 40 famílias visitadas no assentamento rural por aceitarem a nossa presença em suas vidas em especial, aos camponeses marcados pela história de luta na terra Bodé (Manoel Olimpio), Zé Didi (José Manoel do

SOUTO, Jackson Vital. **Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari.** 2007. 197 f. Dissertação de Mestrado em Administração. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.

RESUMO

A Zona da Mata paraibana sempre se constituiu num espaço privilegiado para o entendimento do avanço das relações capitalistas de produção no campo e de como os camponeses reagem a esse avanço, que os expropria de sua condição camponesa. Esse mesmo espaço geográfico foi e tem sido palco de conflitos sociais, muitas vezes sangrentos, entre latifundiários e sujeitos diversos como os camponeses e os trabalhadores rurais que buscam seu pedaço de terra para garantir seu próprio sustento e condições de uma vida digna. Essa luta política tem resultado em alguns avanços relativos, como a institucionalização dos assentamentos rurais, produto da pressão política de camponeses e de trabalhadores rurais sem terra, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e outros movimentos e luta pela terra. Este trabalho estuda a constituição e as formas de organização da produção no Assentamento Rural Tiradentes, localizado no município de Mari e considerado o “assentamento modelo” do MST na Meso-região da Zona da Mata do Estado da Paraíba. Constituído em 2000, no seio da política de reforma agrária do governo federal, o Tiradentes ganha vida após processo de luta cujo ponto culminante foi o período de ocupação-acampamento. Conquistada a terra e institucionalizado o assentamento, interessou-nos conhecer as especificidades do seu sistema produtivo, as formas de organizar a produção, os canais de comercialização, as relações travadas entre os camponeses assentados e as lideranças políticas do MST local. Uma de nossas principais constatações foi que, embora o MST busque manter sua influência e conduzir o assentamento via diretrizes centralizadas e nacionais, os camponeses assentados seguem suas próprias formas de produção buscando preservar, assim, uma certa autonomia na sua condição camponesa.

Palavras-chave: luta pela terra, MST, assentamentos, sistema de produção camponês, Zona da Mata Paraibana.

ABSTRACT

The forest zone of Paraíba was always constituted in a privileged space to the advance understanding of the capitalist relations of production in the field and the way the peasant react to this advance, that expropriates them from its condition of peasant. This exactly geographic space was and has been scene of social conflicts, many bloody times, between large estate owners and a population of agricultural workers who search its land piece to guarantee its proper sustenance and conditions of a worthy life. This fight politics has resulted in some relative advances, as the institutionalization of the rural settlement, product of the politics pressure of peasant and landless agricultural workers, organized by the Movement of the Landless Agricultural Workers. This work studies the constitution and the ways of the production organization of the Tiradentes rural settlement, located in the city of Mari and considered the “settlement model” of the Movement of the Landless - MST in the middle-region of the forest zone of the State of Paraíba. Tiradentes rural settlement was constituted in 2000, into the politics of agrarian reform of the federal government, the Tiradentes gains life after long process of fight whose culminating point was the period of occupation-encampment. After conquering the land and institutionalized the settlement, it was our interest to know the specialities of its productive system, the forms of organizing the production, the canals of commercialization, the relations struck up between the seated peasants and the politics leaderships of the local Movement of the Landless - MST. One of our main finding was that, although the Movement of the Landless Agricultural Workers - MST searches to keep its influence and to lead the settlement through centered goals and national, the seated people follow its proper forms of production searching to preserve, thus, certain autonomy of its condition of being a peasant.

Word-key: fight for the land, MST, settlement, system of production peasant.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
DA JUSTIFICATIVA	23
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS DO SISTEMA	
PRODUTIVO CAMPONÊS.....	25
1.1 A Composição da Produção Agropecuária no Sistema Produtivo	25
1.2 Elementos da Resistência Histórica de uma Classe: a camponesa.....	36
CAPÍTULO 2 - QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE	41
2.1 A origem da Legislação e do Mercado de Terras no Brasil	38
2.2 O “Estado Novo” e a Renovação do Pacto Político das Oligarquias	46
2.3 O Regime Militar e a Ação da Ditadura sobre o Movimento de Luta pela Terra	51
2.4 Da Redemocratização do País à Era Fernando Henrique Cardoso (FHC).....	63
2.5 Os des(caminhos) entre a Reforma Agrária Comandada pelo Estado e a Questão agrária imputada pelos camponeses	66
CAPÍTULO 3 - CONTESTAÇÃO E SUPERAÇÃO: entre o projeto produtivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e os conflitos com a produção camponesa	76
3.1 Cooperativas - história, legislação e cooperação agropecuária no Brasil	79
3.2 Estrutura de Organização das Cooperativas de Assentados Mediadas pelo MST	92
3.2.1 MST e a Cooperação – o efeito das práticas de organização determinadas pelo mercado.....	103

CAPITULO 4 – SISTEMA PRODUTIVO CAMPONÊS NO ASSENTAMENTO TIRADENTES	113
4.1 Aspectos Metodológicos da pesquisa	114
4.2 Do longo caminho entre a Gendiroba Agropecuária Ltda e o início da história de consolidação do Assentamento Tiradentes.....	116
4.3 Elementos Estruturais do Assentamento Tiradentes	127
4.3.1 A Produção no Assentamento Tiradentes	135
4.3.2 A Importância Comercial dos Mandiocaís.....	139
4.3.3 A Divisão Familiar do Trabalho no Tiradentes	148
4.3.4 Diversidade Produtiva no interior das unidades camponesas	154
4.4 Conflito entre a Cooperativa e a Associação dos camponeses no assentamento Tiradentes	168
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	178
6 REFERÊNCIAS.....	181
APÊNDICES	188

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Estrutura Fundiária Brasileira	74
TABELA 2 - Composição do grupo familiar no Tiradentes	128
TABELA 3 - Tamanho dos lotes, área média e grau de ocupação.....	131
TABELA 4 - Produção, área colhida e rendimento médio da mandioca.....	143
TABELA 5 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos pesquisados	143
TABELA 6 - Distribuição da criação nas unidades produtivas pesquisadas	163

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA	100
FIGURA 2 - Nº de famílias produtoras e as principais lavouras cultivadas	138
FIGURA 3 - Principais lavouras segundo a área cultivada	139
FIGURA 4 - Produtividade da mandioca no Estado da Paraíba	145

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - Galpão Industrial desativado que serviu de apoio durante os despejos	125
FOTO 2 - Espaço de moradia das famílias visitadas	133
FOTO 3 - Quintal produtivo com curral no detalhe e área de reserva florestal	135
FOTO 4 - Detalhe de forno na casa de farinha	141
FOTO 5 - Família trabalhando no mandiocal	149
FOTO 6 - Carregamento de mandioca com as manivas em detalhe	151
FOTO 7 - Corte mecanizado da terra no lote principal	152
FOTO 8 - Criação de pequenos animais no lote de moradia	154
FOTO 9 - Consórcio de culturas na agricultura camponesa	157
FOTO 10 - Trabalho familiar na limpa do solo em fase inicial de plantio	159
FOTO 11 - Reprodução camponesa: pai, mãe, filhas e netos	162
FOTO 12 - Aviário para produção animal desativado	165
FOTO 13 - Transporte animal e mecanizado	167

LISTA DE SIGLAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária.
APAAT	- Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes.
ASPLAN	- Associação dos Plantadores de Cana da Paraíba.
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base.
CEASA	- Centrais de Abastecimento S/ A.
CNBB	- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento.
CONCRAB	- Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária.
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
COOPERAT	- Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Tiradentes Ltda.
CPA	- Cooperativas de Produção Agropecuária.
CPS	- Cooperativas de Prestação de Serviços.
CPT	- Comissão Pastoral da Terra.
CUT	- Central Única dos Trabalhadores.
DATALUTA	- Banco de Dados da Luta Pela Terra.
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
EMEPA	- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/ A.
FAO	- Organização das Nações Unidas para agricultura e alimentação.
FETAG	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura.
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IAA	- Instituto do Açúcar e do Alcool.
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INTERPA	- Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba.
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragem.
MASTER	- Movimento dos Agricultores Sem Terra.
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MIRAD	- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
MPA	- Movimento dos Pequenos Agricultores.
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NEAD	- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.
PC do B	- Partido Comunista do Brasil.
PDA	- Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PIN	- Plano de Integração Nacional.
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária.
PROÁLCOOL	- Programa Nacional do Alcool.
PROCERA	- Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária.
PRONAF	- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar.
PROTERRA	- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e Nordeste.
PT	- Partido dos Trabalhadores.
SCA	- Sistema Cooperativista dos Assentados
STR	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.
SUPRA	- Superintendência de Política da Reforma Agrária.
UDR	- União Democrática Ruralista.
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba.
ULTAB	- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

INTRODUÇÃO

A administração, historicamente, tem buscado equilibrar a relação capital e trabalho em função de objetivos organizacionais. Observa-se nos estudos direcionados à análise das relações de produção (técnicas e sociais) ou referentes ao trabalho uma preocupação da produção científica diretamente relacionada com questões e temáticas como Clima Organizacional, Mudança e Desenvolvimento Organizacional, Estratégias Empresariais, Remuneração por Competência e na atualidade o desenvolvimento das tecnologias da informação com o surgimento da escola da administração intitulada gestão do conhecimento. São áreas que enfocam a tarefa de solucionar os problemas enfrentados pelas pessoas nas empresas buscando ampliar a eficiência e a produtividade. É como se somente existissem e se reproduzissem nos diversos setores econômicos e nas organizações relações capitalistas de produção no seio da sociedade brasileira.

Estudos que superem os enfoques acima e que ampliem seu escopo de análise, por exemplo, para o universo das relações entre capital, trabalho e os sistemas de propriedade da terra como os diferentes modos de produção que se desenvolvem no campo brasileiro e, em especial, o desenvolvimento das formas variadas de produção na agricultura brasileira dentro do modo capitalista de produção parecem não ter a mesma relevância para os estudiosos da administração, o que colabora para o distanciamento dessa ciência das análises das variadas formas de produção desenvolvidas no campo.

De certa forma, estudos organizacionais que retratem as relações sociais de produção das unidades produtivas camponesas e a reprodução das famílias camponesas não têm espaço na produção científica dos cursos de administração, mesmo aquelas que privilegiam as Organizações Não Governamentais (ONG's) e a formação para a gestão de cooperativas agropecuárias. Os estudos de administração parecem ser determinados e ancorar suas bases muito mais na racionalidade econômica da lucratividade, centrada em elementos técnicos do mundo dos empreendimentos capitalistas.

Pensamos ser fundamental trazer à tona outros modos de produção, outras realidades e um olhar que retrate as condições sócio-econômicas e políticas de uma considerável parcela de camponeses que vivem do e no campo, construindo e reproduzindo suas vidas e sua organização familiar, buscando reproduzir relações técnicas e sociais de produção baseadas em sistemas produtivos que articulam o trabalho: individual, cooperativo e comunitário. É possível encontrar no campo regimes ou sistemas diversos de cooperação simples e de cooperação complexa que se diferenciam da “típica relação de assalariamento” predominante nas empresas capitalistas. O que parece ser peculiar é que a produção camponesa vem garantindo a manutenção das famílias camponesas na terra por conta do elemento político da resistência e da relativa autonomia aos projetos de expansão capitalista que se opõem aos seus interesses, como ocorre com os camponeses assentados no assentamento Tiradentes, objeto de estudo deste trabalho.

Assim, é possível afirmar que a teoria das organizações, fundada na escola burocrática e parte dela apoiada na sociologia das organizações, baseada puramente na racionalidade técnica e econômica que preconiza produtividade e ganhos de escala não dá conta de explicar a complexidade e as inúmeras formas de produção e de organização da produção presentes na agricultura e no campo brasileiro.

A partir de 1980 percebe-se uma valorização e uma retomada, bem como o crescimento de movimentos sociais que defendem as demandas e a problemática sócio-ambiental. Há, portanto, um segmento de organizações que cresce, mas que é pouco enfocado nos estudos de administração que é aquele das organizações e dos movimentos sociais e populares vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Comissão Pastoral da Terra – CPT e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, movimentos atrelados ao movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária, ligados à ação da igreja católica. Essas organizações se caracterizam por serem fruto de movimentos sociais que buscam incluir grupos como os trabalhadores sem terra e os camponeses posseiros, meeiros, arrendatários e moradores. Elas nascem da ausência de políticas públicas ou da inadequação de suas ações, e mesmo da opção do Estado de se retirar de algumas áreas sociais. São produtos, portanto, da capacidade de organização, de resistência

e de luta camponesa contra o processo de expropriação da terra e do trabalho imposto pela expansão do capitalismo no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST surgiu na década de oitenta (1980) como movimento de massa dentro do movimento religioso, braço da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Resultado da união e do incentivo de vários movimentos populares de luta pela terra, o MST teve inicialmente como estratégia de ação a ocupação-acampamento de terras nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo entre outros. No entendimento do movimento era necessário pressionar o Estado por políticas de reforma agrária e essas políticas tiveram como desdobramento, desde então, a criação de áreas de assentamentos de reforma agrária com o objetivo de assentar famílias camponesas (MST, 1989).

Os assentamentos rurais são, portanto, o *locus* de desenvolvimento do potencial transformador de uma realidade que exclui milhões de camponeses para uma realidade de inclusão em que camponeses assentados passam a desenvolver relações sociais e técnicas de produção específicas. Dentro deles existe um sistema de produção e de organização da produção e da comercialização fundados na reprodução da lógica camponesa, que se diferencia dos modelos de administração tradicionais (Científica, Taylorista/ Fordista, Burocrática), do trabalho assalariado.

Desenvolvendo dinâmica própria e se diferenciando das áreas de acampamentos e de ocupações construídas pelos camponeses e trabalhadores rurais sem terra e mediadas pelo MST, os assentamentos rurais deixam de ser espaços de reivindicação para assumir a posição de frações de territórios camponeses legais e oficialmente conquistados pelos assentados.

Historicamente, o MST buscou sua autonomia e procurou qualificar-se política e ideologicamente através de ações no sentido de ampliar os níveis de profissionalização de seu quadro, de introduzir técnicas e ferramentas da administração clássica em suas empresas sociais e de criar um projeto próprio dirigido à produção baseada nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). Nesse projeto, o movimento prevê, entre outras ações de mediação, a coletivização de terras, de trabalho e de instrumentos de trabalho (meios de produção) nas áreas de assentamento institucionalizadas pelo Estado.

Fabrini (2002, 2003), autor que estudou a resistência camponesa no Estado do Paraná, observa que ideologicamente, o movimento, apesar de suscitar

transformações políticas na sociedade, tem encontrado resistência dos camponeses no avanço do projeto produtivo baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária, o que tem provocado discussões e revisões constantes na política de organização da produção nas áreas de assentamentos rurais. Isso porque o MST tomou como estratégia de sustentação econômica a proposta de consolidar o desenvolvimento dos assentamentos rurais pela via da cooperação, coletivizando os meios de produção, e com base no sistema produtivo próximo àquele das indústrias, baseado na produtividade e na economia de escala. A reprodução dos assentamentos em frações territoriais na forma de agroindústrias presume a eliminação da distinção entre as atividades da agricultura e as da indústria.

Nas regiões Sul e Sudeste, onde o MST iniciou sua trajetória, a organização da produção baseada em cooperativas e na agroindústria é traço característico das áreas de assentamentos rurais mediados pelo movimento. Já no caso do Nordeste, outros elementos influenciaram o desenvolvimento produtivo nos assentamentos situados na Zona Litorânea e da Mata, como o processo histórico de colonização incentivado pelo Estado e de ocupação das terras na exploração mercadológica da monocultura da cana de açúcar, “tempero” para os conflitos políticos de luta pela terra.

A questão central é que o projeto de organização produtiva do movimento para o desenvolvimento dos assentamentos rurais contraria as especificidades da produção camponesa realizada pelos assentados, identificadas, conforme observa Shanin (1980), como parte de uma história social mais ampla e tendo no trabalho e na composição familiar assim como, na propriedade privada familiar da terra os elementos determinantes e articuladores do equilíbrio consumo-produção buscado pelos camponeses.

O Sistema Cooperativista do Assentado (SCA) proposto pelo MST prevê a superação da *simples produção de mercadoria*, cuja lógica, assentada no equilíbrio entre consumo-produção, visa atender às necessidades de reprodução da família camponesa e não às necessidades de reprodução do capital. Prevê, ainda, a dissolução dos níveis e dos processos de trabalho (individual, coletivo, comunitário) desenvolvidas no seio das famílias camponesas, seja na forma da parceria, de mutirões ou de trocas de dias de trabalho. Assim, as formas de cooperação desenvolvidas no interior das unidades produtivas que reforçam os alicerces da

agricultura camponesa (trabalho familiar, propriedade privada familiar da terra, simples produção de mercadorias, produção para o consumo familiar) parecem, de acordo com o projeto de organização produtiva proposto pelo MST, ser substituídas por um tipo de cooperação baseado na coletivização dos meios de produção, organizado para atender, prioritariamente, às demandas do mercado (cidades e indústrias). Esse projeto prevê, ainda, a atuação política de seus militantes (coordenadores, diretores, técnicos) e dos camponeses assentados, tendo o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA como elemento de formação técnica e ideológica.

No entanto, contrariamente, os camponeses procuram garantir a reprodução da família com certa autonomia preservando os elementos de organização inerentes ao seu modo de produção, recriando as condições de sua permanência enquanto classe frente ao avanço de processos homogeneizadores promovidos pelas relações capitalistas de produção na agricultura brasileira (MARTINS, 1985; SHANIN, 1980).

Essa dissertação tem como objetivo estudar a diversidade do sistema produtivo camponês e como ele é organizado no intuito de buscar preservar a relativa autonomia e a resistência camponesa. Nosso objeto de estudo foi o assentamento Tiradentes, localizado no município de Mari e considerado o “assentamento modelo” do MST na Mesorregião da Zona da Mata do Estado da Paraíba. Partimos da constatação de que a organização da produção e da comercialização no assentamento não necessariamente segue o projeto do MST, que propõe organizar a produção via coletivização dos meios de trabalho. A hipótese é aquela de que os camponeses assentados se organizam para seguirem suas próprias formas de produção.

Na medida em que o MST propõe, em princípio, superar as relações capitalistas de produção (transformação da sociedade) através de relações em que os meios e os resultados da produção (frutos do trabalho) sejam socializados, desconsiderando elementos básicos pertinentes à produção da agricultura camponesa, coube-nos, pois, indagar se os camponeses assentados do Tiradentes aceitam e implementam o projeto produtivo do MST, qual seja, o de organizar a produção em processos de trabalho familiar que assimilam o trabalho cooperado em regime de coletivização dos meios de produção. Com esse objetivo mais amplo em mente, procuramos responder algumas questões centrais: como os camponeses do

Tiradentes organizam o processo produtivo e sob que vias escoam sua produção? Como geram a renda necessária para a manutenção dos níveis de reprodução social da família?

Dentre os objetivos específicos que a pesquisa procurou responder podemos destacar a constituição e caracterização do assentamento, das relações de produção nele predominantes, o perfil das famílias assentadas e os sistemas e combinações produtivas das culturas que os camponeses produzem para garantir sua reprodução familiar.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos assim organizados: o capítulo inicial busca descrever a essência e os elementos formadores da produção camponesa (subjetivos e materiais), composto por meios próprios de produção, essencialmente a propriedade da terra, o trabalho familiar, o trabalho acessório e assalariado como formas complementares de renda, a socialização diferenciada do conhecimento e saber camponês e a simples produção de mercadorias. Resgatamos reflexões clássicas como as de Marx (1890), Engels (1981), Chayanov (1974, 1981), Andrade (1980), Martins (1981, 1982, 1994, 2004) e Oliveira (1987, 2001, 2002).

O capítulo dois resgata a questão agrária brasileira destacando o problema histórico da concentração fundiária. Nele discorremos sobre os elementos políticos centrais da formação de um mercado de terras no Brasil, centrado numa estrutura latifundiária altamente concentradora e que está na base dos conflitos de terra no país e do surgimento de movimentos sociais que lutam por reforma agrária. Esta luta histórica busca resgatar o papel da resistência camponesa à expansão capitalista no campo, cuja configuração recente se materializa no sujeito político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e de outros novos movimentos sociais.

No terceiro e no quarto capítulos nossa atenção se volta para o estudo de caso no Assentamento Tiradentes. Analisamos o processo de constituição do assentamento, as especificidades da organização produtiva, as formas de interação social entre os próprios assentados e entre estes e a representação do MST local, os conflitos inerentes aos projetos de desenvolvimento e consolidação do assentamento.

Nas considerações finais e sugestões destacamos os achados de pesquisa que nos auxiliam a confirmar nossa hipótese mais ampla de que, embora os

assentados necessitem da mediação política exercida pelo MST, eles buscam preservar sua autonomia construindo suas próprias formas de produção e socialização, resistindo, assim, aos projetos produtivos que não levam em conta sua condição de classe camponesa.

DA JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa foi fruto de acompanhamento do pesquisador junto ao grupo de camponeses, militantes, corpo de técnicos e de coordenadores locais do MST nos encontros de brigada e da regional da várzea ocorridos no final de 2005. Brigada é maneira do MST definir a organização dos grupos de famílias nos assentamentos a partir de um número determinado de famílias. Tais encontros nos instigaram a estudar o assentamento Tiradentes, entre outras razões, pelo fato de que são raros os estudos na administração que atentam para o conhecimento das formas de organização produtiva no campo que não aquelas ligadas à forma tradicional de organização capitalista representadas pelo “agrobusiness”. Uma outra razão central que nos fez optar por estudar o assentamento foi o fato de que, segundo a direção e os coordenadores estaduais e locais do MST o Tiradentes é o assentamento que serve como “modelo de organização e de estrutura” para o conjunto de assentamentos e acampamentos localizados na regional da Várzea do Estado da Paraíba. Ademais, além de nos interessarmos em entender o sistema produtivo, há elementos que precisam ser melhor compreendidos, por exemplo, a razão por que parte dos camponeses assentados, grupo majoritário no momento da pesquisa, não se assume politicamente enquanto militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e, ainda, o porquê de o projeto de organização baseado na cooperação em regime de coletivização dos meios de produção, via Cooperat (Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Tiradentes), não se consolidou. Estas e outras inquietações nos conduziram ao assentamento e à elaboração deste trabalho com a consciência do papel central que cumpre os camponeses assentados na luta por fazer prevalecer sua identidade de classe.

Por outro lado, a tentativa do MST de consolidar seu projeto produtivo cooperativo encontra-se dominado por uma racionalidade econômica amparada na produtividade, na pluriatividade e na escala de produção, voltado para as demandas do mercado, parece não ser condizente com a reprodução primeira da vida e das famílias camponesas.

Estudar como se manifestam esses conflitos no assentamento Tiradentes constituem um dos objetivos da presente pesquisa. Esperamos que seus

esclarecimentos possam trazer elementos ao entendimento das razões pelas quais a gestão e a consolidação do modelo produtivo baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) não vêm obtendo o êxito econômico esperado pelo MST. Contamos, ainda, que nossos achados de pesquisa auxiliem o próprio movimento e as agências públicas de mediação, encarregadas do planejamento das políticas públicas, agrícolas e agrária, no sentido de que estas se voltem para o desenvolvimento dos assentamentos proporcionando uma melhor qualidade de vida ao homem do campo.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS CAMPONESES

1.1 A Composição da Produção Agropecuária no Sistema Produtivo

Diferentes autores e estudiosos se preocuparam em analisar a produção camponesa e como esta deveria desenvolver a sua organização. Chayanov (1974, 1981), Lênin (1981), Martins (1981, 1982, 1985), Kautsky (1986) e Oliveira (1987, 2001) são apenas alguns expoentes que, sob pontos de vista diferenciados, elaboraram um cabedal teórico complexo referente à unidade produtiva camponesa, aos camponeses e ao caminho possível de sua organização produtiva no desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Lênin (1981, p.85), estudando a produção camponesa nos Estados Unidos durante a revolução socialista russa, enfatiza a superioridade técnica e a racionalidade econômica da agricultura desenvolvida na grande propriedade:

[...] a superioridade da grande produção sobre a pequena é inevitável, (...) assinala que a superioridade da grande produção manifesta-se também na tendência dos lavradores donos de terra a organizar cooperativas.

O autor acreditava que a superioridade técnica e a organização da agricultura moderna praticada no sistema da grande propriedade privada da terra haveria de sobrepor à pequena e ineficiente agricultura camponesa, o que determinaria seu fim pela diferenciação sócio-econômica. Como caminho e resposta provável à grande agricultura, os pequenos agricultores se organizariam em cooperativas coletivizando terras, instrumentos de produção e os resultados da produção. Acreditava Lênin na superioridade organizacional das cooperativas que levaria toda a sociedade, não somente os camponeses, à instalação do socialismo e à superação do capitalismo.

O pano de fundo era a instalação do socialismo que, na compreensão de Lênin (1981), somente aconteceria quando as relações capitalistas de produção fossem disseminadas por toda a sociedade (trabalho coletivo no campo e nas cidades), o que acarretaria na conscientização das massas trabalhadoras, através

da proletarização, levando à revolução do proletariado, nos moldes do operariado urbano. Ainda segundo Lênin, o projeto produtivo dos camponeses haveria de ter uma função secundária e sem distinção entre as atividades industriais e agrícolas no novo modo de produção.

É na questão da forma de organização que Lênin vai se diferenciar de Kautsky (1986). Este segundo autor acreditava na superioridade técnica e no caráter modernizador das cooperativas dentro do modo capitalista de produção, embora desaconselhasse no caso camponês, a coletivização dos meios de produção. Kautsky (1986) acreditava que o camponês não carregava as condições para a coletivização dos meios de produção:

As cooperativas de pequenos agricultores são, certamente, um elo do progresso econômico, mas representam a passagem ao capitalismo, e não ao coletivismo. (...) o que impede o pequeno produtor (o artesão e o camponês) de passar à produção coletiva é o ínfimo desenvolvimento da solidariedade e da disciplina, seu isolamento, seu fanatismo de proprietário. É absurdo esperar – [afirma categoricamente Kautsky] – que o camponês passe da sociedade moderna à produção comunal.

Para Kautsky (1986), o destino do camponês era ou se tornar burguês ou se tornar assalariado, os quais chamou de camponês rico e camponês pobre, não havendo sentido a coletivização do trabalho para estes sujeitos. Já Lênin (1981) não desconsiderou a fragmentação no interior da classe camponesa, embora acreditasse que a coletivização seria possível e que a cooperativa era a forma privilegiada de organização para a produção camponesa.

Por outro lado, apoiado na “teoria da diferenciação demográfica”, diferentemente da diferenciação sócio-econômica usada por Lênin, Chayanov (1974) buscou compreender e explicar a natureza e as bases da unidade produtiva dos camponeses percebendo-os como sujeitos criadores de sua própria existência. Assim, o autor explica a condição camponesa a partir das considerações e das determinantes internas da construção de seu plano de organização da produção.

Segundo Chayanov (1974), um dos elementos que limita a produção camponesa, retirando a disponibilidade de meios de produção (terra, instrumentos de trabalho), é a quantidade da força de trabalho disponível na unidade produtiva e o grau de fadiga em quantidade crescente do trabalho. Se sua intensidade aumenta de

forma desequilibrada, ou forçadamente, pode ocorrer desequilíbrio na produção necessária à garantia mínima das condições de reprodução da família camponesa. Complementa o autor argumentando que se houver alta produtividade no uso da força de trabalho, a família camponesa tenderá não só a cobrir as necessidades pessoais bem como ampliar a renovação de capital e, em geral, acumular capital. Portanto, o que vai determinar o nível de produtividade na unidade produtiva camponesa é o grau de fadiga previsto no trabalho combinado às características de ordem natural e geográfica (tipo e fertilidade do solo, declividade do terreno, disponibilidade de água), bem como a relação histórica estabelecida com o Estado e com o mercado.

Uma característica peculiar é que as atividades na unidade produtiva camponesa não passam necessariamente pela elaboração de planos de metas, com objetivos e regras pré-fixadas, mas que a produção é regida essencialmente por mecanismos de ordem subjetiva. É, sobretudo, uma organização que leva em conta a subjetividade camponesa definida a partir das condições da existência objetiva e material, elaborada não mediante um sistema de estruturas lógicas relacionadas e de cálculos (base das relações capitalistas), mas com base na reprodução familiar e na sucessão das experiências vivenciadas pelos adultos e transmitidas aos membros mais novos da família, bem como, na seleção de métodos de trabalho exitosos (Chayanov, 1974). Portanto, a unidade produtiva camponesa carrega consigo as condições materiais (meios de produção) e objetivas para se concretizar e reproduzir, muito embora, o elemento subjetivo (socialização entre seus membros, sucessão familiar) determine o funcionamento das condições concretas. Como observa Harnecker (1972, p. 52), as relações de produção são formadas pelas relações técnicas e as relações sociais de produção, comuns ao sistema de produção camponês.

Engano seria não considerar as relações que são estabelecidas entre a pequena unidade produtiva com o grande mercado e com o sistema econômico nacional. A ação do Estado, do mercado e o desenvolvimento do comércio local são determinantes diretos do desenvolvimento da pequena unidade produtiva. Ela está inserida em um contexto macro-econômico, podendo ou não se fragilizar com as ações destes entes econômicos, sobretudo, criando mecanismos de equilíbrio

interno para diminuir o grau de dependência em relação a estes agentes e ampliando as margens de autonomia.

Assim, a compreensão dos fundamentos da unidade camponesa passa pela elucidação dos processos (mecanismos) de trabalho na unidade produtiva e das pressões que esta sofre dos fatores econômicos externos nacionais e internacionais durante a organização interna de seu sistema produtivo.

Além da pressão dos fatores econômicos nacionais, outros elementos são determinantes dos sistemas produtivos camponeses: posição natural e histórica do mercado onde está inserida a unidade produtiva, combinação e diferenças das condições naturais (fertilidade dos solos, vegetação, clima, disponibilidade de água, inclinação do terreno), a composição das famílias, a disponibilidade de terras férteis, de capital e, sobretudo, o grau de vinculação desta ou de sua produção com o mercado, ou seja, o desenvolvimento e o grau de dependência de seu sistema em relação ao mercado (mercadorias) (CHAYANOV, 1974). Cabe destacar que no caso do Brasil outro elemento determinante de forma mais ampla que termina por contribuir na subordinação de relações de produção camponesas é a estrutura, a distribuição fundiária, e o papel exercido pelo país como colônia de exportação.

As unidades camponesas que produzem buscando atender às demandas e necessidades internas, ou seja, as necessidades de reprodução dos membros da família permanecem numa economia quase natural, terminando por criar poucos vínculos sociais e econômicos com o mundo exterior. Por outro lado, as unidades camponesas cuja atividade produtiva resulta em produção de excedente participam da produção nacional e cumprem papel significativo no interior do modo capitalista de produção. Estas últimas terminam por criar vínculos mais estreitos de dependência econômico-social e conforme o sistema de produção dominante fica “refém” de empréstimos, de financiamentos e de relações comerciais com setores industriais na forma de oligopólios, via créditos e outros mecanismos oficiais de controle da produção.

Desta maneira, o sistema produtivo camponês que se organiza para atender às demandas do mercado, via cultivos comerciais, tem suas determinações no grau de auto-exploração familiar a que deve se submeter, uma vez que a força de trabalho é utilizada até o limite e é remunerada pelo mercado segundo o valor do

produto disponibilizado (CHAYANOV, 1974). Neste sentido, a família camponesa não distingue o trabalho dos filhos, do patriarca ou da mulher, que serão submetidos à exploração. O elemento que entra na avaliação é a fadiga provocada pelo tipo de trabalho no conjunto dos componentes ou membros da família. É importante ressaltar que os cultivos comerciais são complementares aos cultivos alimentares, devendo haver, portanto, equilíbrio no dispêndio de energia em todas as etapas e atividades produtivas existentes no interior da pequena unidade familiar.

Continua Chayanov (*idem*) observando que devemos levar em conta, para analisar a unidade camponesa, os seguintes elementos: força de trabalho da família (composição familiar), quantidade de terra utilizada e disponível, como se organizam os cultivos e a criação (estrutura e qualidade do terreno), que tecnologias e equipamentos são empregados na produção, as instalações das unidades produtivas (infra-estrutura) e aquelas instalações comuns à coletividade na área do “assentamento” rural.

Diferentemente de Lênin (1981), que partiu para explicar o campesinato no interior do modo de produção capitalista através da teoria da diferenciação social, cujo princípio da subordinação camponesa ao capitalista se dava através da renda da terra e de sua inserção no mercado capitalista, Chayanov (1974, p.29) evidenciou a importância de análises diferenciadas que levassem em consideração as unidades produtivas camponesas de base familiar enquanto unidades que têm o equilíbrio produtivo baseado na relação consumo-produção, portanto, determinada por uma diferenciação demográfica (o tamanho e a composição) existente no interior da própria unidade familiar camponesa, o que a distingue daquelas unidades produtivas do mundo empresarial:

Também se estabeleceram empiricamente numerosos feitos e relações de dependência que não se encaixavam no marco da concepção usual da base organizativa das empresas de economia privada e que exigiam uma interpretação especial. (...) pareceu mais conveniente generalizar e construir uma teoria à parte sobre a empresa familiar que trabalha para si mesma que, em certo modo, difere a natureza de sua motivação de uma empresa organizada sobre a base da força de trabalho contratada.

Assim, é na busca do equilíbrio entre as necessidades de consumo e as de produção existentes na unidade produtiva familiar camponesa que Chayanov (1974) vai explicar por que razão há momentos de maior intensidade no uso da força de trabalho (grau de penosidade no trabalho) e momentos de alívio das atividades e do esforço no trabalho. Afirma o autor:

[...] em diferentes períodos da exploração agrária existem mudanças muito marcadas não só no número de dias trabalhados, mas também na intensidade do trabalho de cada dia. (...) na exploração agrária doméstica, as taxas de intensidade do trabalho são consideravelmente mais baixas que se a força de trabalho fosse utilizada em sua totalidade.

De forma complementar, a busca do equilíbrio consumo-produção no interior das unidades produtivas pode combinar o uso da força de trabalho em processos de trabalho individual, cooperativo e comunitário e/ ou sistemas de produção de cultivos comerciais complementar aos cultivos alimentares. Parte relativa das atividades desenvolvidas pelos camponeses é realizada de forma individual, existindo uma clara unidade do trabalhador com os meios de produção, no caso a terra e as ferramentas de trabalho, com o total controle e domínio do processo de trabalho. Mas há atividades mais exigentes no uso da força de trabalho como as executadas em determinadas culturas alimentares e criação de animais durante o plantio, a colheita, a limpa e aração da terra que exigem a cooperação e regimes de parcerias e mutirões entre os componentes familiares na realização das mesmas ou tarefas muito semelhantes realizadas por todos os membros da família.

Wolf (1970, p.30), conceitua a economia camponesa nos seguintes termos:

A primeira característica fundamental (...) de um camponês é que se trata de uma economia familiar. Sua organização está determinada pelo tamanho e composição da família e pela coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para o trabalho. Isso explica por que a concepção de lucro na economia camponesa difere da concepção de lucro dentro da economia capitalista...

Na economia camponesa, (...) o trabalho despendido não pode ser expresso nem medido por rublos ou salários pagos, mas somente pelo próprio esforço de trabalho da família camponesa. (...) variaria de acordo com nível em que as necessidades da família são satisfeitas e com o grau de sacrifício que o próprio esforço de trabalho acarretou, assim como com outras condições.

[...] o principal objetivo da economia camponesa é a satisfação do nível anual de consumo da família, o fator de maior interesse não é a remuneração da unidade de trabalho (a jornada de trabalho), mas a remuneração alcançada pelo trabalho de um ano inteiro.

Sobre as características do sistema de produção camponês no interior do modo capitalista de produção, Wolf (1970, p.74) escreve:

Onde o sistema de mercado veio a dominar a sociedade como um todo, (...) penetrando na comunidade e transformando todas as relações em relações de um único interesse de indivíduos que possuem bens para vender. Em tais circunstâncias, o comércio camponês ainda não se assemelha, em escala e dimensões, às transações comerciais conhecidas nos países industriais do mundo.

Para entendermos as especificidades da produção e da comercialização camponesa frente à produção capitalista é necessário que entendamos, pois, o elemento que a distingue no circuito comercial das mercadorias. O fato do camponês se identificar como produtor simples de mercadorias na forma do excedente não o torna produtor de mercadorias, como o faz o capitalista. A ordem de interesses e necessidades do capitalista é diferenciada da do camponês e pode ser resolvida na análise do movimento de circulação que ocorre na produção.

Com base em Marx, Oliveira (1987) nos explica que a produção capitalista pode ser definida dentro de um processo produtivo que necessita de dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D), que tem na produção e reprodução ampliada do capital o resultado em dinheiro-mercadoria-dinheiro' (D-M-D'). Já a produção camponesa tem sua lógica comandada pela relação mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M). Logo, no ciclo produtivo camponês a venda da mercadoria (excedente econômico) é consumida na aquisição de outra mercadoria, em geral não produzida no interior da unidade produtiva, o que explica a necessidade da produção excedente e da especialização de uma cultura por parte dos camponeses.

Citando Marx, Oliveira (*idem*: 186) traduz a equação:

[...] a circulação simples da mercadoria - vender para comprar – serve de meio a um fim último situado à margem da circulação: a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades.

Portanto, na produção capitalista a reprodução do capital se dá através dos seguintes pressupostos: a exploração de trabalho alheio especializado (geração de

mais-valia) baseado na divisão técnica e social do trabalho; o investimento em maquinário para fabricação de produtos (mercadorias) de forma a alcançar escala (produtividade); e o lançamento destes no mercado nacional e internacional com agregação de valor e alta rentabilidade, visando o lucro. Assim, tem o capitalista como meta, através do ciclo D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro), o lucro.

Continua o autor destacando da obra de Marx que o camponês vende sua produção através da simples circulação para comprar as mercadorias que lhe faltam internamente na unidade produtiva, buscando satisfazer suas necessidades e ampliar sua independência em relação ao mercado. O camponês, assim, garante que parte de sua força de trabalho permaneça na unidade produtiva camponesa (autoconsumo) e que outra parte seja utilizada pela sociedade na forma de apropriação da renda da terra camponesa, ou seja, os produtos excedentes que são dissolvidos em mercadorias.

Quanto aos elementos da produção camponesa, dois deles se destacam: a força de trabalho e os instrumentos de produção (meios de produção). Enquanto o lucro é a razão da produção capitalista, a força de trabalho familiar é o motor do trabalho na unidade produtiva camponesa. Oliveira (1987) *apud* Santos (1978), evidencia as especificidades do trabalho camponês e a forma de organização interna da produção camponesa:

[...] na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor-de-uso, pois é como atividade orientada de transformação de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família.

Assim, a força de trabalho familiar é o elemento fundamental na produção camponesa, muito embora ela seja combinada com outras formas de trabalho como o trabalho acessório, o trabalho assalariado, os mutirões e as parcerias, ora em regimes coletivo e comunitário ora individual de trabalho, o que demonstra a

complexidade e o sentido de complementaridade de atividades no interior da produção camponesa.

O trabalho acessório camponês ocorre periodicamente, quando o camponês se torna trabalhador assalariado em períodos de seca ou ainda em períodos de safra nas usinas de açúcar e destilarias, por exemplo, funcionando como fonte de renda monetária extra para suplementar os rendimentos obtidos com os tratos culturais em sua propriedade familiar da terra. Os corumbas e os moradores de condição no Nordeste, mão-de-obra utilizada pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool, em especial no Estado da Paraíba, são casos típicos de trabalho acessório embora a acentuada proletarianização tenha acarretado na urbanização de parte da força de trabalho utilizada na forma dos bóias-frias.

Conforme escreve Andrade (1980, p. 154), no Nordeste, o trabalho acessório é cíclico e:

[...] os sitiantes complementam o seu orçamento trabalhando 'alugado', como camaradas, (...) ou emigram no estio para a área açucareira a fim de trabalharem nas usinas em moagem, deixando à mulher, a guarda e a administração de sua gleba. Engajam-se, assim, no grande exército formado pelos trabalhadores sem terra que a partir de setembro migram para a região da Mata, voltando à gleba em março, com as primeiras chuvas. (...) Os corumbas (...) são tão necessários às usinas e aos engenhos da Mata, que na sede de cada propriedade canavieira há sempre um conjunto de quartos, 'os castelos', destinados a hospedá-los.

Até aqui evidenciamos o primeiro elemento que entra na produção camponesa: o trabalho familiar. O segundo elemento que entra na análise da produção camponesa é o sistema de *propriedade privada da terra*, familiar, porém diversa da propriedade capitalista, já que é propriedade que não explora o trabalho alheio e é possuidora direta dos instrumentos e meios de produção, assim como, de uma divisão dos frutos do trabalho também diferenciada, determinada pelas necessidades na garantia da reprodução familiar.

Primeiramente, em relação aos resultados sociais da produção, a unidade produtiva camponesa é diversa da propriedade capitalista uma vez que o determinante da produção é a reprodução das condições de vida dos camponeses, não a acumulação. Os ganhos do trabalho são os ganhos da família medidos

durante um ano (safra), muito embora o capital, dependendo do sistema produtivo adotado e do nível de dependência da unidade produtiva em relação ao produzido que se destina ao mercado, possa subordinar parcialmente o camponês controlando-os na etapa crucial do processo produtivo: a comercialização.

Há para que o camponês se subordine ao capital um movimento contraditório no interior do modo capitalista de produção que resulta em sujeição da renda camponesa. Este movimento, que sujeita a renda da terra ao capital na comercialização e cuja contradição fundamental é aquela que faz a riqueza, que é socialmente produzida, ser apropriada de forma privada e desigual, coloca de encontro dois regimes difusos de propriedade da terra: a grande e a pequena propriedade privada da terra. Sobre este conflito Martins (1995, p. 175), observa:

[...] na primeira, o capital unifica as figuras do proprietário e do capitalista (...). No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade, no sentido da separação entre burguês e o proprietário. O que vemos, claramente, tanto no caso da grande propriedade quanto no caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a apropriar-se da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado (...) o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair excedente econômico.

E continua o autor:

[...] essa, aliás, é a única maneira de entender o porquê do alastramento rápido e violento de conflitos pela terra em todo o país nos últimos anos, especialmente nas frentes pioneiras. (...) Enquanto o lavrador luta pela terra de trabalho, a grande empresa capitalista luta pela renda da terra.

Em sua luta pela terra e resistência contra a expropriação, o camponês cria as condições, conforme argumenta Oliveira (2001, p.63), para recusar a condição proletária do assalariamento e abrir o acesso a terra, como será pontuado mais adiante. Termina pagando por esse acesso ao grande proprietário privado da terra em produto (meação, terça, foro), pagando em dinheiro, enquanto rendeiro (arrendatário), ou pagando a renda em trabalho. Há ainda, os camponeses que se recusam a pagar pelo uso da terra e abrem a posse tornando-se posseiros. Desta

maneira, são camponeses-proprietários, camponeses-parceiros, camponeses-rendeiros e camponês-posseiros.

O terceiro elemento fundante de composição da produção camponesa é a *propriedade dos meios de produção*, que é adquirida como mercadoria. É na aquisição de parte dos meios de produção que o camponês entrega parte da produção (renda da terra) aos setores comercial, financeiro e industrial.

Sobre esta questão Martins (1995) observa:

[...] o que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e, sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda de terra que nominalmente é sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador é também de fato o arrendatário. Como a sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração de força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponesa.

Desta forma, quando o capital não se apropria da renda da terra tornando o produto camponês, mercadoria que entra nos circuitos capitalistas de produção, ele explora a força de trabalho familiar através das instituições financeiras e de crédito pelo arrendamento da terra e dos meios de produção via empréstimos, financiamentos e acesso ao crédito. Há assim, dupla sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995).

Como elementos outros, não menos importantes, que distinguem as especificidades da produção camponesa devemos destacar a *jornada de trabalho*, que não obedece à rigidez de horário típico do trabalho assalariado e como destacam alguns estudiosos o potencial e a capacidade de luta e resistência à

imposição de modelos de organização social externos ao seu sistema de produção, como o identificado durante a pesquisa no assentamento Tiradentes.

Como veremos nos capítulos seguintes, o modelo de produção do MST baseado na coletivização dos meios de produção entre os camponeses assentados, via Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), parece prever a superação de dois fatores essenciais da produção camponesa: a simples divisão do trabalho familiar, reprodutora simples de mercadorias, e a propriedade familiar privada dos meios de produção, determinantes do sistema camponês. Aquele modelo de produção tem se mostrado hegemônico nos assentamentos rurais mediados pelo MST.

Romper com o modelo de propriedade e dos meios de produção estabelecendo nas unidades produtivas camponesas uma nova divisão do trabalho e de propriedade da terra é a via que o MST tem buscado na implementação do seu projeto produtivo nos assentamentos. Essa via, no entanto, tem evidenciado ser, da maneira como tem se concretizado, externa e estranha às necessidades dos camponeses assentados nas áreas de assentamentos rurais. O projeto do MST vem demonstrando assim, se distanciar dos anseios e das especificidades do campesinato e do trabalho camponês local, ampliando o quadro de contradições presentes na agricultura e no campo brasileiro. Ele tem, por outro lado, dificultado o engajamento e a identificação dos camponeses nas ações, estratégias e propostas políticas do movimento. Trataremos disso adiante para na seqüência contextualizar a questão agrária, em especial, no Nordeste brasileiro.

1.2 Elementos da Resistência Histórica de uma Classe: a camponesa

O movimento camponês de luta pela terra esteve subordinado e vinculado aos interesses de partidos políticos de esquerda e às ações desenvolvidas pela Igreja Católica e pelos Sindicatos, como a CONTAG e a FETAG. Em outras palavras, o movimento em defesa do campesinato no Brasil nunca atuou considerando os camponeses sujeitos capazes de construir um projeto próprio e de objetivamente

materializá-lo. Esta maneira de enxergar o camponês estava impregnada de conceitos e de uma visão de socialismo dentro do próprio Partido Comunista do Brasil (PC do B), com base nas idéias de Lênin, Engels e outros marxistas que nortearam as ações coletivas desenvolvidas no campo brasileiro. Sobre esta forma de enxergar os camponeses faremos uma breve revisão da literatura com o objetivo de situar a sua luta no marco teórico.

Engels (1981, p. 59) afirmava que para o camponês ser considerado sujeito político capaz de contribuir com a revolução e com a construção do socialismo, deveria se tornar um outro sujeito enquanto classe social. Seu papel deveria ser o de ampliar as forças junto aos operários (proletariado) para garantir a propriedade e a produção coletivamente na forma de cooperativas nacionais de produção. O autor, analisando a realidade na Rússia, defendeu a nacionalização das cooperativas camponesas de produção do período pré-revolucionário:

Em relação ao poder político, até hoje o camponês só manifestou na maioria dos casos, uma grande apatia, que tem raízes no isolamento da vida rural. (...) o desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína.(....) é portanto, como o pequeno artesão, um operário que se distingue do proletário moderno pelo fato de ter ainda a posse de seus meios de trabalho; é, conseqüentemente, um vestígio de um modo de produção de tempos pretéritos.(...) Numa palavra, nosso pequeno camponês, como tudo que seja resquício de um modo de produção caduco, está condenado irremediavelmente a perecer. O pequeno lavrador é um futuro proletário. (...) Nossa missão (...) consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo.

Por esta concepção, o regime de produção camponês estava com seus dias contados e deveria ser superado, transformando o regime de propriedade familiar da terra em propriedade coletiva e o trabalho familiar camponês desenvolvido no regime de cooperação entre seus membros. Engels (1981), não percebia a importância da propriedade familiar da terra e seus elementos para a classe camponesa e a distinção entre esta e a propriedade privada capitalista exploradora de trabalho alheio. Ele defendia que o novo regime de organização a ser instalado deveria ser baseado na cooperativa e na coletivização e nacionalização dos meios de produção. Em congresso de 1892, com a aprovação do Programa Agrário do Partido

Comunista, defendendo o socialismo contra o feudalismo, Engels observa (1981, p.66) sobre a propriedade coletiva:

[...] propriedade coletiva, forma de propriedade dos meios de produção, cujas premissas materiais e intelectuais já foram criadas pelo desenvolvimento da própria sociedade capitalista; e que, portanto, a apropriação coletiva dos meios de produção deve ser conseguida, com todos os recursos de que dispõe o proletariado. (...) a missão do socialismo; sua missão se reduz na verdade a transferir os meios de produção aos produtores como propriedade coletiva.

Assim, compreendia o autor que as premissas da propriedade coletiva já haviam sido postas pelo desenvolvimento do capitalismo, cujas contradições internas do sistema levariam à coletivização da propriedade e dos meios de produção pelos proletários. Para o camponês, não haveria espaço social a ser ocupado enquanto sujeito político, cabendo apenas a função secundária, somando esforços à luta proletária, na campanha durante a revolução que conduziria à implantação do socialismo.

Para Lênin (1985), os camponeses e todo o seu complexo sistema de modo de vida, tinham como destino o desaparecimento e, portanto, não poderiam ser reconhecidos historicamente como classe importante na transformação da sociedade ou como sujeitos políticos capazes de agir e criar alternativas ao sistema capitalista de produção. Esse estudioso da questão agrária apoiado na teoria da diferenciação sócio-econômica previa o desaparecimento e a conversão dos camponeses em burgueses ou operários com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Entre outras ações, suas propostas defendiam uma aliança operário-camponesa, meio eficiente de instalação da revolução socialista. A idéia é sintetizada por Martins (1989, p.109):

Lênin recorreu à noção de formação econômica e social para poder situar a Rússia "atrasada" e eslava (...). Essa noção lhe permitiu incluir a produção mercantil simples (*lê-se camponesa*)¹ na perspectiva do processo capitalista mais amplo e na lógica desse processo a acumulação, a formação da classe operária etc. (...) É a base da tese da diferenciação do campesinato, que, com a expansão capitalista, cederia o lugar a um proletariado de origem camponesa e a uma burguesia de origem camponesa. Lênin, nessa perspectiva, não podia entender que o campesinato constituía, também, uma classe da sociedade capitalista.

¹São os camponeses simples produtores de mercadoria.

Por outro lado, Fabrini *apud* Martins (2003), estudando a aliança operário-camponesa, se contrapõe às teses de Engels e Lênin destacando as diferenças nas lutas dos operários e dos camponeses, evidenciando as restrições e a impossibilidade de uma possível aliança:

A luta do operário é contra a violência da exploração e da mais-valia. Já a luta dos camponeses é luta contra a expropriação e conseqüente desaparecimento pela subordinação da renda da terra ao capital. Por isso, é uma luta contra o capitalismo.

(...) Operários e camponeses estão subordinados de forma diferente: um pela extração do trabalho excedente em forma de mais-valia, e o outro pela extração da mais-valia social.

Já o camponês é atingido pelo capital pela violência; pelo fim e expropriação. Mas, a sua luta não é exclusivamente contra a expropriação. É também contra a exploração; ou seja, uma luta contra a transferência de mais-valia social ao capital.

Martins (1989, 1990) e Oliveira (2001, 2002), vão retomar as análises sobre o campesinato na atualidade numa perspectiva contrária à tese do seu desaparecimento. Para eles é no seio do desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção que está garantida a permanência de relações não capitalistas de produção, como as camponesas. Esses autores argumentam que as lutas e a resistência camponesas pela terra são motivações que sempre acompanharam os camponeses. São formas de questionamentos sociais engendradas no seio do modo capitalista de produção, ou seja, quanto mais avançar as relações (técnicas e sociais) capitalistas de produção no campo, mais vigorada se tornará a reprodução camponesa.

Em outra passagem sobre esse processo de resistência histórica, Martins (1990, p. 16) afirma:

É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com freqüência à terra retorna.(...) O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão.

É preciso captar o sentido (...) isto somente será possível se entendermos que a resistência do camponês não expressa o seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo.

Oliveira (2002, p.54), ao tratar da resistência camponesa, amplia a questão inserindo-a na sociedade e nos movimentos sociais de luta pela terra, destacando o papel da sociedade civil na criação destes movimentos:

[...] a sociedade civil, na luta cotidiana, vem forjando organizações de apoio e resistência, cruciais para garantir aqui, no centro da sociedade nacional, um espaço de luta e/ ou de apoio a esses movimentos.

É para o entendimento dessas formas de resistência no Brasil e de como os movimentos sociais, especialmente o MST, concebem e situa a questão da produção camponesa em seu projeto de reforma agrária, após uma revisão histórica da questão agrária, que voltaremos nossa atenção nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

QUESTÃO AGRÁRIA NO NORDESTE

*“Eu sustento que a única finalidade da ciência
está em aliviar a miséria da existência humana.”*

Berthold Brech

Partimos do pressuposto de que as relações de produção sociais² e técnicas³ são, na atualidade, vinculadas ao e engendradas pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção. O campo e a agricultura camponesa brasileira não fogem a esta realidade e a explicação de determinados fenômenos sociais deve partir do entendimento da lógica de reprodução e acumulação do capital de forma desigual e contraditória, seja na produção, seja na circulação de mercadorias (MARX, 1890; OLIVEIRA, 1987, 2001).

Umbilicalmente ligados à agricultura capitalista brasileira estão os princípios do mercado de terras e a consolidação de uma legislação agrária fornecedora ideológica e política dos mecanismos de ação e de controle necessários à reprodução do sistema fundiário nacional e, de forma contraditória, das condições para a produção e reprodução da agricultura camponesa. Assim, nos próximos capítulos analisaremos a legislação e como se desenvolveu a formação do mercado de terras no Brasil para, em seguida, evidenciar os caminhos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST tem traçado como projeto produtivo e de organização para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, bem como a resistência camponesa nestas áreas de assentamentos.

² Entendemos por relações sociais de produção as relações que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos em um processo de produção determinado, relação que depende do tipo de relação de propriedade, posse, disposição ou usufruto que se estabeleça com os meios de produção Harnecker (1972, p. 43).

³ Já as relações técnicas de produção são as formas de controle ou domínio que os agentes da produção exercem sobre os meios de trabalho em particular e sobre o processo de trabalho em geral Harnecker (1972, p.37).

2.1 A Origem da Legislação e o Mercado de Terras no Brasil

A abordagem aqui apresentada se funda no pensamento de que o problema fundiário brasileiro é o núcleo das dificuldades que bloqueiam a modernização e a democratização do país. Como afirma Martins (1999, p.12):

[...] a propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país.

Necessário e urgente, portanto, que se perceba como a questão fundiária está atrelada às questões sociais e econômicas, não somente aquelas ligadas ao campo, mas determinando os problemas que envolvem as grandes cidades, decorrentes da expulsão de grandes contingentes de sujeitos em busca de trabalho e de condições de vida dignas. Pensar o problema fundiário isoladamente pressupõe que a sociedade pode ser dividida e esfacelada e que os setores econômicos não funcionam como uma engrenagem articulada. Na verdade, continua Martins, a "questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer".

Durante o período colonialista, a agricultura garantiu que o capitalismo brasileiro se integrasse ao mercado mundial através da economia exportadora baseada no trabalho escravo, centro de acumulação primitiva do capital. O regime de propriedade de terras baseado nas sesmarias dividiu as terras brasileiras entre um pequeno número de proprietários beneficiados pela Coroa Portuguesa. Os 15 lotes de terra doados inicialmente a 12 fidalgos formaram as raízes da estrutura fundiária baseada na grande propriedade e em laços de apadrinhamento entre os donatários e a Coroa Portuguesa, constituindo as bases do poder político e econômico que, por séculos, dominaram o destino do país. Garantiu-se, assim, a manutenção da posse da terra por quem detinha o poder político e econômico (OLIVEIRA, 2005).

O processo de ingresso do Brasil no mercado mundial de alimentos ocorreu paralelo à criação de uma legislação específica, a de terras, controlado pela Coroa

Portuguesa. Sua origem se encontra no próprio processo de formação contemporânea do Brasil que se caracteriza pela contradição entre a aplicação da legislação portuguesa à colônia e o papel desempenhado pela legislação na formação de um mercado escravista para os países europeus (OLIVEIRA, 2005). Se havia um mercado de terras então em gestação era o comércio de escravos que garantia o acúmulo de capital necessário durante o período colonial.

Segundo Prado Jr. *apud* Oliveira (2005), o tripé econômico que apoiou a formação de uma sociedade originalmente brasileira foi constituído pelo fornecimento com base nas exportações de alimentos de grande valor comercial, pelo trabalho escravo e pelo caráter mercantil, o que caracterizou o processo de colonização como sendo uma grande empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais, então em abundância no Brasil, em benefício do comércio europeu.

Desta forma, a produção colonial estava inserida na produção internacional de mercadorias (divisão internacional do trabalho) através de relações não especificamente capitalistas, no que respeita ao não assalariamento da força de trabalho, uma vez que o tráfico negreiro e o trabalho escravo permitiam a acumulação de riquezas na origem da formação de capital no país.

Para Martins (1995, p.37), foi o trabalho escravo de origem africana que garantiu, no período colonial, a exploração da monocultura nas grandes fazendas. O trabalho escravo negro foi preferido ao trabalho do índio em função de que:

[...] o fundamento do trabalho escravo estava no tráfico negreiro, (...) essa situação tinha o seu sentido, já que permitia aos traficantes de escravos fazer do cativo renda capitalizada, extrair renda da colônia já antes da produção colonial, ao invés de extraí-la por meio de monopólio e renda territoriais.

O tráfico negreiro no Brasil apresentou peculiaridades, pois antes mesmo de entrar o escravo no circuito produtivo, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar, este já garantia renda aos traficantes através da comercialização, gerando renda capitalizada antecipada aos traficantes. Assim, o trabalho escravo foi, por mais de três séculos, responsável pela produção do açúcar destinado aos mercados europeus e pelo predomínio do dinamismo econômico na região Nordeste do Brasil.

Ainda segundo Martins (1995), o trabalho escravo negro serviu como uma fonte de renda capitalizada frustrando, assim, a tese de existência do feudalismo nas relações de produção na agricultura e no campo do Brasil, como afirmaram alguns estudiosos.

Andrade (1980, p. 53) observa como ocorreu os processos de doação, de ocupação, a extensão e o desenvolvimento do latifúndio monocultor açucareiro nas fazendas do Nordeste brasileiro no período colonial:

[...] a posse da terra doada em extensos latifúndios, às vezes com dezenas de léguas de extensão, não era tudo. Necessário era derrubar a mata, instalar os engenhos, as casas-grandes, as senzalas, plantar os canaviais e as lavouras de mantimentos.

Para além da ocupação era preciso criar as condições para a realização de um sistema mercantil comercial na região que explorasse os recursos naturais então em quantidade suficiente e em benefício do comércio europeu fixando os proprietários e garantindo a manutenção e o poder da Coroa Portuguesa sobre o território.

A Coroa Portuguesa criou a base legal, através das sesmarias consolidadas na Lei Portuguesa de 1375, que sustentou a distribuição de terras no Brasil, embora sua aplicação tenha sido bastante diferenciada em relação à metrópole. As sesmarias se efetivaram a partir de uma doação de títulos na forma de concessão de terras a proprietários individuais, sob o encargo de serem cultivadas. Estas pertenciam aos governadores e capitães-gerais representantes da Coroa no Brasil, tendo como fim o uso, já que as terras da colônia continuavam pertencentes à Coroa Portuguesa (OLIVEIRA, 2005). Assim diferindo de Portugal, apesar da legislação estar amparada no modelo português, a distribuição de terras no Brasil foi efetivada através de doações de títulos via concessões.

A concessão de terras aos senhores de escravos e fazendeiros no Nordeste do Brasil, que servira para a construção de engenhos de açúcar e/ ou estabelecimentos semelhantes, também teve por objetivo e como produto a formação de uma aristocracia rural na sociedade colonial. Nesse contexto, conforme Justo (2005, p.31), quem não fosse homem de “sangue limpo” e não comprovasse

possuir escravo, estava excluído da concessão ficando à margem no sistema produtivo colonial.

Martins (1995, p.32) afirma que a interdição da propriedade pela Coroa atingia o índio bem como o filho de branco sem pureza de sangue (mestiços), reduzindo-os à condição de peça e escravo nos aldeamentos organizados pelos padres e pelas câmaras. Restava a este grupo de excluídos a abertura de posses nas terras existentes nos vâcuos de uma sesmaria e outra ou ainda em sesmarias abandonadas, agregando-se como “*morador de favor*” nas fazendas de açúcar ou engenhos do Nordeste do Brasil.

Esta condição de “morador de favor” nas sesmarias nasce da concepção do favor estabelecida pelo fazendeiro e segue até hoje. Para se manter, o camponês agregado tinha que lutar pela terra fazendo nesta a guarda necessária, numa troca de serviços e de produtos, a título de favores, caracterizando sua luta como uma luta que se concretizava em benefício do outro, no caso o fazendeiro. Essa concepção existiu e se reproduz na atualidade no campo e na agricultura em muitos lugares no Nordeste, no país bem como fora do país (MARTINS, 1995).

O autor afirma que a instituição do “morador de condição” envolve relações pautadas na lógica das trocas, relações estas que ultrapassam a lógica do trabalho assalariado e das relações de trabalho capitalistas. As trocas realizadas com base no favor envolvem uma produção material, mas também se caracteriza por um código moral entre as partes. A confiança, a lealdade, o apadrinhamento e a proteção foram e são práticas morais pautadas em um código costumeiro firmado entre o fazendeiro e o camponês, vivenciado por muitos camponeses *moradores de condição* ainda hoje em dia nas fazendas do Nordeste quando do pagamento do cambão, relação de troca de uso da terra por trabalho. Durante a pesquisa observamos a predominância na época da então Fazenda Gendiroba Ltda de relações de troca baseada no favor ou na morada de condição, estabelecidas pelo fazendeiro. Era a concessão de pequenas frações de terra em troca do trabalho nos tratos com a cana-de-açúcar no interior das fazendas do grupo capitalista.

Sobre a natureza da concepção de favor, Martins (1995, p. 36) escreve:

[...] a natureza da troca envolvida e embutida na concepção de favor evoluirá com o desenvolvimento econômico brasileiro para se definir mais concretamente como relação de arrendamento: terra em troca de renda em trabalho (como é o caso do cambão no Nordeste), em espécie (como é o caso da parceria em todas as regiões do país), e em dinheiro (como é o caso particularmente do arrendamento de terras no Sul e no Sudeste).

Neste sentido, o camponês no período colonial era duplamente determinado pelas relações de propriedade: primeiro não era proprietário das terras e, segundo, não lhes cabia a condição e o trabalho ocupado pelo escravo, porém, seu destino era o trabalho no interior da propriedade privada. Assim, coube a ele, na condição de agregado (morador de condição), a função de força de trabalho essencial e complementar na economia escravista durante o período colonial brasileiro.

O Nordeste açucareiro-escravista baseado no binômio monocultura-exportação fora pioneiro na dinâmica econômica do país que vigorou hegemonicamente durante mais de três séculos, cabendo aos camponeses a produção dos alimentos básicos. De acordo com Andrade (1980, p.89), o “morador de condição” surgiu na fase colonial nas fazendas do Nordeste para cumprir uma função econômica importante entre o trabalho escravo e o tráfico negreiro: a própria reprodução da força de trabalho.

[...] os senhores de engenho, por não poderem adquirir escravos devido a seu alto custo, para suprir a necessidade de braços, facilitaram o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Esses trabalhadores tinham a permissão para derrubar trechos de matas, levantar choupanas de barro ou de palha, fazer pequeno roçado e dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito ao senhor de engenho.

Muitos camponeses ficaram conhecidos na região canavieira do Nordeste, especialmente na Zona da Mata, como “cambãozeiros”, aqueles que vivendo em terras de latifundiários tinham permissão para lavrar culturas alimentícias de ciclo curto nos piores trechos de terra, conhecidos por “chã”, desde que doasse ao proprietário dias de trabalho. Essas terras não serviam praticamente à exploração comercial da cana-de-açúcar devido à geografia do terreno ou mesmo à condição de solo desfavorável, mas nelas o camponês podia explorar culturas alimentícias como feijão, fava, inhame, hortaliças e o milho. Martins (1995, p. 39) complementa a

análise da função do campesinato nesta época evidenciando seu papel econômico como simples produtor de gêneros alimentícios (mercadorias), capazes de suprir a necessidade da fazenda, do engenho, bem como do grupo de trabalhadores que trabalhavam e moravam na fazenda (cabos, vigilantes, vaqueiros, motoristas, cozinheiras). Esses pequenos produtores/ moradores agregados formavam a classe de camponeses que ora detinham a propriedade da terra e produziam como base no trabalho familiar ora apenas produziam em terra alheia e eram conhecidos como os

[...] posseiros⁴ e os sitiantes. Ambos às vezes se confundiam, porque a condição de posseiro dizia respeito à relação jurídica com a terra, quando o camponês tinha a posse, mas não tinha o domínio. O sitiante era o pequeno agricultor independente, dono de um sítio, um lugar na terra, e não de uma sesmaria. Agregados e moradores eram também, no entanto, tidos como sitiantes, já que sua área de roça no interior da fazenda também era definida como sítio ou roçado.

Do período das concessões que resultaram na consolidação das sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa ao da elaboração da Lei de terras (1850), houve o que ficou conhecido como período do “regime de posses”. Este se caracterizou como regime de transição, organizado pelo poder público, então pressionado pela população pobre. Foi o momento em que se instituiu, se abriu e se regularizou a posse. Segundo Oliveira (2005), com a elaboração da Lei de Terras n. 601 de 1850, determinando que todas as posses deveriam ser regulamentadas e que aos posseiros caberia registrar suas posses nos livros paroquiais da igreja católica, concretiza-se a regularização das posses.

Se para alguns o regime de sesmarias implantado pela Coroa Portuguesa representou a abertura do mercado de terras no Brasil, para a grande maioria a promulgação da Lei de Terras nº 601 de 1850 representou a base da legalidade da propriedade privada da terra no Brasil. Esta Lei proibia, em seu artigo primeiro, a aquisição de terras devolutas (da União) por outro título que não fosse através da compra e da venda. A Lei reconheceu e deu um prazo de dois anos para o registro das sesmarias e das posses nos livros paroquiais, sendo a aquisição das terras devolutas (do Estado) somente válidas quando registradas em hastas públicas (OLIVEIRA, 2005).

⁴ Segundo Oliveira (1987, p. 86) posseiro é o pequeno trabalhador agrícola (familiar) que, não tendo propriedade da terra, abre a posse em terra alheia, onde produz para sua subsistência, vendendo o excedente no mercado, a fim de adquirir as demais mercadorias de que necessita.

Durante o período colonial, muitas transformações econômicas e sociais ocorreram na agricultura, mas os impedimentos às alterações da concentrada estrutura fundiária eram mantidos. Era importante manter as terras nas mãos da classe que detinha o poder político e econômico da época. Parece sutil, mas existe uma diferença entre o período das sesmarias (colonial) e do regime de posses (transição) e o período da Lei de Terras de 1850. No primeiro momento, o que estava em jogo para Portugal era o interesse pela ocupação da terra, portanto, a posse prevalecia sobre o domínio, já que era fundamental ocupar parte do imenso território nacional, legitimando o poder da Coroa Portuguesa sobre as terras do Brasil. Já a partir da Lei de Terras de 1850, portanto, passados trezentos e cinquenta anos após o descobrimento, o título (domínio) prevalecia sobre a posse, invertendo-se os fatos. Portanto, no segundo momento tratava-se de garantir a viabilidade da renda da terra, ou seja, renda da terra capitalizada. Estava dada a substituição da propriedade privada do escravo pela propriedade privada da terra, tornando-a equivalente de mercadoria. No entanto, é importante considerar a peculiaridade na transformação da terra em mercadoria, conforme Martins (1986, p.32/33) observa:

[...] a terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está em que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; (...) todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem as possui e usa. A terra não é propriamente uma mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda – que é o seu uso capitalista – a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos.

Com a Lei de Terras de 1850 separa-se de vez o domínio, quer seja o título, de quem tem a posse da terra. O domínio, assim, passa a “status” de superioridade sobre a posse. A propriedade privada da terra pertence a quem possui o título ou o domínio sobre ela, se sobrepondo a quem a possui ou nela trabalha. Para a metrópole era importante lançar as terras na lógica capitalista do mercado garantindo a quem tivesse poder econômico o acesso às melhores terras agrícolas. Significou a possibilidade da apropriação de frações territoriais por quem detinha as condições econômicas, numa clara decisão política a favor das classes oligárquicas agrárias representadas no Nordeste por senhores de engenho e pelos aristocratas.

Esta característica está na base da elevada concentração fundiária, ainda hoje marca da estrutura econômica do país.

Continua Martins (1994) argumentando que após a Independência, em 1882, o poder da Coroa Portuguesa se transfere para os grandes proprietários privados de terra, verdadeiros potentados locais, latifúndios que concentraram no âmbito das esferas locais dos municípios o poder político-econômico e as decisões sobre a vida das comunidades. Ainda nas suas palavras, “os potentados rurais e locais tornar-se-ão os guardiões do Estado nacional nascente e, portanto, a fonte de legitimidade política do novo país”.

Este elemento foi o “cimento” utilizado para consolidar o pacto firmado entre as elites oligárquicas estabelecido na Lei de Terras, dando origem à formação do mercado de terras no Brasil. Esse pacto foi reforçado com a primeira constituição republicana de 1891 e com a transferência do controle das terras devolutas, originalmente pertencentes à união (excluídas as terras de fronteira e da marinha) para os Estados através do pacto federativo. Sorrateiramente, tratou-se de transferir o controle das terras, até então centralizado na Coroa Portuguesa, para os Estados. Garantiu-se, assim, com a descentralização da administração das terras públicas, que os coronéis locais tivessem acesso às melhores terras, controlando política e economicamente seus “currais eleitorais”, uma vez que, com a constituição republicana, a legitimidade do poder devia passar pelo voto. Sobre o assunto Martins (1995, p. 43), escreve:

[...] com a primeira constituição republicana, de 1891, as terras devolutas são transferidas para os Estados e colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização, interessadas na especulação imobiliária.

Se antes as terras devolutas eram terras mantidas sob o domínio da União, com o pacto republicano de 1891 elas passam para o domínio dos governos estaduais, que tiveram como alvo de sua política agrária as terras devolutas, estimulando e desenvolvendo a compra, a venda e as negociações das terras dentro do mercado de terras no Brasil. Apesar do processo de institucionalização da propriedade privada da terra estar baseado na Lei de Terras de 1850, não havia contradição alguma entre esta Lei, instituto que legalizou o mercado de terras no

país, e o comércio de terras devolutas estimulado localmente pelos Estados da federação.

2.2 O “Estado Novo” e a Renovação do Pacto Político das Oligarquias

Até a década de 1930, na primeira república, dominam as oligarquias agrárias, possuindo o Brasil uma economia de base agrícola quase que totalmente voltada aos interesses do mercado internacional, com um incipiente desenvolvimento industrial e uma agricultura camponesa fornecedora de alimentos ao pequeno mercado consumidor interno. A grande depressão do período pós-1929 coloca em xeque o modelo primário-exportador diminuindo consideravelmente as exportações de café. Com o governo de Vargas, o país adota um projeto de desenvolvimento pela via da industrialização baseado na substituição de importações (OLIVEIRA, 2005). O papel da agricultura nesta fase histórica foi o de garantir capital para fomentar o desenvolvimento industrial através de investimentos públicos. Parte desses investimentos fora carreados para cooperativas agrícolas, organizações com poder de penetração no campo capazes de garantir as condições de inserção do modelo agroindustrial, então em gestação, assunto ao qual retomaremos adiante.

Nesse período o Estado brasileiro incentiva a renovação tecnológica dos antigos engenhos, a ampliação da área plantada e o intensivo processo de modernização tecnológica de seu braço industrial. Andrade (1980, p. 97/98), sobre os investimentos estatais em infra-estrutura no Nordeste, em especial no Estado da Paraíba, observa:

[...] Também as estradas de ferro, quer particulares, quer da antiga Great Western, atual Rede Ferroviária do Nordeste, muito contribuíram para aumentar o poder expansivo das usinas (...). Estas, com o novo surto de desenvolvimento provocado pela Guerra Mundial de 1939-45, não só aumentaram consideravelmente a sua produção, como devido ao uso (...) e ao melhoramento das rodovias, passaram a ampliar a área de influência, (...). Casos há de usinas situadas quase no agreste, em verdadeiras indentações da Mata, (...) como ocorre com a Santa Helena, na Paraíba...

O avanço das usinas de açúcar no Nordeste foi fruto do incentivo às indústrias dado pelo Estado Novo também pela via da construção de estradas de ferro, rodovias, ampliando o uso de novas tecnologias no aparelhamento técnico das usinas, o que terminou por contribuir para a concentração de terras. Já no Sudeste é

o capital agrícola dos cafeicultores que financia a indústria nascente e que se instala próximo à sede do então poder político Federal (Rio de Janeiro), no estado de São Paulo. Este movimento contraditório e ao mesmo tempo espacialmente hierárquico promovido dentro de uma lógica regida pelo modo de produção capitalista expulsou centenas de camponeses e trabalhadores rurais para servirem de mão-de-obra barata e desqualificada nos cafezais paulistas e na incipiente indústria urbana, somando esforços à imigração européia incentivada oficialmente (Italiana, Japonesa, Polonesa, Alemã) (OLIVEIRA, 2005).

A transferência de recursos (financeiros, matéria-prima, força de trabalho) oriundos do Nordeste cumpriu importante papel na acumulação de capital necessária à formação do parque industrial paulista. Novamente, coube à agricultura ceder recursos ao setor industrial no esforço concentrador de capital. Esse é um processo que se intensifica fortemente nos anos 60, com os projetos de desenvolvimento regional, em especial, com a criação das agências de desenvolvimento do Nordeste e do Norte, SUDENE e SUDAM.

Além da institucionalização das agências de fomento ao desenvolvimento regional ocorre a consolidação do direito do trabalho, garantindo algumas reivindicações antigas dos trabalhadores como jornada de trabalho, remuneração mínima e aposentadoria ao segmento dos trabalhadores urbanos. Contraditoriamente, apesar da grande maioria da classe trabalhadora se encontrar no campo os benefícios não foram estendido aos trabalhadores rurais, nem tampouco aos camponeses. Estes, expulsos do campo pela expansão da concentração fundiária e o avanço do sistema agroindustrial mecanizado e intensivo no uso de tecnologias, se deslocam para os centros urbanos formando o exército de reserva industrial e um incipiente mercado urbano de consumo o que provoca um certo esvaziamento humano no campo, área de constante revolta e de efervescência política e ideológica.

No Nordeste, após a constituição republicana de 1891, a forma política dominante teve um único objetivo: garantir votos. O jogo político que se instalou nos sertões, com a transferência da responsabilidade da administração da propriedade das terras devolutas da União para os Estados, garantiu que os coronéis locais no exercício do coronelismo apoiassem os governadores de Estado desde que fosse

assegurada a não interferência destes nos potentados locais ou domínios privados daqueles primeiros. O poder econômico e político no Nordeste estiveram sempre atrelados a quem detinha a propriedade privada das terras locais, mesmo que para isso fosse necessário grilar⁵ a terra. Somada ao apoio do Estado, a força local policial garantia aos coronéis o domínio político e econômico sobre muitas comunidades rurais. A lei e a justiça eram estabelecidas por códigos morais e valores costumeiros construídos na base do interesse privado e das necessidades dos coronéis (MARTINS, 1994, 1995). A grilagem também foi um dos recursos utilizados pelos fazendeiros nos processos de expulsão e apropriação de terras de camponeses em frações territoriais da Zona da Mata no estado da Paraíba.

Foi o caso das comunidades que originariamente formaram a vila Araçá, por volta de 1938, atualmente cidade de Mari, influenciada pela construção da Rede Ferroviária do Nordeste (RFN) e da sua estação (NÓBREGA, 1976). O assentamento Tiradentes que mais à frente estudamos se situa neste espaço, localizado sete (7) quilômetros de distância da cidade de Marí e doze da cidade de Sapé, no Estado da Paraíba.

A ausência de ações do Estado e de instituições voltadas para a resolução dos conflitos de terra, em especial para a questão agrária nos potentados locais rurais, fertiliza e reitera o código de direito costumeiro, reconhecido por todos. Brigas entre famílias, rivalidades políticas locais, conflitos fundiários foram sendo resolvidos conforme a “lei dos coronéis”, cujo sistema político de poder e de justiça estava intrinsecamente vinculado ao poder das oligarquias rurais na base do sistema de favores (trocas) entre os proprietários privados de terra, os políticos e o conjunto dos camponeses e trabalhadores rurais e urbanos. Segundo Martins (1995, p. 72), a prática de troca de favores políticos não muda durante a fase do “Estado Novo”. Foi entre as constituições de 1891 e a de 1946 que:

[...] se estabeleceram as bases para um pacto político tácito, ainda hoje vigente, com modificações, em que os proprietários de terra não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados. A constituição de 1946 não alterou esse pacto, antes o reforçou.

⁵ Grilagem de terras segundo Andrade (1989, p.60) é o processo usado por indivíduos inescrupulosos e poderosos - grileiros - que se apossam de terras devolutas ou de posseiros, usando artimanhas jurídicas e/ ou violência.

O governo Vargas preferiu, assim, não intervir diretamente nas relações de trabalho e de produção vigentes no campo, onde as condições de vida dos trabalhadores rurais sem terra e de camponeses expropriados eram desastrosas. Decorrente da ação do Estado em favorecer os detentores do poder político e econômico concentrando terra e riqueza em alguns grupos em detrimento de uma política pública agrária voltada às necessidades dos milhares de camponeses, bem como por conta dos incentivos direcionados ao acelerado desenvolvimento industrial é que, neste período se acentua no campo e nas cidades as migrações, a fome, os saques, a violência e, como contrapartida, a resistência.

É do contexto de condições precárias e desumanas de vida e da expulsão de centenas de trabalhadores rurais e de camponeses que surge a formação de organizações camponesas, como, as Ligas Camponesas, no então Engenho Galiléia no Estado de Pernambuco. Durante os anos 50, se acentuam as discussões em torno da necessidade de uma reforma agrária mais ampla como caminho para solucionar o problema da miséria e das injustiças sociais vividas pelos trabalhadores no campo brasileiro, produto do injusto sistema fundiário nacional e do regime histórico de propriedade privada da terra, cada vez mais concentrador. Sobre esses conflitos, Andrade (1989, p. 26) observa que não havia união entre os sindicatos, partidos políticos e o movimento camponês da época e destaca algumas razões:

Havia dificuldade, dentro da estrutura sindical corporativista do Brasil, para a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, face à repressão dos proprietários de terra e às restrições feitas pelo Ministério do Trabalho, que controlava o movimento sindical e que não via com bons olhos a organização dos trabalhadores do campo.

Assim, foram organizadas pelos sindicatos rurais em 1945, várias ligas camponesas nas áreas periféricas da cidade do Recife aglutinando plantadores de legumes que se viam ameaçados de expulsão das terras arrendadas que cultivavam.

Pressionando o governo pelas chamadas reformas de base, os movimentos populares e sociais⁶ se manifestam por todo o Brasil. Os anos 40, 50 e início dos 60 fazem “fervilhar” a sociedade brasileira com a luta dos trabalhadores urbanos e

⁶ Por movimentos populares entendemos aqueles que expressam as demandas dos setores mais pobres da população e atuam para erradicar a estrutura de dominação que sustenta a desigualdade social Betto (2006, p.204).

camponeses do campo, apoiados por movimentos internacionais de trabalhadores e nacionalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), hoje Partido Comunista do Brasil, e por uma ala progressista da igreja católica. No campo, a bandeira de luta defendida inicialmente esteve coesa com a atuação das ligas camponesas em áreas de forte presença de camponeses arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários e, ainda, com os sindicatos rurais (STR's) atuando junto aos assalariados agrícolas. Entretanto, logo surgiram divergências, já que o entendimento das lideranças das ligas camponesas, defensoras do campesinato enquanto classe potencialmente revolucionária detentora das condições para dirigir o movimento socialista no Brasil, diferia daquele do PCB, autoritário e ligado aos pressupostos leninistas defensores da revolução conduzida pelo operariado urbano que ecoa até os dias de hoje (ANDRADE, 1989, p.29).

Contudo, essas duas frentes pouco avançaram na união de forças (camponeses e trabalhadores urbanos) para lutar em campos iguais. Não houve entendimento entre as lideranças e instituições que se propunham a defendê-los sobre a importância da luta pela terra para os camponeses, para a mudança das condições de trabalho no campo, e sobre a idéia de que a luta dos camponeses se dava em campo diferente da dos trabalhadores urbanos e rurais. Esse período, como Andrade (1989, p.31) observa

[...] foi de agudização das lutas camponesas e das divergências entre as várias tendências, enfraquecendo o movimento, que seria inteiramente desarticulado em 1964, para só voltar a ter maior agressividade e expressão quinze anos depois, a partir de 1979.

2.3 O Regime Militar e a Repressão aos Movimentos de Luta pela Terra

O golpe de 64 abafa os movimentos sociais populares, reafirmando o pacto político com as oligarquias regionais, ampliando e aprofundando a questão agrária. São implementadas, então, algumas políticas e criadas instituições com vistas a atenuar as crescentes ondas de violência e os sangrentos conflitos de terra no campo brasileiro. Como observa Andrade (1980, p. 250) sobre a movimentação no campo neste período:

[...] se aperceberam não só os estudiosos dos nossos problemas sociais, como os políticos, o clero e o próprio povo, uma vez que o espírito de revolta externado de quando em quando nos pontos mais diversos do Nordeste e as formas embrionárias de organização vêm surgindo dia a dia. Os proprietários de terra, alarmados, temem a reação camponesa, temem a reforma agrária preparada por políticos e técnicos, receiam os planos de recuperação econômica e nada fazem visando melhorar a produtividade de suas terras, aumentar verticalmente a produção, a fim de poder liberar para as culturas de subsistência as áreas.

Segundo Cintra (1999), a ampliação dos conflitos e da violência no campo resulta, a partir dos anos 60, na criação das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Amazônia - SUDAM, que priorizaram as ações governamentais de cunho colonizador. Algumas medidas foram intentadas para viabilizar a reforma agrária, sendo destacadas as seguintes:

- Criação da SUPRA - Superintendência de Política Agrária;
- Aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural normatizando as relações de trabalho no campo;
- Decreto prevendo a desapropriação pela União, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de 10 quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes.

Embora a criação da SUDENE e a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) tenham representado um avanço para um reduzido número de trabalhadores rurais, questões como a distribuição e a desconcentração fundiária (alterações necessárias no sistema fundiário), bem como a falta de uma política direcionada à agricultura camponesa persistiam. Andrade (1980, P.237), esclarece

que a SUDENE identificou como solução a ampliação da oferta de terras e a abertura de novas áreas para a agricultura. Ocorreu com isso que muitos nordestinos, encurralados pela expropriação promovida pelos usineiros e pelos latifundiários, se transferiram por conta própria para as novas áreas, como a região maranhense em condições precárias e adversas. Com a abertura da estrada Belém-Brasília e da Belém - São Luís, o fluxo de camponeses se expande para a região Norte em um processo de colonização espontânea que, na prática, significou uma reforma agrária de fato realizada pelos trabalhadores rurais sem intervenção do Estado ou de burocratas (ANDRADE, 1980).

O autor segue em sua análise afirmando que o problema mais gritante se encontrava na Zona da Mata açucareira do Nordeste, em função dos baixos rendimentos e da liberação de braços (força de trabalho) nos períodos de entre safra. Esse problema levou a SUDENE a elaborar um sistema que pressupunha a mecanização das lavouras e o aumento da massa salarial pelas grandes empresas agrícolas. Pensavam os técnicos da SUDENE, que a elevação da massa salarial e o aumento da produção de gêneros alimentícios na região provocariam o barateamento dos alimentos, trazendo a melhoria das condições de vida. O que de fato não ocorreu, já que prevaleceu o espírito de rotina dos usineiros nordestinos, sempre desconfiados, sedentos por terra, desejosos por ampliar suas propriedades e estender horizontalmente e verticalmente seus domínios canaviais.

Outro elemento importante foi que o crédito oficial fácil oriundo de projetos agropecuários aprovados pela SUDENE foi decisivo para que as empresas paulistas se instalassem na região Nordeste, ampliando o desmatamento, as áreas de pastagens, aumentando os conflitos fundiários e a violência e, novamente, concentrando terras. Houve ainda o favorecimento de instalação de empresas agropecuárias em terras de antigos ocupantes posseiros, terras de índios e de mata fechada, o que foi determinante para fundir no mercado de terras a reforma agrária e os conflitos e violência por terra em áreas de fronteira no Nordeste brasileiro.

É neste período que se estabelece o atual desenho da divisão social do trabalho no país, concentrando o setor industrial, com alto potencial de uso tecnológico, de recursos naturais e de capital nos Estados do Sudeste e Sul, e se mantendo no Norte e Nordeste uma indústria incipiente, uma agricultura em grande

parte dos estados nordestinos de tipo monocultora com base na cana-de-açúcar e na pecuária extensiva combinada a agricultura camponesa, produtora de alimentos componentes da cesta básica do trabalhador brasileiro, com uma rede urbana composta por serviços e instituições públicas. Aquela última agricultura se caracteriza pelo baixo uso tecnológico, produtora de culturas alimentícias baseadas na pequena propriedade familiar e por ser funcionalmente interessante para os diversos ramos industriais como garantia de fornecimento de alimentos e de matéria-prima de baixo custo aos trabalhadores urbanos e às indústrias de transformação (alimentos, papel, álcool, têxtil, calçados). Assim, cumpre à produção agrícola no Nordeste e no Norte do país o duplo papel, incentivado pelo Estado através da SUDENE e da SUDAM, de fornecedores de mão-de-obra barata e de matéria prima às indústrias situadas no Sudeste e no Sul.

Ainda segundo (ANDRADE, 1980), a expansão das grandes empresas agropecuárias no Nordeste, na forma de empreendimentos fundiários, se deu pela facilidade de obtenção de recursos governamentais para aplicação em projetos agropecuários e pela utilização de mão-de-obra barata, às vezes até em regime de tipo “semi-escravidão”. Em plena ditadura, a grilagem de terras e a violência organizada por latifundiários atingiam índios, posseiros e camponeses, ainda que de alguma forma tais acontecimentos fossem noticiados na imprensa do país. Era claro para os camponeses (agregados, sitiantes, ocupantes, posseiros, moradores de condição, cambãozeiros) e para os trabalhadores rurais assalariados (bóias-frias) e urbanos a necessidade de organização para enfrentar e questionar o pacto constantemente renovado pelas elites na luta por melhores condições de trabalho e qualidade de vida digna. As Ligas Camponesas e a organização dos trabalhadores em sindicatos rurais apoiados por partidos políticos, notadamente o PCB, e pela ala progressista da Igreja Católica (pastorais rurais) evidenciaram as possibilidades de organização política do conflito para a solução dos problemas que envolviam a questão agrária.

Obviamente, o movimento de luta pela terra não surge com a ditadura militar de 1964, ele é anterior e se encontra nos meandros da história do país. Conforme afirma Oliveira (2001, p.18), o movimento de luta pela terra está inserido nas lutas em Palmares, Contestado, Canudos, nas greves dos cafezais paulistas, lutas estas

que forjaram os embriões da luta pela reforma agrária e pela inclusão social de camponeses e trabalhadores rurais.

Nesse processo, ainda segundo Oliveira (2001), dois componentes são essenciais na luta dos camponeses contra o pagamento de renda da terra durante o século XX, que resultaram na intensificação dos conflitos:

[...] de um lado a tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente à expropriação, representada pelos posseiros e sua luta contra os fazendeiros grileiros. De outro, o movimento originado na luta dos camponeses parceiros ou moradores contra a expropriação completa no seio do latifúndio, que os transformava em trabalhadores assalariados.

Esses componentes essenciais da luta pela terra, ou seja, contra o pagamento da renda da terra, e contra a expropriação dos camponeses e sua transformação em trabalhadores rurais assalariados produziram um número de conflitos e de violência no campo capaz de gerar revoltas como a de Trombas e Formoso em Goiás, a de Porecatu no Estado do Paraná e as das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro.

Luta que teoricamente deveria caminhar no sentido de uma revolução democrático-burguesa como etapa necessária para a revolução socialista. Ocorre que o primeiro congresso de lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil, em 1961, é marcado pelas cisões no interior do Partido Comunista do Brasil (PC do B), demarcando o início das divergências entre a ULTAB e as Ligas Camponesas, representantes estas de propostas de uma mudança no sistema fundiário nacional e de uma reforma agrária ampla e radical no país.

Para Oliveira (2002), com o espaço conquistado pelas Ligas, dando vez e voz aos camponeses, começa a ganhar corpo e forma a organização camponesa de luta pela terra, incomodando grupos de militares e parte da elite proprietária privada de terra mais conservadora. Deste momento em diante, o movimento camponês é duramente rechaçado com a instalação do golpe em 1964, que assume o controle do país e instaura a perseguição e o sumiço de lideranças e simpatizantes do movimento das Ligas Camponesas, com sua desarticulação quase por completo.

Na Paraíba ocorreu um dos choques mais violentos entre os camponeses associados das Ligas e proprietários de terra. Segundo Andrade (1980, p. 259):

[...] no Engenho Miriri, entre associados das Ligas Camponesas e o proprietário de um latifúndio de 15.000 hectares. A maioria dos moradores dava um dia de 'cambão' por semana ao proprietário como aluguel de um sítio de meio hectare. Alertados (...), despertaram os agricultores, passando os mesmos a pleitear o direito de pagar o foro em dinheiro. Eliminava-se, assim, o 'cambão'. O proprietário não aceitou a proposta ameaçando expulsar os moradores que fossem filiados às Ligas. Surgiram daí divergências entre moradores e vigias do Coronel, resultando até o dia 7 de março de 1962, lutas em que (...) dois camponeses foram fulminados por tiros de '38'.

O acomodamento pelos militares dos conflitos de terra no campo foi buscado através de uma concepção de “reforma agrária de estado” nos moldes do mercado, que acabou por prorrogar o enfrentamento daqueles conflitos agrários, da violência e das mudanças necessárias no quadro fundiário brasileiro, resultando na tentativa de esvaziamento político do movimento de luta pela terra. A solução foi encontrada no controle das lideranças dos movimentos sociais camponeses (perseguição, prisão, exílio) e no reforço do poder dos latifundiários. O regime militar lançou uma legislação denominada Estatuto da Terra (1964), repleta de contradições e de uma excelente capacidade de fragmentação e desarticulação dos movimentos sociais. A reação conservadora, novamente, uniu as elites em volta de seus interesses sem tocar no ponto nevrálgico da questão: a redistribuição fundiária e o fim dos conflitos por terra. Estava clara, uma vez mais, a manutenção da terra sob o domínio dos que detinham o poder econômico e político no Brasil.

O Estatuto da Terra criado pela Lei n 4.504 de novembro de 1964 previa, entre outras ações, que a terra devia ser utilizada de modo a:

- a) que houvesse uma exploração que favorecesse o bem-estar do proprietário e das famílias que nela labutavam;
- b) que mantivesse níveis satisfatórios de produtividade;
- c) que respeitasse o meio ambiente e;
- d) que cumprisse a legislação trabalhista.

Cumprindo estas determinações, o proprietário privado de terra no Brasil estaria fazendo com que a terra cumprisse sua função social, embora não se falasse na distribuição das terras dos grandes latifundiários aos milhares de camponeses sem terra, nem de políticas que viabilizassem o desenvolvimento da agricultura camponesa. A “reforma agrária dos militares” buscou antes de tudo, fragmentar o movimento de luta por terra no Brasil, modernizando o latifúndio e as empresas agropecuárias e abrindo, mais uma vez, a possibilidade de reprodução ampliada do capitalismo no campo brasileiro. Era necessário demonstrar à sociedade que o regime militar estava atento aos problemas da violência crescente no campo. O atenuar dos conflitos foi buscado com a elaboração do Estatuto da Terra (ET) e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural, solução que não incomodou às elites agrárias e urbanas detentoras de terra, de grandes propriedades rurais e de empresas agropecuárias exportadoras. É válido destacar que ainda hoje é enorme a luta dos trabalhadores rurais para que se façam cumprir a legislação trabalhista e os direitos mínimos no campo. Basta lembrar a difícil tarefa do próprio Ministério do Trabalho na fiscalização e autuação de inúmeras fazendas que exploram o trabalho infantil e escravo na interior e nos sertões do país.

Para Oliveira (2002), a expansão e modernização da grande agricultura incentivada e estimulada pelo Estado prevista no Estatuto da Terra em detrimento da agricultura camponesa (pequenas unidades produtivas) possibilitou que os capitalistas industriais urbanos se transformassem em proprietários privados de terra, em latifundiários. Era necessário unir o capital industrial ao agrícola e permitir o avanço daquele em novas frentes produtivas no campo brasileiro. Os incentivos dados pela SUDENE, no caso do Nordeste, garantiram a fusão do capital urbano-industrial com o capital dos latifundiários, consolidando o sistema da grande propriedade privada da terra, característica do caráter rentista do capitalismo no Brasil.

Somado ao caráter rentista do capitalismo no Brasil, o Proterra - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, foi um dos instrumentos mais eficazes utilizados para promover a modernização e o uso da tecnologia (insumos, equipamentos, sementes mais adaptadas, corretivos em solos) na agricultura, o acesso do homem à terra, buscando criar melhores condições de emprego e de utilização da mão-de-obra (trabalhador rural) e fomento à

agroindústria em áreas tipicamente de pequena produção e culturas alimentícia destinadas ao abastecimento interno e ao consumo familiar (OLIVEIRA, 2005). Como veremos mais à frente, o programa permitiu o avanço do capital no campo via cooperativas agropecuárias, que integravam um conjunto de pequenas indústrias tecnologicamente modernas modificadoras das relações de produção no campo na forma de pacotes e de projetos que consolidam as atividades agrícolas com às da indústria.

O plano inicialmente se restringia a algumas regiões: Zona da Mata e Agreste Pernambucano, Zona do Brejo Paraibano e Sertão Cearense, áreas de predomínio da pequena produção camponesa, embora tendo como alvo os proprietários privados de terras acima de mil (1000) hectares. Estes proprietários apresentavam projetos ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - órgão executor da política agrária vinculado, na atualidade, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e recebiam prévia e justa indenização em dinheiro pelas terras que seriam colocadas à venda para os pequenos agricultores (camponeses expropriados), através do Banco do Brasil. Os recursos se destinavam à aquisição de terras por pequenos produtores a custos baixos e de longo prazo, e tinham como origem o PIN - Programa de Integração Nacional - e o sistema de incentivos fiscais Oliveira *apud* Oliveira (2005).

Andrade (1980) observa que na Paraíba, vencido o prazo para a entrega dos projetos ao INCRA, foram liberados 12.478 hectares de terras e que a adesão resultou no total de 119 proprietários privados de terra, entre eles vários usineiros.

Com a instalação do golpe militar em 64, o movimento de luta pela terra é sufocado e instaura-se no país um “novo” ordenamento da luta política por terra. Conforme Martins (1989, p.68), os militares desencadearam ampla e intensa repressão contra a ação das esquerdas no campo. Com o apoio da elite nacional, promoveram uma reforma agrária organizada nos moldes do Estado, que atendia aos anseios e interesses do mercado de terras, conforme previsto pelas agências financiadoras internacionais com atuação no país.

Para o movimento de luta pela terra no Brasil a reforma agrária só viria como consequência do avanço das conquistas e das mudanças estruturais no sistema

fundiário nacional (regime de propriedade de terras e a renda da terra). O movimento compreendia que tais mudanças não seriam implantadas pelas elites burguesas urbano-industriais e rurais, apoiadas pelo Estado ditatorial e que, somente a luta e a resistência camponesa possibilitariam as conquistas necessárias ao desenvolvimento do campo.

Para uma parcela daquele movimento era claro que a reforma agrária deveria ser uma conquista do povo do campo, já que aos trabalhadores da cidade caberia outra forma de luta e de interesses. O acirramento das necessidades e a política agrária deliberadamente a favor das elites por parte do Estado fortaleceram a organização dos camponeses e trabalhadores rurais. É a partir do final da década de 70 e início da década de 80 que avançam a luta e a resistência pela terra no país, mesmo que dentro do movimento tenham ganhado fôlego os que defendiam a instalação de uma reforma agrária realizada nos moldes do Estado (MARTINS, 2004; OLIVEIRA, 2005).

2.4 Da Redemocratização do País à Era Fernando Henrique Cardoso (FHC)

No final dos anos 70, a luta pela terra se intensifica e os conflitos no campo se generalizaram (assassinatos, brigas por terra, despejos violentos), colocando para os camponeses e índios a necessidade de organização. A participação mais intensa da igreja católica a partir de meados da década de 70, denunciando publicamente a violência no campo e os desvios de verba e de falsificação de documentos, articulando reuniões e leituras bíblicas através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), significou o fortalecimento das ações de resistência do movimento de luta pela terra. Frentes de luta camponesa foram se formando ainda que espontaneamente e isoladas. Destas frentes de luta nasce, entre o final do regime militar e início do processo de reabertura política, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, que recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de partidos políticos de esquerda. Criado na década de 80, o MST vem se caracterizando, especialmente durante os anos 90, como movimento social que coloca o governo numa posição defensiva e dá encaminhamentos às questões de política agrária no país (CINTRA, 1999).

Conforme Martins (2004), o MST e a CPT foram as principais organizações responsáveis pela inclusão da questão agrária na agenda política do Estado brasileiro pós-redemocratização. A Nova República, todavia, procurou tratar a questão agrária como um problema de política agrícola de caráter meramente quantitativo, esvaziando seu conteúdo político. Com o primeiro (I) PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária instituída no governo José Sarney, o INCRA previa assentar 1,4 milhões de famílias ao longo de cinco anos (OLIVEIRA, 2005). No entanto, com o anúncio do plano em um congresso de trabalhadores rurais, iniciou-se a movimentação contrária de setores ruralistas que faziam parte do governo da “Nova República” visando impedir a sua implementação. A resposta dos latifundiários veio rapidamente com a criação da UDR - União Democrática Ruralista que buscou garantir o direito de proteção à propriedade privada da terra dos latifundiários, impedindo as ocupações de terra e a implantação do PNRA. Como consequência, o I PNRA retrocede em suas metas previstas deixando um saldo reduzido de beneficiários. Do número total previsto, apenas 10% das famílias são assentadas e 8% das terras previstas foram desapropriadas, demonstrando o poder de mobilização dos ruralistas que na elaboração da Constituição Federal de 1988 conseguem articular segmentos contrários à implantação do plano (OLIVEIRA, 2001).

Martins (1999, p.90), tecendo críticas à elaboração da CF de 1988 argumenta que:

[...] os precários avanços na legislação fundiária da ditadura militar foram praticamente anulados pelos constituintes. A utilização dos conceitos de propriedade produtiva e de propriedade improdutiva introduziu uma ampla ambigüidade na definição das propriedades sujeitas à desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra.

O início dos anos 90, do governo Fernando Collor de Melo, é marcado por mudanças estruturais na economia e nas políticas sociais do Estado. A execução do I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi paralisada demonstrando claramente a articulação da UDR e o desejo de não cumprir a Reforma Agrária concebida pelo Estado. De acordo com Oliveira (2001, p. 200) a:

UDR praticamente assumiu o controle da Reforma Agrária no Brasil, portanto, promoveu o abandono completo da Reforma Agrária. A queda de Collor e a ascensão de Itamar Franco praticamente nada mudou (...). Até 1994 a ação do Estado referente aos assentamentos rurais resultou entre projetos de colonização e assentamentos no total de 355 mil famílias assentadas permitindo afirmar que as políticas do Estado brasileiro nunca possibilitaram uma política de acesso à terra aos camponeses.

Conforme argumenta Oliveira (2005, p. 59), a constituição de 1988 retrocedeu na questão da reforma agrária criando contradições na legislação agrária brasileira. Enquanto no Estatuto da Terra (1964), a terra produtiva é passível de desapropriação desde que não cumpra sua função social dada pela combinação de quatro itens (terra produtiva, manutenção de justas relações de trabalho, cumprimento da legislação ambiental e o não cultivo de drogas), na Constituição Federal de 1988, o item que é destacado como mecanismo que possibilita a desapropriação é o da “terra produtiva”, instalando-se uma contradição na legislação e evidenciando o caráter progressista do Estatuto da Terra de 1964 em relação à Constituição Federal de 1988.

É importante reconhecer que é somente com o movimento nacional de luta por terra em especial com a ação dos posseiros na Amazônia que lutam pela desapropriação de terras que a reforma agrária tem se desenvolvido no Brasil, muito embora a legislação fundiária pouco contribua para isso, pois não esclarece onde devem recair as desapropriações, se sobre os minifúndios ou se sobre os latifúndios e, ainda, pouco esclarece sobre a impossibilidade de desapropriação das pequenas e médias propriedades. Por conta da confusa legislação, o INCRA criou mecanismos e procedimentos internos próprios para o que chamou de reforma agrária, vinculando estes procedimentos internos (cadastro das famílias, laudos de vistoria, declaração de improdutividade, decreto presidencial e imissão da posse) a uma estrutura fundiária existente (produtiva/ improdutiva) e a algum tipo de relação da sociedade capitalista com esta estrutura.

Renova-se, uma vez mais, agora na Nova República, o pacto social, político e econômico das elites. O Estado liberal garante, assim, uma política agrária explicitamente interessada em promover mudanças e garantias de não realização da reforma agrária reivindicada pelos camponeses. A dubiedade na legislação, somada ao aparato burocrático das instituições públicas, garantem que as terras que

poderiam ser desapropriadas por estarem, por exemplo, produzindo drogas ou utilizando trabalho em condições de escravidão não sejam passíveis de desapropriação. Isso é reforçado pela dependência financeira do Estado brasileiro a quem interessa cumprir as metas determinadas pelo Banco Mundial que prioriza os empréstimos ao Brasil se este garantir que a aquisição de terras para fins de reforma agrária seja feita através da compra e da venda das mesmas (OLIVEIRA, 2005). Dessa maneira, o Estado busca controlar os efeitos da pressão política realizada pelos movimentos de luta por terra junto à sociedade, que exigem que as terras para fins de reforma agrária sejam fruto de desapropriações com pagamento através de TDA's – Títulos da Dívida Agrária.

Os dois mandatos (1995-2002) da era Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram marcados por políticas voltadas para a estabilidade econômica e para manutenção do Plano Real. É durante este período, no entanto, que os conflitos e a violência no campo se ampliam, o que determina a queda na aprovação de seu governo. Conforme Oliveira (2001, p.198), os acontecimentos noticiados pela grande mídia nacional deixaram claro o estado de violência no campo brasileiro:

[...] os massacres de Corumbiara e Eldorado do Carajás são exemplos ocorridos no governo FHC. Ambos os massacres representam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da Reforma Agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC tem tido como contrapartida duas práticas governamentais: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais; a segunda, no plano econômico, prorrogação – não se sabe até quando – das dívidas destes latifundiários, que não as saldaram.

Por outro lado, as ocupações e os acampamentos nos anos 90 demonstraram ser ações políticas rotineiras dos movimentos sociais e das instituições de representação dos camponeses em luta pela terra. Como resposta às pressões, o governo reage criando projetos de reformulação da agricultura familiar e de reforma agrária como o “Novo Mundo Rural”. Esse projeto propôs, entre outras ações, transformar a agricultura familiar, a reforma agrária e o desenvolvimento local sob a perspectiva de uma política de desenvolvimento rural baseada na expansão da agricultura familiar e de sua inserção no mercado. A idéia central era promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, desconcentrando a base produtiva e dinamizando a vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais.

Para viabilizar o intento, o projeto propôs realizar investimentos na expansão e no fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição do ativo terra, na educação e no estímulo às múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas. O governo FHC e sua equipe perceberam claramente a oportunidade de esvaziar e “enterrar” politicamente o movimento de luta pela terra, criando um “novo” sujeito, o agricultor familiar, em contraposição ao conceito de camponês e de agricultura camponesa. Eles entendiam que para fragmentar a organização e os movimentos de luta por terra no Brasil era preciso criar mecanismos para acelerar o avanço do capital no campo. Buscaram realizar seu intento investindo na pluriatividade nas áreas de assentamentos rurais e, paralelamente, realizando uma campanha intensa de criminalização das ações do MST, inclusive, criando um mecanismo legal que impedia a vistoria de fazendas e áreas em litígio que estivessem ocupadas, dificultando os processos já burocratizados de reforma agrária (OLIVEIRA, 2005). Aqui cabe destacar a diferença que há entre agricultura camponesa e agricultura familiar: embora ambas utilizem o trabalho familiar como componente essencial, a última prevê, entre outras atividades, o desenvolvimento da divisão social e técnica do trabalho no interior das pequenas unidades produtivas em contraposição à divisão familiar do trabalho, a integração de um sistema produtivo que não distingue as atividades agrícolas daquelas industriais na instalação de agroindústrias de pequeno porte inseridas na lógica do mercado globalizado sem atentar, no entanto, para a garantia da reprodução familiar camponesa. Estimula a pluriatividade em setores como o turismo, a prestação de serviços no ramo do lazer e da habitação, ou seja, é a tentativa da diversificação de atividades econômicas com base no conceito de empreendedorismo.

Rompendo com a visão do rural fortalecida no período militar através da chamada “revolução verde” que fez avançar o capital sobre o campo com a intensificação dos projetos de uso intensivo de tecnologia, que isolou a cidade do campo, o programa “O Novo Mundo Rural” previa cinco linhas de ação estratégica, conforme pode ser encontrado no documento do (MDA, 1999):

- a) expansão da agricultura familiar, com a ampliação dos instrumentos de obtenção de terras;

- b) desconcentração do capital humano, com a ampliação da oferta de ensino básico à família rural;
- c) desconcentração do capital físico, priorizando instrumentos descentralizados em infra-estrutura social e econômica;
- d) ampliação e desconcentração do capital social, com incentivos e apoio à formação de associações de municípios; e
- e) desenvolvimento das atividades produtivas por meio do aperfeiçoamento das linhas de crédito destinadas à agricultura familiar.

Assim, o programa de reforma agrária e de expansão da agricultura familiar do governo FHC não propunha o abandono das desapropriações, mas buscava incorporar os mecanismos diversificados de obtenção de recursos fundiários, como o uso do Banco da Terra, sucessor do Projeto Cédula da Terra. Abria, assim, outras frentes, conforme requerido pelo Banco Mundial, de acesso e de financiamento de terras e de produção fortalecendo, com isso, o mercado de terras e esvaziando a luta pela terra que defende as desapropriações de terras improdutivas, como prevê a Lei (OLIVEIRA, 2005).

O Banco da Terra, que sucedeu ao Projeto Cédula da Terra, projeto este desenvolvido com incentivos do Banco Mundial, já está em execução nos Estados do Ceará, Bahia, Maranhão, Pernambuco e norte de Minas Gerais atingindo, portanto, quase a totalidade da região do semi-árido. Tem o objetivo de aliviar a pobreza no Nordeste brasileiro, estratégia de ação do Banco Mundial em países em desenvolvimento, implicando na oxigenação do mercado de terras e na manutenção de recursos para o alívio das dívidas ruralistas de grandes proprietários de terra falidos (OLIVEIRA, 2005). O projeto do governo sinalizou, assim, para a manutenção e o fortalecimento das estruturas agrárias, aprofundando a já alta concentração de terras que resulta em aumento de violência e miséria no campo e consequentemente nas cidades.

Ainda segundo a autora, a orientação do governo FHC, seguindo as diretrizes e preceitos econômicos e políticos ditados pelo Banco Mundial, deixou evidente a manutenção de um projeto pactuado com a elite brasileira. O Programa “O Novo Mundo Rural” expressou, assim, uma política governamental que visava fragmentar os

movimentos sociais de luta pela terra e negar os conflitos por terra no campo. Representou para parte dos movimentos sociais camponeses a continuidade de um projeto de reforma agrária realizado nos moldes do Estado, comandado pelas leis de mercado, efetivamente quantitativo e sem tocar nos elementos centrais do sistema fundiário nacional e da questão agrária.

O Estado na última gestão do governo FHC (1998-2002) até os dias atuais, trazendo para si a responsabilidade na execução da reforma agrária nos moldes do mercado, terminou por tomar as rédeas do “jogo” e arrefecer as pressões inviabilizando parte das demandas do movimento nacional de luta por terra. Martins (2004, p.21) explica as razões do arrefecimento do movimento nacional de luta pela terra no Brasil argumentando e tecendo críticas sobre a fraqueza política do MST e da CPT. Para este autor, o Estado é quem tem definido as demandas da política agrária:

[...] De fato, MST e CPT perderam o controle do seu projeto de transformar a sociedade brasileira através da *transformação da estrutura agrária*, porque sua concepção maniqueísta e redutiva da política não lhes permite reconhecer-se como donatários políticos (...).

Perderam o controle porque seu questionamento cria uma resposta, no âmbito do governo, para uma demanda social que é também demanda e busca do governo: a redução do desemprego, das migrações e a elevação da renda das famílias por meio da criação de alternativas de vida no campo. Aqui, claramente, quem questiona e propõe não é quem resolve. (...), é a política agrária do governo que define a demanda que não é prioritariamente sua e para a qual, não obstante, é a resposta.

[...] Sobretudo, *reduzem a reforma a uma questão quantitativa, sem qualquer intervenção ou inovação de natureza histórica e institucional*. O quantitativo é o modo de fazer (...) e nossa forma arcaica de direito fundiário fica devidamente resguardada.

O autor observa o seguinte sobre a proposta de reforma agrária prevista pelo programa da CPT, que exprime também o programa do MST:

Trata-se de um programa limitado a aspectos puramente quantitativo da reforma - desapropriação de uma grande quantidade de terras, em tempo razoavelmente curto. Os aspectos qualitativos e essenciais de uma verdadeira Reforma Agrária ficam completamente de fora - o *instituto da propriedade e o complexo, disseminado e iníquo mecanismo da renda da terra*.

Fabrini (2003) evidencia a disposição de alguns autores, em especial àqueles vinculados a matriz teórica do projeto “O Novo Mundo Rural”, em destacar que no Brasil a reforma agrária deve ser orientada para o fortalecimento da agricultura familiar e do sujeito agricultor familiar, envolvendo os agricultores em atividades econômicas diversas, como a indústria, o turismo, o lazer, a habitação e os serviços. É com o uso da lógica do empreendedorismo que os pequenos produtores devem entrar no mercado através da competitividade e de uma visão econômica da produção de mercadorias voltada exclusivamente para o mercado. Ricardo Abramovay (1992), José Graziano da Silva (1994) e José Eli da Veiga (2001) são alguns dos estudiosos que acreditam que esta inserção pode trazer inclusão social a todos os camponeses. Eles acreditam no desaparecimento do camponês, tratando-os como resíduos em extinção na sociedade capitalista moderna, empreendedora, competitiva e eficiente.

Desta forma, se de um lado a política agrária desenvolvida pelo governo FHC esteve em consonância com os interesses da elite, de outro, a política repressiva deste mesmo governo também beneficiou o poder dos latifundiários, arrefecendo a força política do principal movimento de luta pela terra da atualidade no Brasil: o MST. Em seus dois mandatos, entidades e instituições representantes dos camponeses, entre elas o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina e o próprio MST aprofundaram as discussões e encaminhamentos de ações que denunciavam as terras improdutivas, a falsificação de títulos (grilagem), as irregularidades na execução dos programas e projetos governamentais e o aumento de conflitos e da violência no campo (OLIVEIRA, 2005).

2.5 Os des(caminhos) entre a Reforma Agrária Comandada pelo Estado e a Questão Agrária Imputada pelos Camponeses

O estímulo ao desenvolvimento da agricultura ocorrido após a década de 60, através do modelo empresarial-rural, concentrador, difusionista de assistência técnica e inovador de tecnologias, veio acompanhado de aumento da exclusão de

camponeses através da expropriação de suas terras e, por conseguinte, de sua sujeição ao trabalho assalariado.

As ações do Estado para desenvolver o campo brasileiro têm sido voltadas para atender às necessidades do mercado externo: insumos, implementos agrícolas, isenção de impostos, infra-estrutura rodohidroferroviária e subsídios a monocultura para exportação. Fundado no discurso da necessidade de saldos positivos na balança comercial e de exportações brasileira, o governo acalma os investidores internacionais e reduz, assim, o “risco país”. Essa política tem ampliado a condição de pobreza e miserabilidade da grande maioria de pequenos produtores familiares muitos dos quais camponeses e de trabalhadores rurais.

Assim, o investimento na agricultura realizado pelo Estado vai de encontro às reais mudanças necessárias na estrutura fundiária: o redesenho necessário da distribuição de pequenas propriedades de terra e a distribuição eqüitativa dos frutos da produção no campo brasileiro. Os números são claros. Em seu discurso de campanha política para o segundo mandato, o atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, afirma que nunca o governo investiu tanto na agricultura, e apresenta dados que demonstram o quanto o compromisso com a agricultura de tipo camponesa ainda é uma realidade distante no seu governo. Foram investidos, somente no ano de 2006, cinqüenta bilhões de reais no agronegócio do grande capital e apenas dez bilhões de reais na agricultura de tipo familiar, de pequena propriedade propulsora da pluriatividade, em detrimento da agricultura camponesa.

Para o governo e os defensores da agricultura familiar que permanecem desde o então presidente FHC comandando o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, não há razão em se considerar a agricultura camponesa, já que as relações de trabalho predominantes no campo brasileiro são as de tipo capitalistas, portanto, assalariadas. As outras são resíduos, traços de relações que tendem a desaparecer com a ampliação do capital e da mecanização no campo - a idéia da homogeneização das relações capitalistas de produção, conforme (SILVA, 1994), (ABRAMOVAY, 1992) e (VEIGA, 2001). Nesta disputa de forças, o elemento central que o governo parece não querer enfrentar é o fato de que avançar na questão agrária requer mudança no padrão de estrutura fundiária do Brasil e na forma como ocorre a apropriação dos frutos do trabalho camponês. Ora, para alterá-los, é

necessário que o governo incentive o desenvolvimento de uma agricultura reprodutora no sistema de pequenas unidades produtivas baseadas na pequena propriedade privada familiar da terra fortalecendo a produção via subsídios agrícolas desconcentrando o dispêndio de recursos na etapa das trocas (comercial), o que terminaria por fragilizar um dos pilares do poder econômico e político de sustentação da elite no país, a grande propriedade privada latifundiária da terra, reproduzida pelas elites e apoiada, historicamente, pelo Estado através de pactos nacionais constantemente renovados.

Oliveira (2002, p. 104), tecendo crítica a ações do Estado na execução da reforma agrária, observa que, a partir da década de 90, quando assume o poder o presidente Fernando Collor de Melo, o número previsto para o assentamento de famílias foi reduzido consideravelmente a cada governo, e o que é pior, passou a não ser cumprido Oliveira (2002, p.105).

Resultado destas políticas desastrosas para o campo é que o Estado brasileiro vem contribuindo sobremaneira para ampliar os ciclos econômicos e sociais de expulsão do homem do campo pela via da migração campo-cidade ou campo-campo, aumentando a desigualdade social e fragilizando o quadro já agudo de qualidade de vida dos milhares de camponeses e de trabalhadores rurais que resistem e lutam para se reproduzirem na terra. Sobre o processo de migração de nordestinos, em especial do campo, e os desníveis econômicos que geram grande hierarquia social e econômica no país, em especial no Nordeste, Andrade (1980, p. 43) observa:

[...] temos de salientar os grandes desníveis econômicos entre a população rural, uma vez que há, (...) uma grande massa de trabalhadores rurais assalariados, (...) uma ponderável percentagem de pequenos proprietários que, (...) ora tem um padrão de vida razoável, (...) ora mourejam na terra sob condições precaríssimas, ora trabalham como assalariados de grandes e médios proprietários vizinhos e tem um padrão de vida idêntico ou semelhante ao dos trabalhadores sem terra. Formam a grande massa camponesa nordestina que, (...) migram para o Sul - Norte do Paraná -, o Sudeste - Rio e São Paulo.

Os camponeses, assim, teimam em resistir à sujeição imposta pelo capital através da expropriação e da exploração da força de trabalho de forma precária, como ocorre com os trabalhadores bóias frias na Zona da Mata nordestina e no

Estado de São Paulo. Esses trabalhadores rurais temporários⁷ se submetem às condições desumanas e violentas de trabalho, muitos deles chegando a óbito em função da longa e cansativa jornada de trabalho, algumas vezes, noticiado pela grande mídia nacional Oliveira (2002, p.77).

Assim, como alternativa de complementação na renda familiar, os camponeses assentados têm no recurso do trabalho acessório⁸ e na parceria mecanismos de garantia da reprodução familiar como acontece na Zona da Mata do Nordeste, área de nosso estudo: no período da safra, na época do corte e da colheita da cana-de-açúcar, o assalariamento temporário combina-se com as necessidades de trabalho no interior da unidade produtiva familiar. Sobre isso Oliveira (2001, p.56) escreve:

[...] a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É, pois derivada desta característica que a família abre a possibilidade da combinação (...). É assim que o trabalho assalariado, a ajuda mútua e a parceria aparece como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa.

Estas características marcam e têm determinado, de certa maneira, a identidade peculiar e própria na história da reprodução camponesa no Brasil, história de uma classe marcada pela luta e pela resistência na terra. Luta e resistência que ocorrem de forma mais aguda no país em função das crescentes taxas de concentração de terras, o que demonstra uma política pública equivocada para a questão agrária, que não tem conseguido avançar e dar conta da desconcentração de terras. O fato pode ser confirmado quando observamos dados oficiais do próprio Estado que indicam que poucos proprietários de terra (1,6%) são donos de muitas e das melhores terras (43,8%) nas grandes propriedades, enquanto milhares de camponeses e de pequenas unidades produtivas (85,2%) permanecem sem terra suficiente (20%) para se reproduzirem dignamente. A tabela abaixo, da estrutura fundiária brasileira, demonstra bem, se somarmos aqueles imóveis situados no grupo com área acima de mil hectares, o que estamos descrevendo:

⁷ Trabalhadores utilizados pelas usinas de açúcar e destilarias de álcool no período de safra da cana-de-açúcar na Zona da Mata dos Estados do Nordeste, no interior de São Paulo, no triângulo mineiro e sul de Goiás.

⁸ Segundo Oliveira (1987, p.69) trabalho acessório é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa.

Tabela 1 – Estrutura fundiária brasileira ano base: 2003.

Grupos de área total (ha.)	Número de Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha.)	% de área	Área média(ha.)
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a 500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
De 2000 a 5000	25.417	0,6	76.466.668	18,2	3.008,5
5000 e mais	6.847	0,1	56.164.841	13,5	8.202,8
Total	4.238.421	100,0	420.345.382	100,0	

Fonte: INCRA - Situação em 2003 *in* II PNRA, Brasília, 2003.

A concentração fundiária, associada a uma política pública que tem privilegiado historicamente o capital via agricultura comercial e de exportações, são fatores que conduzem o Brasil à condição de país com uma das piores concentrações de terra do mundo, o que nos leva a ter uma distribuição de renda e um quadro social dos mais desiguais. Estes fatores confirmam a máxima de que somente crescimento econômico, necessariamente, não é sinônimo de desenvolvimento e distribuição de renda, “conforme bravata discursiva do governo Lula em seus pronunciamentos”.

Após mais de quatro décadas de discussões e conflitos, o problema fundiário no Brasil ainda está por ser resolvido. Parte dos assentamentos rurais existentes⁹ são projetos incipientes de reforma agrária com sérios problemas de manutenção e passando por uma questão central a ser solucionada: a *viabilização de alternativas para a produção e a comercialização* capazes de trazer autonomia para os camponeses assentados e trabalhadores (OLIVEIRA, 2001). No assentamento Tiradentes os lotes dos camponeses assentados são compostos por área de cultivo principal e área de moradia, variando entre 5,5 e 7,5 hectares.

⁹ Área objeto de nosso estudo de caso, o assentamento Tiradentes, é fruto de projeto de reforma agrária.

Por outro lado, é necessário também levar em consideração que as experiências de assentamentos rurais implementadas (ou em vias de) são as que têm possibilitado o repensar do problema do regime fundiário nacional, permitindo que não só camponeses sem terra e trabalhadores rurais, mas também posseiros e índios mantenham acesa a chama do acesso a terra. Essas experiências são produto da resistência e da luta pela terra e têm acontecido necessariamente pela mediação realizada pelos movimentos de luta por reforma agrária, inclusive, pelo MST¹⁰. Elas também podem representar a luta dos camponeses assentados por autonomia e por liberdade, bem como, pela garantia das condições mínimas de reprodução e de manutenção do camponês enquanto classe (OLIVEIRA, 2001).

¹⁰ Segundo dados do DATALUTA (1998) banco de dados da luta pela terra, o número de ocupações e de famílias participantes nacionalmente do MST no período de 1988 a 1998 cresceu de 71 ocupações para 599, de um total de 10.345 para 76.482 famílias acampadas em todo o Brasil, organizadas pelo MST. Na atualidade na Paraíba, a região das várzeas do município de Souza, alto sertão paraibano tem se destacado como a de maior número de ocupações, nove (09) no total, realizadas por 1.215 famílias segundo (DATALUTA, 2004).

CAPÍTULO 3

CONTESTAÇÃO E SUPERAÇÃO - ENTRE O PROJETO PRODUTIVO DO MST E OS CONFLITOS COM A PRODUÇÃO CAMPONESA

Compreender a organização da produção em áreas de assentamento rural passa por resgatar a dinâmica das relações de produção desenvolvidas pelos membros da força de trabalho na família camponesa. Passa, ao mesmo tempo, por evidenciar a diversidade da produção camponesa (agropecuária, artesanato, comércio, trabalho acessório) e o sistema produtivo que combinam trabalho individual com trabalho coletivizado e comunitário. Estes se desenvolvem buscando o equilíbrio entre a produção e o consumo no uso dos meios de produção, minimizando riscos e dispêndio de energia humana. Importante, também, é a reflexão acerca dos atores de mediação entre os interesses da classe camponesa e as ações empreendidas pelo Estado, como são os movimentos sociais de luta pela terra. Parte destes movimentos estimula o desenvolvimento da produção com base nas cooperativas agropecuárias na forma de “empresas sociais”, como as empreendidas pelo MST. Ademais, para a compreensão do desenvolvimento do sistema produtivo camponês, objeto de nosso estudo, a análise tem buscado considerar o nível de determinação do modo capitalista de produção, resgatando o papel histórico dos partidos políticos, dos sindicatos, da igreja e de outros agentes de forma a considerar as relações históricas desses sujeitos com o mercado e com o Estado.

Da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, enquanto organização que contesta e que luta pela concretização da reforma agrária no país, observa-se a necessidade de trazer à reflexão o projeto técnico e político-ideológico que orienta a organização do trabalho e das relações de produção nos assentamentos rurais. São inegáveis o avanço político e as conquistas do MST, especialmente quando este lança na agenda do Estado a questão agrária não mais como um problema residual, mas como um problema social de urgência (MARTINS, 2004). Assim, o MST consegue dar destaque às discussões para solucionar a questão agrária quando efetiva as áreas de assentamentos rurais conquistados na base da ocupação-acampamento, abrindo uma nova possibilidade de

desenvolvimento para os camponeses assentados e trabalhadores rurais. O que parece ser central neste processo é o modelo de organização da agricultura camponesa colocado em prática nos assentamentos rurais com atuação do movimento. Da constituição à consolidação do assentamento, etapa complexa e diversa daquela da luta pela terra, vários elementos são postos como condição para o fortalecimento e a continuidade da reprodução social (familiar) camponesa. São estes elementos que passaremos a analisar mais de perto, conjugando aspectos produtivos e econômicos aos políticos e ideológicos. As cooperativas de produção agropecuária (CPA) se constituem como um desses elementos centrais.

3.1 Cooperativas - História, Legislação e Cooperação Agropecuária no Brasil

Rosa Luxemburgo (1970) atentou para o conflito de interesses em sua obra “Reforma ou Revolução?”, ao afirmar que às cooperativas de produção no sistema capitalista, proposta reformista de ideólogos avessos ao conflito de classe proposto por Marx, caberia um papel subordinado às cooperativas comerciais e que, para a instalação do regime socialista, portanto revolucionário, era necessário transformar os elementos do regime de produção:

As cooperativas e, sobretudo, as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. (...) traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar, de dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, (...) praticar todos os métodos, (...) que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência com a das outras empresas. (...) Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista.

Para a autora, as cooperativas de produção estão numa condição de subordinação aos interesses do mercado já que, no capitalismo, as trocas prevalecem sobre o regime de produção ditando como, quando e o que dinamizar

para ser posto no mercado, o que resulta na exploração capitalista da agricultura camponesa já analisada anteriormente.

O período que vai da revolução burguesa francesa de 1789 até o início do século XX foi marcado pelo intenso debate entre os ideólogos (cooperativismo) e os materialistas apoiados na teoria Leninista/ Marxista. Muitos daqueles primeiros defensores do sistema produtivo baseado nas cooperativas partiram de um ideal de organização produtiva que significasse uma alternativa ou um modo de organização complementar ao modo capitalista de produção. Duas correntes se destacaram: os reformistas e os socialistas. Para os reformistas liberais, as cooperativas funcionariam como uma forma de organização necessária aos ajustes das contradições inerentes ao sistema capitalista, portanto uma forma de organização com papel de ajustar as contradições no interior do capitalismo. Já para um grupo de socialistas, o cooperativismo constituiria uma etapa do avanço da luta pela superação do sistema capitalista e para a implantação do socialismo por todos os trabalhadores proletarizados, posto que permitiria o avanço da indústria no campo e a crescente proletarização de camponeses e trabalhadores rurais.

É por volta de 1850 que cresce o debate em torno da idéia de que o cooperativismo poderia ser um caminho pacífico, que as mudanças se instalariam na sociedade sem o avanço do conflito de classes inerente ao capitalismo e que viria à tona a superação do sistema capitalista. Parte dos defensores do trabalho coletivo baseado no regime de cooperação entendia que a organização do trabalho via cooperativas e a integração das instâncias capitalistas de produção, de distribuição e de consumo de mercadorias seriam uma alternativa capaz de substituir a competição, a concorrência e a ganância de lucro presentes nas empresas econômicas capitalistas de doutrina liberal-individual da época. Era preciso consolidar o modelo industrial de realização do trabalho de tal maneira que garantisse a integração dos setores produtivos. Na teoria desses ideólogos, as cooperativas passariam, então, a constituir a base da nova sociedade desconsiderando a natureza classista da sociedade. Para estes ideólogos, a sociedade se tornaria mais justa e humana, sem explorados nem exploradores (FABRINI, 2003).

Paulino (2003, p.164), na mesma linha de reflexão observa que os ideólogos do cooperativismo (Saint Simon, Charles Fourier, Robert Owen) pregavam a transformação da sociedade sem traumas nem conflitos, baseada na cooperação, portanto defendiam uma posição contrária àquela da luta de classes defendida por Karl Marx. Esses ideólogos esqueceram de considerar a dinâmica de uma sociedade de classe, por não ser plausível, para eles, apostar que a classe detentora da posição hegemônica faça voluntariamente concessões que impliquem na perda dessa posição. Completa a autora argumentando que, passados mais de cem anos, as cooperativas se multiplicaram e se difundiram, mas não conseguiram refrear as desigualdades sociais, e o que é pior, seus “princípios originais” sofreram profundas alterações.

Assim, enquanto, de um lado, os “liberais” tinham na cooperativa um caminho para corrigir os defeitos do sistema capitalista, para os socialistas o cooperativismo deveria fazer parte dos planos de ação governamental para sustentar a implementação do socialismo, com forte intervenção estatal.

Desta forma, as cooperativas de produção surgiram no meio capitalista, no século XIX, como reação às conseqüências práticas da livre-concorrência no período concorrencial do capitalismo. É naquele século que se avolumam a reação doutrinária socialista e intervencionistas construídas pelos trabalhadores contra a doutrina liberal-individual do sistema capitalista. É nesta fase, também, que os idealistas reformistas realizam várias experiências de cooperativas, sendo exemplo emblemático o movimento apoiado na doutrina cooperativista de Robert Owen. Este movimento teve como princípios aqueles formulados pelos “trabalhadores de Rochdale”, na Inglaterra de 1844, princípios referenciais para o cooperativismo internacional e que seriam mais tarde retomados e aperfeiçoados (FABRINI, 2003).

Pinho (1966, p. 40) destaca a atuação das primeiras cooperativas de consumo que haviam nascido com o objetivo de reformar as condições de vida dos trabalhadores numa Inglaterra já assolada pelo avanço das relações capitalistas. O propósito daquelas cooperativas era encontrar um meio para melhorar a precária situação econômica dos trabalhadores.

Neste sentido, a história demonstrou que, dentro do movimento cooperativista, apesar da heterogeneidade de concepções de cooperação, prevaleceram os projetos dos ideólogos reformistas de caráter econômico e liberal. Como observa Schneider (1981, p. 11), nos países capitalistas, dentre eles a Inglaterra, países da Europa e os Estados Unidos:

[...] a interação entre o movimento cooperativista e as forças propulsoras do capitalismo não só frustraram a proposta de transformação da sociedade, como possibilitaram a incorporação do cooperativismo na própria dinâmica da expansão do capital, enquanto elemento de complementação à economia de mercado.

Assim, os ideais que defendiam o cooperativismo como caminho político e as cooperativas como organizações prioritárias para dar vazão ao trabalho coletivo e, assim, superar as formas desiguais de trabalho no capitalismo, foram sendo frustrados. Em seu lugar prevaleceu o papel complementar que as cooperativas desempenhariam nos países capitalistas. Pinho (1966, p. 3) argumenta que coube às cooperativas um papel de refúgio do sistema produtivo de economia capitalista:

[...] por representarem, além de importante forma de reerguimento das economias doméstica, artesanal e campesina, elemento de oposição às consequências práticas do liberal-individualismo desbragado, ou seja, verdadeiro “refúgio” para os indivíduos ante os problemas do meio competitivo.

Embora tenham sofrido mutações em seus princípios e também se estabelecido em posição subordinada no sistema de produção capitalista, as cooperativas, inicialmente, se apresentaram como possibilidade real de organização dos trabalhadores urbanos e dos camponeses. Em vários países como a Suécia, que tem o consumo organizado sob a forma de cooperativas, a Rússia, onde os “Kolkhozes” representaram o modo mais comum na produção agropecuária, o México dos “Ejidos” e Israel com os “Kibbutzin”, as cooperativas constituíram o principal instrumento de reconstrução da pátria, exemplos de sociedades onde o cooperativismo foi solução na política agrária para o soerguimento do padrão de vida da população camponesa (FABRINI, 2003).

Assim, o cooperativismo continuou servindo, na Europa, durante o período do entre guerras (1914 a 1944), como instrumento provisório de propaganda das idéias

coletivistas, acomodando-se ao conteúdo doutrinário dos socialistas. Desta maneira, o cooperativismo defendido pós Karl Marx, terminou por se integrar nos dias atuais ao quadro geral de reformas socialistas identificadas como democrático-burguesa, sem avançar no que se propunha inicialmente.

No Brasil, a idéia e as práticas cooperativistas são introduzidas em fins do século XIX, através de um pequeno grupo de intelectuais. O cooperativismo aqui contou com a experiência de grupos de imigrantes, sobretudo alemães, italianos e japoneses e com certo apoio dos Governos federal e estadual, em um momento de expansão e valorização do “cooperativismo agrícola de tipo estatal”. Abriu-se, assim, uma frente de organização produtiva que era necessária normatizar, já que o movimento cooperativista ganhou espaço no campo e não havia legislação específica que regulasse a atividade. Até meados do século XX, as cooperativas se constituíam basicamente de experiências isoladas, com unidades independentes e baixa capacidade produtiva, restrita apenas ao local. Diversificar e descentralizar a produção agrícola foram imperativos para lançar a produção agropecuária no mercado na tentativa de eliminar os atravessadores, otimizando o transporte da produção e implantando infra-estrutura na seleção e no armazenamento adequados. Contudo a expansão agrícola comandada pela indústria pressupunha as cooperativas como porta de entrada para a tecnificação do campo, em função da presença marcante de pequenos agricultores. No Brasil este projeto se realizou com a efetiva participação e incentivo do Estado (PAULINO, 2003).

Sobre a legislação que rege as cooperativas no Brasil, podemos observar que há um conteúdo político resistente às formas coletivas e comunitárias de utilização dos meios de produção, uma vez que esta legislação está apoiada na propriedade privada das riquezas e dos meios de produção e não avança na divisão dos frutos do trabalho. Foi através do Decreto-Lei n. 22.239 de 1932 que as cooperativas foram regulamentadas e classificadas, sendo enquadradas em dezesseis tipos, podendo ir das cooperativas de produção agropecuária (CPA) às de consumo (FABRINI, 2003).

Segundo este autor, as cooperativas podem ser classificadas quanto à sua natureza e funções. Quanto à natureza, elas podem ser de serviços, de produção, e de trabalho. Já quanto à função podem ser unifuncionais, mistas e integrais. Organizacionalmente as cooperativas podem ser classificadas em singulares,

central/ federação e na forma de confederações, muito embora não haja obrigatoriedade de filiação a uma central como a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil). Objeto de compreensão em nosso estudo, as cooperativas nascidas de projetos de Reforma Agrária no Brasil estão, parcialmente, vinculadas a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), entidade aglutinadora das federações estaduais.

Pinho (1966, p. 23) descreve o movimento cooperativista retratando os seus princípios doutrinários gerais de inspiração democrática: adesão livre, controle democrático, neutralidade política, religiosa e étnica, desenvolvimento do ensino; e de princípios especiais; vendas segundo o “justo preço”, retorno pro rata das compras, vendas a dinheiro e a vista e juros limitados ao capital.

Desses princípios, o da adesão livre permite ao cooperado constituir a sociedade cooperativa, nela ingressar ou sair voluntariamente, isto é, sem nenhuma coerção. O controle democrático é realizado pelos próprios associados através de assembléias nas quais são eleitos os dirigentes, membros do conselho fiscal e é definido o espaço de debate dos assuntos. Nas assembléias, cada associado tem direito a um só voto. Na cartilha doutrinária, o ambiente democrático é completado pelos princípios da neutralidade política, religiosa, étnica e pelo desenvolvimento do ensino em todos os graus.

Quanto aos princípios especiais, a noção de venda a justo preço reflete a preocupação ao mesmo tempo econômica e moral dos cooperativistas. Como na prática as vendas são realizadas conforme as leis do mercado surgem o princípio do retorno “pro rata” das compras: de acordo com ele as sobras líquidas são distribuídas aos associados proporcionalmente às compras por eles efetuadas na sociedade. O princípio das vendas em dinheiro e a vista têm a finalidade de impedir que os estabelecimentos que vendem a crédito sejam obrigados a aumentar os preços a fim de cobrir as possíveis perdas. Finalmente, o princípio de juros limitados ao capital reflete a tentativa de conciliação da doutrina com um meio no qual o capital é remunerado.

Já Pires (2004, p.36) e Frabrini (2003, p.82), numa ótica histórica que representa com mais fidelidade a dinâmica social e menos doutrinária, resgatam os princípios

do movimento cooperativista da atualidade observando que esses princípios tiveram sua origem entre os pioneiros de Rochdale e foram em sua essência adotados pelo congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1937, passando por algumas alterações por ocasião de outros congressos da ACI em 1966 e em 1995. Após a última revisão, os princípios passaram a ser:

- Da adesão livre e voluntária – são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades, sem discriminações sociais, de sexo, raciais, políticas e religiosas;
- Do controle, organização e gestão democrática - são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes;
- Da participação econômica dos sócios – os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: a) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, partes das quais, pelo menos, será indivisível; b) benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; c) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros em assembléia;
- Da independência e autonomia das cooperativas – são organizações autônomas, de ajuda mútua controladas pelos seus associados. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capitais externos, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa;
- Da educação, treinamento e formação – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas;

- Da cooperação entre cooperativas - as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Da preocupação com a comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos associados.

Pires (2004) continua sua análise e define as cooperativas a partir de dois conceitos principais, um formulado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e outro instituído pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), por ocasião de seu congresso centenário em 1995, quais sejam:

Uma associação de pessoas que é voluntariamente agrupada para atender a uma finalidade comum, a partir da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota parte eqüitativa de capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos produtos da empresa, na qual os membros participam ativamente” (recomendação da OIT).

[...] uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (aprovado em assembléia geral da ACI).

Embora as cooperativas sejam, em tese, definidas como associações formadas com base no trabalho coletivo em regime de cooperação¹¹, voluntária e democraticamente gerida, via de regra se tornaram empresas econômicas hierarquizadas, centralizadoras das decisões, burocratizadas, que têm no mercado o grande norteador de suas ações de caráter industrial, exportador e promovedor do modelo de desenvolvimento do campo com base nas agroindústrias.

¹¹ Oliveira (1987, p. 85) entende por cooperação forma de trabalho em que, no mesmo lugar e em equipe, trabalha-se planificadamente, no mesmo processo de produção ou em processos distintos. Já Harnecker (1972, p.34) lança o conceito de cooperação como processo de trabalho inerente às relações técnicas de produção distinguindo processos de trabalho cooperativo simples de complexo. Segundo a autora, cooperação simples é aquela em que todos os trabalhadores realizam a mesma tarefa ou tarefas muito semelhantes. Esta forma de cooperação (...) continua dando-se atualmente no trabalho agrícola tecnicamente pouco desenvolvido. A cooperação complexa ocorre sobre a base de uma divisão técnica do trabalho. A autora cita o exemplo do trabalho complexo na agricultura quando em processos de semeadura da terra, alguns trabalhadores fazem os sucos, outros vão depositando a semente, etc.

Assim, a burocratização das estruturas cooperativistas oriundas da orientação empresarial representou, na prática, a fissura entre dois grupos de cooperados: de um lado os associados mais capitalizados e, portanto, com maior poder econômico e político e, do outro, os camponeses pequenos produtores agrícolas locais. Para os primeiros a cooperativa era um canal privilegiado de fortalecimento e para os camponeses ela representou o instrumento de aparente subordinação, já que o estranhamento impedia sua participação em pé de igualdade, tanto em processos de tomada de decisão quanto para os encaminhamentos cotidianos da ação cooperativa valendo ressaltar que parte das cooperativas abriga em seu interior trabalhadores assalariados.

[...] o cooperativismo passou a lançar mão dos mesmos métodos organizacionais e operacionais de que se valiam as demais empresas, com o fim de atingir graus de eficiência econômica compatíveis com as situações de mercado, com que se defrontava. Isto resultou na transformação gradativa (...) levando muitas a inviabilizar o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte dos seus associados" (SCHNEIDER, 1981, p. 32-33).

Mesmo já existindo legislação cooperativista no Brasil desde 1932, baseada no modelo Inglês de cooperativismo, só na década de 40, com o crescimento do número de cooperativas incentivadas oficialmente, foi que o Estado, em vista da crise do modelo de desenvolvimento sustentado na monocultura de exportação e do avanço do capital no campo, buscou regulamentar a atividade cooperativa através da diversificação da produção agropecuária.

Com a tomada do poder político pelos militares na década de 60 foram colocadas, através da criação da Lei nº 5.764 em 1971, restrições e obstáculos ao desenvolvimento das cooperativas agropecuárias de pequenos produtores familiares. A partir deste período, as cooperativas vinculadas à pequena produção camponesa (propriedade e divisão do trabalho familiar da terra) sofreram recuos e os incentivos oficiais foram concentrados naquelas cooperativas que tinha como premissa o sistema da grande propriedade rural (propriedade privada da terra) e industrial. Havia uma razão ideológica, além da de cunho econômico, para o Estado brasileiro assumir a proposta cooperativista no país, conforme apontado por Fleury (1983, p. 146):

Em termos ideológicos, o cooperativismo, apesar de seu conteúdo igualitário, é uma proposta, que tal como tem sido implementada no Brasil, apresenta poucos riscos. (...) o conteúdo reformista do projeto cooperativista, na maioria das experiências realizadas no Brasil, se esgota em sua proposta de modernização agrícola, restringindo as cooperativas a atuar nas esferas de comercialização, crédito e transformação de produtos, não pretendendo uma reorganização da produção em moldes socialistas.

Desta maneira, as cooperativas e o movimento cooperativista que floresceu e exerceu papel importante na vanguarda de transformação política e econômica da sociedade brasileira em meados dos anos 60 foram apoiados numa legislação arcaica (modelo Inglês), modificada pelo regime ditatorial do período que institucionalizou as cooperativas agropecuárias na base da hierarquia acentuada, do centralismo do processo decisório, da burocratização dos mecanismos de controle e de supervisão, acentuando as diferenças entre o pequeno produtor de base familiar e o grande produtor agro-industrial, desvirtuando, assim, os ideais de horizontalidade e os princípios socialistas de transformação da sociedade.

O Estado militar percebendo o potencial aglutinador de forças no campo via cooperativas reage e estimula a criação de cooperativas baseadas nos serviços e no comércio. Era necessário apoiar e incentivar os grandes projetos de cooperativas vinculadas à grande produção (monocultoras), fazendo avançar o capital e as relações capitalistas de produção na agricultura, possibilitando que o caráter empresarial industrial, então em ascensão, se sobrepusesse à forma de organização produtiva baseada na pequena produção camponesa. Foi o período do avanço da chamada “revolução verde” (modelo difusionista) na agricultura e no campo brasileiro, encampado pelas cooperativas de grandes produtores. Com esse sistema, os militares enterraram o ideal de desenvolvimento diferenciado promovido pelos agricultores e trabalhadores rurais associado às cooperativas de produção agropecuária (CPA), refreando o ideal socialista no interior das unidades produtivas.

Schneider (1981, p. 15), tece o seguinte comentário sobre a Lei 5.764/71:

[...] a promulgação da Lei 5.764/71, de orientação nitidamente empresarial, inicia o período caracterizado como de “renovação das estruturas”, que enfatiza a primazia da qualidade sobre a quantidade, estimulando a fusão de cooperativas agrícolas isoladas e abrindo espaço para a integração vertical de cooperativas já assentadas.

A lei 5.764 de 1971, que ainda hoje regulamenta a política nacional de cooperativismo, sofreu algumas mudanças (via decretos e resoluções) que serviram para estimular a formação de novas cooperativas, através da verticalização (fusão de pequenas com grandes), bem como, para possibilitar a permanência no poder e na gestão das organizações de determinados grupos, já que permitiam a sucessão de membros no conselho administrativo.

Com as alterações legais, que abriram precedentes para a perpetuação no poder de grupos mais bem situados economicamente no interior das cooperativas de produção agropecuária, um dos grandes problemas foi o afrouxamento do controle exercido pela União no funcionamento das cooperativas agropecuárias. Foram criadas de forma extraordinária centenas de empreendimentos, como as cooperativas de trabalho que servem como mecanismo de burla dos direitos de contratação e demissão de trabalhadores do regime trabalhista privado. Houve, assim, certa descaracterização e banalização das razões de ser e da existência de parte das cooperativas que atuam no campo (FABRINI, 2003). Novamente os militares alcançam o objetivo esperado de utilização das estruturas cooperativistas para fazer avançar as relações capitalistas de produção no campo.

O que fica evidente é que o modelo de cooperativas agrícolas empresariais definitivamente consolidado na base da grande propriedade agrícola, na divisão técnica do trabalho e na apropriação privada dos frutos do trabalho não teve como objetivo alterar a estrutura fundiária brasileira, nem tornar a propriedade privada da terra e a distribuição da riqueza na sociedade brasileira menos concentrada. Não teve, tampouco, o objetivo de coletivizar os meios e frutos da produção. Sua ideologia e política foram fundadas numa prática que vê na razão econômica e nos mecanismos de mercado a sua lógica de organização e reprodução do trabalho assalariado, subordinando os pequenos produtores, quando estes entregam seus produtos para serem comercializados ou quando recebem créditos e empréstimos para aquisição de insumos, tecnologia e maquinário.

Esse modelo de cooperativismo permitiu que, nas sociedades dita “modernas”, qualquer cooperativa de produção, desde que prospere, desde que se expanda, tende a transformar-se numa empresa capitalista verticalizada, centralizadora, hierarquizada e monopolizadora promotora da divisão técnica do

trabalho com atuação em algum nicho de mercado. Via processos de fusão, esse sistema produtivo permite a constituição de verdadeiros oligopólios, criando dificuldades e impondo as suas condições aos associados, fornecedores e compradores (FABRINI, 2003). Assim, há uma dificuldade dos camponeses em se reconhecerem como reais proprietários e depositários da renda retida pela cooperativa pelo fato de que a distribuição das sobras (frutos) é algo raro e a infraestrutura construída atende, em grande medida, às necessidades da grande agricultura empresarial. As cooperativas de serviço, de crédito, de mão-de-obra, de compra e venda de insumos e de consumo agrícola são as que se desenvolveram e se pulverizaram no campo nas últimas décadas no país, especialmente pós-retórica do empreendedorismo disseminada nos anos 90.

Uma das razões das grandes cooperativas empresariais estarem quantitativamente vinculadas aos serviços e ao comércio é o fato de que boa parte da grande produção agropecuária brasileira (pecuária, soja, trigo, álcool) está atrelada ao mercado externo (FABRINI, 2003). Boa parte destas cooperativas empresariais opera em bolsas de valores, são regidas por “commodities” e possuem participação em vários segmentos do mercado nos centros financeiro e comercial de todo o mundo como, por exemplo, a fábrica de fécula na cidade de Arapiraca no estado de Alagoas. Essas cooperativas estão em busca de ganhos e de lucro rápido e fácil através de transações comerciais que contribuam para a ampliação da renda e do acúmulo de capital, concentrando terras e poder nas mãos de alguns poucos e ampliando a má distribuição de renda no país. Por sua vez, elas operam, sobretudo, via contratos de arrendamento ou de compra antecipada (na folha) junto aos pequenos produtores, deixando o encargo dos riscos e da maior porcentagem de uso da força de trabalho aos camponeses. Neste caso a parcela da produção que se destina ao consumo familiar no interior das unidades camponesas, basicamente produtos que compõem a cesta básica de alimentos, permanece sob os cuidados das pequenas unidades produtivas resultando no barateamento para as indústrias dos custos com alimentação para o conjunto de trabalhadores assalariados e por consequência a possibilidade de redução dos salários num piso que garanta o mínimo à reprodução da força de trabalho.

Assim, as cooperativas que atuam no sistema da grande propriedade rural terminam por se integrar ou se ligar às grandes empresas e grupos econômicos,

apresentando êxito econômico, já que atuam em nichos de mercado e produtos que apresentam alto valor agregado, o que termina por reproduzir e reforçar a estrutura desigual da produção no campo e na sociedade. Esse cooperativismo típico de matriz econômica contribui para a expansão do capitalismo, unindo indústria e agricultura, utilizando o trabalho já coletivizado e alienado de base industrial e agroindustrial. É um cooperativismo que utiliza acentuada divisão social do trabalho, subordina parte da produção camponesa, por exemplo, no sistema de produção integrado e é fornecedor de produtos e mão-de-obra baratos (FABRINI, 2003).

Em outras palavras, o cooperativismo praticado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) no Brasil vem evidenciando que em seus processos de trabalho e de produção internos há a multiplicação de relações de exploração entre os pequenos produtores camponeses e os grupos de lideranças, de coordenadores e de dirigentes das cooperativas que se perpetuam no comando e na gestão do empreendimento. Externamente o reforço de relações subordinadas ocorreu entre organizações, especialmente àquelas ligadas ao setor produtivo industrial, verdadeiros monopólios produtivos, evidenciando sua condição e seu papel no ajuste histórico das contradições no modo capitalista de produção e no processo de expansão do capitalismo no campo. Conforme observa Fleury (1983, p. 29), na tentativa de explicar as razões dos camponeses permanecerem associados às cooperativas:

[...] o motivo fundamental dos camponeses se associarem em cooperativas deriva das condições subordinadas em que se encontram no processo de troca de mercadorias que expressa sua subordinação ao setor capitalista industrial. Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição do modo de produção capitalista, como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital.

Da lógica de subordinação presente no campo através da exploração de parte da pequena produção camponesa simples reprodutora de mercadorias pela grande propriedade privada de terra decorre, como nos lembra Fleury *apud* Santos (1983), que os camponeses e os assalariados do campo sofrem dupla exploração no funcionamento das cooperativas agropecuárias empresariais:

[...] ela estabelece relações de exploração tanto com os produtores associados (...), como com os empregados (...). Deste modo, segundo o autor, no valor do produto que a cooperativa lança no mercado estão incorporados o sobre-trabalho camponês e a mais-valia dos operários da cooperativa.

Pelo exposto, percebe-se que não são muito diversas as relações que se tecem entre o camponês e as cooperativas daquelas que o camponês estabelece com as indústrias. Em ambos os momentos os camponeses estão sofrendo a exploração do seu sobre-trabalho e submetendo-se às necessidades e exigências do capital.

Schneider (1981, p. 32), sobre os dilemas estruturais do cooperativismo que ameaçam seus fundamentos democráticos e participativos, observa:

[...] no afã de sobreviver à competição, (...) o cooperativismo (...) resultou na transformação gradativa de muitas cooperativas, principalmente nos países mais avançados, em organizações de porte avantajado e de estruturas organizacionais cada vez mais complexas, levando muitas delas a inviabilizar o princípio da participação efetiva e do controle democrático da organização por parte dos seus associados.

[...] na medida em que a organização cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem essencialmente competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, porquanto inviabiliza um dos princípios básicos que a definem como tal.

O autor aponta a participação dos associados como elemento importante de ordem interna, mas evidencia como dilemas fundamentais e obstáculos à cooperação entre os produtores o regime adotado de propriedade da terra, ou melhor, a alta concentração da propriedade privada da terra e as relações de poder que dela se originam. Eles atuam como elementos impeditivos da consolidação das cooperativas de pequenos produtores familiares por pelo menos três mecanismos: primeiro o da exclusão, ou seja, os serviços prestados pela cooperativa via de regra não atendem aos interesses e necessidades da maior parte dos associados (assalariados, meeiros, moradores, posseiros, arrendatários). Segundo, pelo mecanismo da proporcionalidade dos serviços prestados que se caracteriza pelo fornecimento dos melhores benefícios e em maior quantidade àqueles produtores mais bem situados sócio-economicamente na comunidade; e terceiro, pelo mecanismo que transfere para dentro da cooperativa, relações de subordinação e dominação, fazendo-a funcionar como instrumento de retirada/ extração de

excedentes entre grupos (grupos mais fortes sobre grupos menores), reproduzindo as relações que se estabelecem no sistema capitalista (SCHNEIDER, 1981).

Mesmo atuando na subordinação da produção e da renda camponesa, quase sempre as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA) estão descapitalizadas ou em dificuldades, a despeito de necessitarem constantemente ampliar os negócios (acumular capital). Isso impede a distribuição das reservas (sobras) entre os associados. O princípio da repartição fica então comprometido, já que, além da debilidade financeira, existem questões de ordem interna como o centralismo nas decisões tomadas por grupos de dirigentes hegemônicos na cooperativa-empresa que acabam por se sobrepor às necessidades da maior parte dos associados, quase sempre pequenos produtores camponeses. Normalmente, estes grupos consideram importante o investimento das sobras na ampliação da cooperativa, almejando maior competitividade e eficiência organizacional (SCHNEIDER, 1981).

Considerando que as cooperativas surgiram como resposta na solução das contradições no interior da sociedade regida pelo modo de produção capitalista idealizada em uma sociedade sem distinção de classes, não acreditamos que as cooperativas de produção agropecuária da forma que se desenvolveram historicamente possam ser um instrumento e uma estratégia na garantia da reprodução familiar camponesa. Defendemos sim que, a cooperação pode se constituir, como nos lembra (CHAYANOV, 1974), em estratégia de manutenção e de defesa econômica e produtiva na geração de renda camponesa através do apoio comercial e de linhas de crédito específicas ao desenvolvimento da agricultura camponesa desde que construída pelo e para os camponeses.

Assim, as cooperativas organizadas pelos camponeses assentados desde que institucionalizadas a partir das necessidades destes produtores podem convergir interesses e contribuir para que a produção possa se organizar nas áreas de assentamentos rurais de tal maneira que combine a diversidade de regimes de produção e de trabalho na agricultura camponesa. Oliveira (1987, p.72) observa que devemos considerar as cooperativas de pequenos produtores um instrumento de defesa dos agricultores e da agricultura camponesa, caminho importante contra a proletarianização e forma de garantir a reprodução camponesa.

Desta maneira, as associações de pequenos produtores e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), apoiadas no trabalho cooperativo entre os camponeses assentados, podem representar, desde que construídas pelos camponeses, possibilidade de melhores condições materiais (objetivas) e de qualidade de vida, bem como, apresentar vantagens econômicas contribuindo para o equilíbrio das necessidades de consumo e de produção. Elas podem, também, fortalecer e multiplicar os efeitos dos mutirões, das relações de parceria e ainda desenvolver ações coletivas sem comprometer a propriedade privada familiar da terra, o trabalho, a divisão dos frutos e os instrumentos de produção camponeses, apoiando processos de conscientização política de luta e de resistência.

Apesar de haver uma legislação impeditiva dos avanços democráticos no sistema produtivo e de este visar atender primeiramente às necessidades externas, é importante compreender como vêm se desenvolvendo as alternativas criadas pelo MST na organização da produção dos camponeses assentados e sua prática em relação à Cooperação de Produção Agropecuária (CPA's). Partimos do resgate dos princípios do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) para, em seguida, passarmos à análise dos elementos de resistência e de contradição presentes no desenvolvimento dos projetos de organização produtiva na área do assentamento Tiradentes mediado pelo MST.

3.2 Estrutura de Organização das Cooperativas de Produção Agropecuária Mediadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Em relação à natureza política de constituição dos assentamentos é preciso distinguir, segundo Fabrini *apud* Esterici (2003), dois tipos de assentamentos rurais. Aqueles vinculados à noção de assentamento criado pelo Estado, de caráter oficial, que resultam de ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para solução de problemas socioeconômicos. São assentamentos cuja população é destituída de caráter ativo e são realizados no campo através de projetos de colonização entregues às empresas privadas de colonização. São, portanto, assentamentos que não refletem a luta política e social e resultam de sanções de decretos desvinculados da luta e da ação coletiva dos

camponeses e trabalhadores rurais. Não há neles conteúdo político, já que a criação destes assentamentos não está vinculada ao movimento de luta pela terra.

De outro tipo são os assentamentos rurais fruto do movimento de luta pela terra e nos quais existe um conteúdo político que perpassa as ações e estratégias de organização. Esses assentamentos vão modificando e reforçando a própria noção do termo assentamento. Há uma compreensão da importância da politização do assentamento como forma de pressionar o Estado na busca de assistência técnica qualificada, de linha de crédito alinhada às necessidades do camponês assentado e de acesso à infra-estrutura. São assentamentos construídos na base da organização e da mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais sem terra a partir das ocupações e dos acampamentos rurais. É este o tipo de assentamento que o MST e outros movimentos sociais vem consolidando nas áreas que organiza.

Até a fase de organização do assentamento observam-se três momentos: o momento do acampamento, a fase de transição do acampamento para o assentamento também conhecido como pré-assentamento e a constituição e consolidação do assentamento, esta última de interesse especial em nosso estudo.

Do momento da ocupação, passando pela construção coletiva do acampamento até a imissão de posse e a elaboração do PDA¹², o MST prevê ações de organização para os assentamentos que permitirão criar as condições para a modificação do meio social. São sete as ações: controle político sobre o projeto de assentamento e o desenho da área, o sorteio em grupo de famílias (definição de lotes), a titulação, a organização da moradia (sistema de agrovilas ou parcelas individuais), a organização dos núcleos de base, a organização da produção e da cooperação agrícola e o processo de formação (moradia, produção, infra-estrutura, equipamentos, organização do trabalho, comercialização, artesanato e atividades domésticas) (MST, 2002).

Moreira (2006, p. 51), analisando a organização de parte dos assentamentos rurais, em especial aqueles com presença marcante de antigos posseiros e trabalhadores rurais, no Estado da Paraíba, destaca os problemas que podem

¹² PDA – Projeto de Desenvolvimento do Assentamento é uma das exigências realizada pelo INCRA que trata da constituição do assentamento como etapa durante o pré-assentamento.

comprometer seu desenvolvimento na fase de transição do acampamento para o assentamento:

a) cessa o perigo externo a que estavam submetidos, que, (...), desempenhava uma função importante na coesão interna do grupo. Doravante essa coesão deve ser buscada unicamente nos interesses internos do grupo que não são estritamente homogêneos, o que vale dizer que o grupo deve desenvolver uma capacidade muito maior de articulação interna para conviver com as diferenças e com os interesses conflitantes;

b) desaparece a figura do patrão que durante toda a história de vida dos trabalhadores dirigia o seu destino e o de suas famílias. Com a conquista da terra, o trabalhador de ontem passa à condição de gerenciador de uma unidade produtiva, requerendo dele capacidade de decisão e de poder organizativo. Essa mudança, obviamente, não é simples, sobretudo considerando-se que ela ocorre em uma situação de extrema penúria da família dos trabalhadores, sem qualquer nível de acumulação previa, na grande maioria dos casos. Acrescenta-se a isso, a necessidade de também interferir na organização da vida do assentamento, o que implica em ter de controlar gastos e receitas da associação sem ter tido uma preparação mais sólida para tanto;

c) a organização interna dos trabalhadores passa a sofrer uma influência direta de órgãos governamentais, gestores das políticas fundiária e agrícola, diminuindo gradativamente o papel desempenhado pelas assessorias seja da igreja, seja de outras instituições não governamentais que os acompanharam na luta pela conquista da terra (MOREIRA e TARGINO, 1997). A criação de uma associação passa a ser condição necessária para que os assentados tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e creditícios dirigidos quer pelos órgãos gestores da política agrária quer da política agrícola. Algumas associações surgem, portanto, como uma imposição externa, onde o presidente passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados.

Os camponeses assentados têm de se preocupar, além de com a administração de sua unidade produtiva e os sistemas produtivos já bastante complexos, com questões até então jamais vivenciadas como a necessidade de organização interna para o desenvolvimento do assentamento, o conhecimento da política agrícola e da política agrária, a assistência técnica, o cuidado com as áreas comuns (lazer, saúde, escola) e a necessidade de investimentos. Camponeses assentados, pequenos agricultores e agricultores não assentados que vivem próximo ao assentamento acabam tendo as mesmas preocupações e manifestando o desejo

de união e de identidade refletido na necessidade de abraçar o maior número de associados nas organizações institucionalizadas nos assentamentos: associações, cooperativas, núcleos de assentados.

A fase de formação dos assentamentos requer dos camponeses assentados capacidade de organização e de articulação entre os diversos sistemas produtivos presentes nas unidades de produção. Internamente, o nível de organização da produção familiar requer uma combinação de processos de trabalho individuais e *cooperativos* e exige um grau de sociabilidade mais acentuado que durante a fase do acampamento. Os camponeses assentados têm diante de si a possibilidade de, com a terra, com os instrumentos de trabalho e com a força de trabalho familiar (os meios de produção), garantir a integração entre a condição econômica e a reprodução familiar, etapas que não estão descoladas da condição camponesa (MOREIRA, 2006).

Se no momento da ocupação e do acampamento, a fase da luta pela terra, houve, como afirma Carvalho (1999), identidade de interesses, o fato de os assentados serem sujeitos diversos, com idéias e ideais difusos entre eles resultante de diferentes trajetórias de vida e de práticas agrícolas diversas, não garante a unidade na fase do assentamento. São grupos afins que se desenvolvem no interior dos assentamentos motivados por várias razões (política, religiosa, produção, parentesco, origem) o que dificulta unificar as ações coletivas, bem como, favorece o surgimento de disputas internas e de conflitos no interior dos assentamentos, desmitificando o preceito da união e da igualdade entre as famílias assentadas. É desta interação social de pessoas e de famílias camponesas diversas, de grupos socialmente heterogêneos que resulta a formação dos assentamentos de reforma agrária (CARVALHO, 1999).

É nesse sentido que as ações, as metas e a implementação das empresas sociais previstas pelo MST em seu manual: “O que levar em consideração para a organização dos assentamentos”, entram em conflito com os distintos comportamentos sociais e técnicos do conjunto das famílias camponesas assentadas. Uma das razões para o conflito tem sido a forma de implementação das ações do MST nas frações territoriais, desconsiderando elementos como a diversidade, o ritmo diferenciado da integração entre as famílias e a combinação

entre sistemas produtivos diversificados. O movimento termina por criar estratégias homogêneas e centralizadoras na organização das cooperativas de produção e nas unidades produtivas dos camponeses assentados. A lógica de organização da produção do assentamento defendida pelo MST não leva em consideração as diferenças de religião, idade, sexo, étnicas, culturais, de filiação partidária, de crenças, escolaridade, de relação com os meios de produção (terra, força de trabalho, propriedade e frutos do trabalho) resultantes das diferentes trajetórias de vida. Não levam em conta, também, as variações na composição das famílias e a diversidade concreta dos sistemas produtivos desenvolvidos no interior de cada unidade produtiva e ainda a relação que estas buscam estabelecer com o mercado e com o Estado no interior do assentamento.

Assim, o elemento da heterogeneidade e da dinâmica produtiva camponesa é que torna complexa a organização dos assentamentos para o MST. Por outro lado, a luta pela terra, motor de parte das motivações dos camponeses e trabalhadores sem terra no engajamento político ao MST, parece passar para um segundo plano, o que compromete e acaba afastando parte dos camponeses assentados das ações políticas e ideológicas promovidas pelos militantes do MST nos assentamentos. Como veremos nos resultados da pesquisa, essa foi uma realidade vivenciada pelos agricultores do assentamento Tiradentes.

A nova e diversificada interação social significa para o grupo de famílias assentadas, mesmo que este tenha vivenciado coletivamente a experiência do acampamento, um processo social novo cujos padrões de comportamento são provavelmente alterados, provocando insegurança entre os assentados. As inovações e descobertas nesse novo convívio social deverão acontecer num clima de expectativas e de ansiedade, havendo consenso e dissenso social cotidianamente (CARVALHO, 1999).

Sobre o elemento que permite a unificação e a coesão durante a fase da conquista e luta pela terra, Carvalho (1999, p. 12) argumenta:

Se é possível, inicialmente, identificar-se um elemento constante de auto-identificação (...), esse elemento é a nova posição social: proprietários (privados) da terra. Essa nova posição social significou para todos eles a libertação da “sujeição” ao patrão. A expressão libertar-se do “patrão” adquire então conotação simbólica: o

sentimento de superação da dependência, da opressão, da exploração. (...).

Apesar da heterogeneidade das experiências de vida determinadas pelas diferentes relações sociais de produção em que estavam inseridos, e dos contextos históricos sócio-políticos e culturais que vivenciaram, os objetivos (...) dessas famílias convergiam para um só ponto: a conquista da terra própria.

Se por um lado, a coesão e a identidade nos assentamentos podem ser ampliadas de acordo com as formas de socialização e de organização promovidas pelos camponeses assentados, com a propriedade privada familiar da terra determinando essas formas de socialização, por outro, o MST e a CONCRAB vêm reforçando o papel que as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) devem cumprir nos assentamentos. Mas partem do pressuposto de que os meios de produção devem ser coletivizados, considerando que as atividades desenvolvidas em regime de cooperação são importantes na organização econômica dos assentados.

No entanto, múltiplas formas de organização da produção no campo e de cooperação agropecuária se concretizam. Duas racionalidades caracterizam as diferenças entre os modelos de organização baseada em cooperativas na agricultura brasileira: de um lado, há um tipo de cooperação que é dominado pela lógica econômica amparada por elementos como propriedade privada da terra, valorização do capital, produtividade no sistema da grande propriedade e divisão técnica e social do trabalho¹³ relacionado às empresas econômicas capitalistas. Por outro lado, há um tipo de organização da produção que se desenvolve combinando atividades baseadas em regime de cooperação simples e complexa com atividades individuais e comunitárias em pequenas unidades produtivas apoiadas no trabalho familiar, na propriedade familiar da terra e dos meios de produção, simples produtora de mercadorias (CHAYANOV, 1974). São atividades que se desenvolvem de forma complementar e que embora diversas, são voltadas à integração e a combinação na garantia da reprodução familiar. Este tipo de cooperação, típico da produção camponesa, é combinado, em determinados momentos, com o trabalho individual,

¹³Divisão técnica do trabalho é a divisão do trabalho dentro de um mesmo processo de produção. Já divisão social do trabalho é a repartição das diferentes tarefas que os indivíduos cumprem na sociedade (tarefas econômicas, ideológicas ou políticas) e que se realiza em função da situação que eles tem na estrutura social Harnecker (1972, p.27/29).

mas é centralmente caracterizado por processos coletivos e comunitários de trabalho na forma de mutirão e de parceria nas etapas de maior intensidade como durante a colheita, o plantio e a semeadura da terra, e é também integrado pelo desenvolvimento de atividades artesanais e comerciais. Ele se concretiza no interior dos assentamentos rurais considerando a divisão familiar do trabalho com os laços familiares e de vizinhança, na busca pela própria reprodução familiar e de maior autonomia em relação ao mercado e ao Estado. Este tipo de organização e cooperação caracteriza uma “racionalidade camponesa” e é esta a racionalidade defendida por parte dos camponeses assentados nas áreas dos projetos de assentamento rural.

Todavia, o MST, na contramão dos sistemas camponeses de produção, vem empreendendo ações que buscam superar as características camponesas dos assentados com o argumento da necessidade de ampliar a produtividade e atrelar a produção agrícola a atividades industriais. Desde o princípio, o MST tem dado atenção às ações coletivas nos assentamentos, alinhado que estava ao movimento de luta pela terra. Na atualidade suas ações vêm buscando priorizar benefícios econômicos em uma perspectiva partidária e menos histórica, visando sustentar seu projeto político-ideológico.

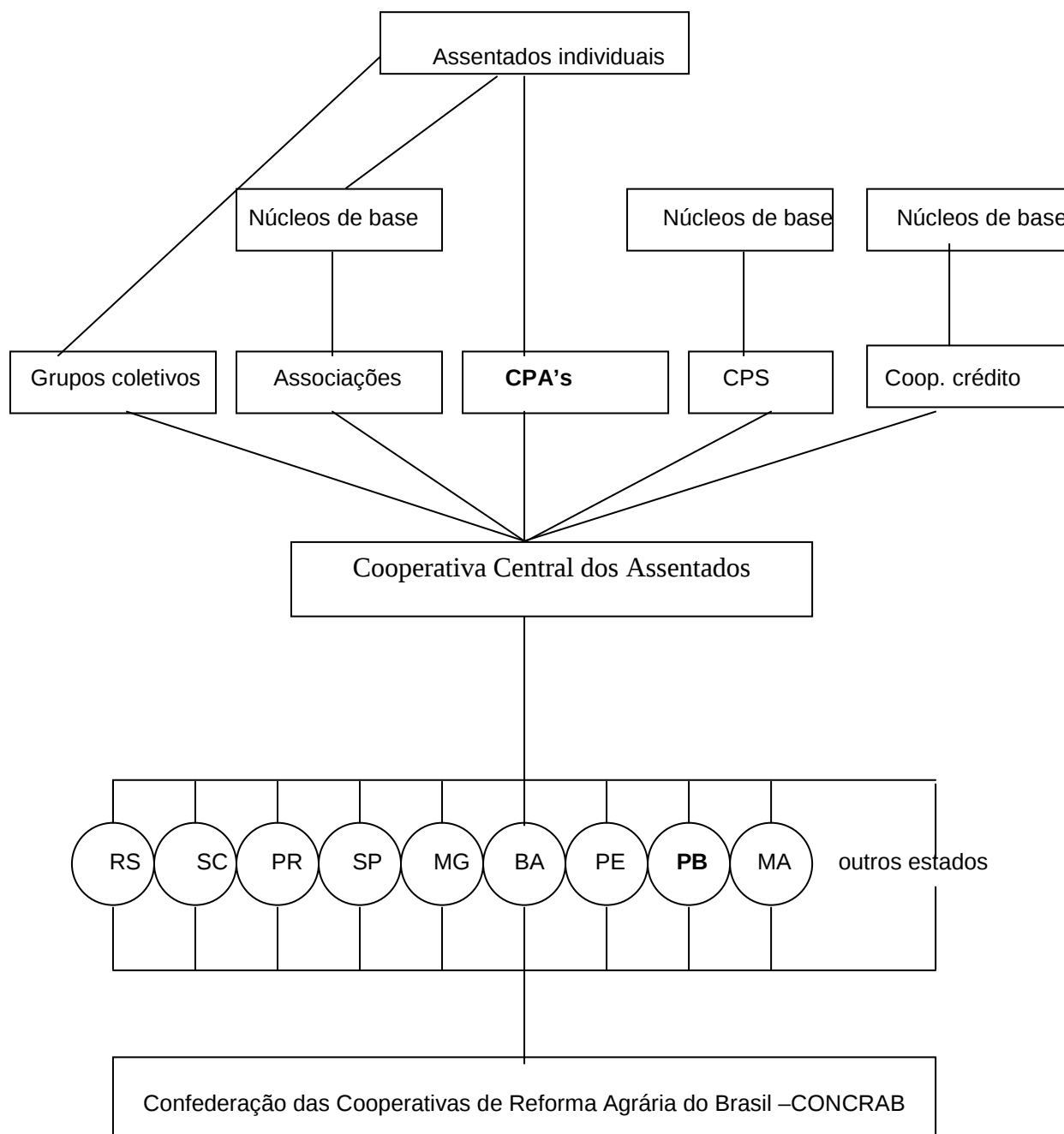
De sua atuação inicial na década de 80, até a atualidade, o MST mantém os mutirões, as associações de pequenos agricultores e as trocas de dias de serviços entre os camponeses assentados como possibilidades de realização das atividades produtivas nos assentamentos. No final daquela década e início dos anos 90, apesar da hegemonia das associações de pequenos agricultores, foram pensadas e articuladas as primeiras cooperativas, resultado do endurecimento do MST frente às ações de estímulo e criação das associações de pequenos agricultores pelos Governos federal e estadual nos assentamentos, vinculando os empréstimos e o crédito à criação das associações.

A consolidação dessas cooperativas organizadas sob o modelo do MST veio com a criação do SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados), que surge em 1990. O SCA é organizado em três níveis, visando garantir a articulação local com o nível nacional. O sistema é ancorado, no nível local, nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's), que vincula os assentados, enquanto associados,

estimulando a produção, a infra-estrutura, a movimentação financeira e a racionalização da mão-de-obra. Já as Centrais Estaduais se localizam numa segunda instância e são formadas por três cooperativas com a função de abrir os caminhos à comercialização das mercadorias produzidas nos assentamentos. Às CCA's (Cooperativa Central dos Assentados) compete a centralização e o planejamento das atividades de produção, dirigindo o processo de expansão das cooperativas. Nacionalmente, o movimento tem na CONCRAB a competência da coordenação nacional das políticas e do planejamento do desenvolvimento das atividades das cooperativas, organizando a formação técnica, desenvolvendo estudos de estratégia de mercado, tratando das relações internacionais e articulando-se com outras confederações.

A CONCRAB funciona como elemento aglutinador das esferas de representação estaduais no nível nacional, resultado de adequação à legislação cooperativista. Cada qual com sua função, o sistema tem se estruturado organicamente com vistas a garantir a produção e a viabilidade econômica dos assentamentos (FABRINI, 2003). No Estado da Paraíba, cumpre a função centralizadora a Associação de Cooperação Agrícola do Estado da Paraíba – ACA, que de acordo com seu estatuto é composta por pequenos agricultores, representantes de associação de assentamentos, profissionais da área agrônômica e movimentos espontâneos de agricultores assentados com sede na cidade de João Pessoa.

De acordo com esta estrutura, cada família camponesa assentada deve estar vinculada a um núcleo base que está, por sua vez, vinculado às associações de assentados, cooperativas de crédito ou de serviços. O núcleo base, os grupos coletivos e a Cooperativa de Produção Agropecuária estão vinculados a CCA (Cooperativa Central dos Assentados) de cada estado e estas se vinculam a CONCRAB. O organograma a seguir mostra em detalhe a estrutura do SCA:

Figura 1 – Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA

Fonte: MST/ CONCRAB.

O MST, com base nessa estrutura, passa então, a estimular o regime coletivo de trabalho apoiado na cooperação, e nas cooperativas. Estas vão daquelas previstas inicialmente na produção agropecuária, passando pelas de prestação de serviços até as de crédito. O movimento pretendeu, com a ampliação das possibilidades de cooperação, conciliar o interesse coletivo presente na proposta inicial do MST com os individuais dos camponeses assentados (FABRINI, 2003).

Uma questão de constante discórdia e de conflitos internos entre os dirigentes do MST, bem como entre os estudiosos do assunto, é o caminho a ser construído para o desenvolvimento da produção agropecuária, determinante do tipo de agricultura praticado. Para o MST, rever a organização da produção tem sido fundamental já que, desde o início da década de 90, quando sucessivas crises econômicas se instalaram nas CPA's comprometendo a eficiência econômica prevista como garantia de sustentabilidade do projeto político-ideológico do movimento, surgiram dissidências e correntes opostas no interior do próprio movimento. O resultado das constantes avaliações é que o MST passa a dedicar especial atenção ao cooperativismo, reforçando a idéia de atuação das cooperativas baseadas numa racionalidade econômica, destacando que a cooperação nos assentamentos deve se dar por meio de acentuada divisão social do trabalho e coletivização dos meios de produção.

Segundo Fabrini (2003, p. 111), duas concepções de cooperativas são elaboradas: uma parte do princípio produtivo, organizada em torno da produção e a outra busca atender aos anseios de coesão entre os assentados, considerando outras dimensões não econômicas como aquelas vinculadas à prestação de serviços e de ajuda mútua. Consolida-se, portanto, dois modelos de cooperativas com formas de atuação e concepções distintas, demonstrando a tensão existente entre as cooperativas de caráter político e social e aquelas de caráter econômico. Essa tensão vai resultar, por um lado, na revisão do sistema (SCA) e na organização, mais recentemente, dos núcleos de base e associações de assentados, e por outro, na concepção de cooperativa voltada para a produção agropecuária baseada na divisão social e técnica do trabalho. Apesar das diferenças e dos conflitos, a dimensão econômica se sobrepõe na criação e reprodução das cooperativas. O caso da Cooperat como veremos é um clássico exemplo.

Já no final da década de 90, e como forma de reação, o governo FHC após perceber a centralidade das cooperativas para o desenvolvimento do MST, como meio de sua intervenção nos assentamentos, iniciou um amplo e sistematizado ataque objetivando desmantelar e inviabilizar o funcionamento das cooperativas ligadas ao movimento. Somado a estes fatores, a política agrícola do Estado que na atualidade vem privilegiando a modernização do agronegócio, vem também sendo

pautada na diminuição dos subsídios agrícolas à pequena agricultura e na abertura e liberação do comércio, expondo a agricultura brasileira à competição internacional.

É a partir destas dificuldades que o MST/ CONCRAB, em 2002, observando a conjuntura desfavorável para a organização da produção e da cooperação nos assentamentos, cria o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, substituindo o antigo SCA (Sistema Cooperativista dos Assentados). Desde aquele ano o movimento vem tentando implantar as mudanças através de um exercício que permita olhar para sua organização interna, estimulando que as cooperativas tenham como elementos de base a mão-de-obra e a terra (meios de produção), ficando menos sujeitas aos financiamentos e créditos oficiais (FABRINI, 2003).

Apesar de repensar e avaliar o uso e o papel dos recursos federais destinados aos investimentos, à infra-estrutura e ao custeio da produção, o MST tende a acentuar a divisão social e técnica do trabalho estimulando o trabalho especializado no setor de produção e a integração das atividades agrícolas e industriais. O movimento então passa a estimular a divisão das atividades no interior do MST e na organização produtiva dos assentamentos com base em setores organizados em cinco novas frentes: Cooperação Agrícola e Cooperativa; Organização de Base; Assistência Técnica e da Produção; Formação e Capacitação e Meio Ambiente e Pesquisa agropecuária. Desdobraremos a lógica de organização produtiva dos assentamentos proposta pelo movimento.

3.2.1 MST e a Cooperação – o efeito das práticas de organização produtiva nos assentamentos determinadas pelo mercado

O capital e seu desenvolvimento contraditório e desigual é responsável por produzir e reproduzir relações de produção não capitalistas no campo, como a camponesa. Ainda que numa condição parcial de subordinação, a pequena unidade de produção camponesa representa significativo número de propriedades dentro do conjunto total de unidades produtivas agrícolas no Brasil, garantindo a sua reprodução na base da luta e da resistência e contra a expropriação.

As pequenas associações de produtores e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) estão apoiadas em um sistema de produção camponês regido por processos de trabalho em que as atividades se desenvolvem em regimes de cooperação que tem vinculação direta com a luta pela terra dos camponeses sitiantes, moradores, arrendatários, posseiros e dos trabalhadores rurais sem terra. Essa luta não é apenas para se integrar ao mundo da mercadoria, já que o camponês é produtor de mais-valia social, o que caracterizaria sua luta apenas do ponto de vista econômico. Ela é, também, uma luta para superar a condição de subordinação numa ordem capitalista latifundiária, apoiada em bancos, rentista e concentradora (FABRINI, 2003). É importante situar a pequena produção camponesa e sua luta na sociedade. Não há dissociação para as famílias de camponeses assentados entre a reprodução social (familiar) e a produção econômica.

A história de luta coletiva e de conquista da terra, os conflitos e as manifestações, materializadas nas ocupações e nos acampamentos, são elementos que explicam como se dá a construção da resistência camponesa. O MST e os camponeses assentados são conscientes dessa história e fazem a opção pela manutenção da resistência na terra através das manifestações coletivas. As manifestações coletivas são, portanto, uma das alternativas dos camponeses assentados garantirem o estabelecimento de novos mecanismos de reprodução econômica e social (familiar) que, indo além da oposição às regras do capitalismo, resgatam o sentido de autonomia e liberdade camponês. Elas se materializam durante a fase de conquista da terra, por exemplo, nas ações identificadas pelas ocupações, acampamentos, pedágios, ocupações de prédios públicos.

Produto da luta e do jogo de forças com o Estado e elemento central que pode vir a apoiar a resistência camponesa é a consolidação de associações e de cooperativas de pequenos agricultores em níveis diferenciados de socialização, mas garantindo-se a manutenção da propriedade familiar dos meios e resultados da produção em sistema produtivo promotor da simples produção de mercadorias. Os pequenos produtores buscam, assim, garantir coesão e identidade entre as unidades produtivas camponesas para o enfrentamento político e sócio-econômico das determinações do modo de produção dominante.

Martins (1995, p. 63), ao tratar historicamente dos movimentos camponeses, identifica, no momento de transição que vai do cangaço e do messianismo aos movimentos camponeses da atualidade, uma certa transformação caracterizada por uma resistência de classe. Fabrini (2003, p. 95) observa a importância da *resistência para a não aceitação pelas famílias camponesas assentadas da condição de subordinação aos grandes esquemas econômicos e destaca como elemento de distinção a produção camponesa que é capaz de dinamizar uma forma de produção diferenciada que garante a não subtração da renda, da propriedade privada familiar da terra e dos instrumentos de produção*. A resistência camponesa não se exprime apenas do ponto de vista político, mas, sobretudo na manutenção do sistema produtivo do ponto de vista econômico desenvolvido no interior das pequenas unidades familiares. Desta maneira, as propostas de institucionalização e organização da produção (grupos de assentados, núcleos de produção, associações de pequenos produtores) surgidas no interior dos assentamentos rurais que fizeram avançar a organização da produção e da comercialização, via de regra, resultam do aprendizado e da socialização entre os camponeses assentados, como identificado durante a pesquisa no interior das unidades produtivas no assentamento Tiradentes.

Oliveira destaca o papel desempenhado pelo MST, enquanto movimento social no campo que luta pela terra. Considera que a questão fundamental da luta e do acesso à terra passa necessariamente pela discussão do modo através do qual vai se produzir na terra. Neste sentido, a questão da produção está no centro de sua ação. Como analisa Oliveira (2002, p. 86), a ação política do MST e a importância de seu posicionamento político-ideológico estão centradas no modo de produção adotado, e este tem sido tendencialmente o da produção coletivizada sem distinguir atividades agrícolas e industriais:

[...] para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra a questão fundamental do acesso e luta pela terra passa necessariamente pela discussão do modo através do qual vai se produzir na terra. Neste sentido a questão da produção coletivizada está no centro de sua ação. Procura-se dessa forma gestar hoje relações de produção coletivas.

Com o avanço do MST sobre frações do território nacional e sua massificação, tornou-se impossível pensar o desenvolvimento do movimento sem pensar a organização produtiva dos assentamentos. Era necessário pensar estruturas e estratégias, formular modelos e planos articulando o nacional com o local, permitindo a consolidação dos assentamentos rurais até então conquistados (MST, 1989).

Assim historicamente, em seu projeto produtivo, o MST optou por defender a coletivização das terras e dos meios de produção apoiado na cooperação e nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). Ele vislumbrava consolidar o trabalho coletivo nas áreas de assentamento rural baseado num modelo que não distingue as atividades industriais das agrícolas, com divisão social do trabalho e uma produção camponesa altamente especializada e técnica destinada a atender o mercado. O MST tem buscado concretizar esta bandeira através da aliança operário-camponesa como tentativa de buscar o apoio em massa da sociedade num discurso em defesa da reforma agrária.

O I Plano Nacional do Movimento, de 1989, no capítulo que trata da organização interna, o MST refere-se às Cooperativas de Produção Agropecuária em quatro dos treze pontos da seguinte forma (MST, 1989, p.20):

1. Desenvolver e estimular as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, como única forma de aumentar as potencialidades de produção e produtividade, como:
 - comprar máquinas e meios de produção;
 - trabalho coletivo, com maior divisão do trabalho;
 - moinhos comunitários e outros agroindustriais;
 - armazéns e todo tipo de benfeitorias. (...)
7. Garantir que as centrais de comercialização para compra e venda de produtos de necessidade dos assentamentos sejam implantadas em maior escala possível, para poder competir no mercado.
9. Trabalhar na perspectiva de nos próximos anos, ter uma empresa nacional para as atividades de comercialização.

11. Estudar a possibilidade de implantação nos assentamentos, com maior número de pessoas, indústrias que absorvam muita mão de obra.”

A despeito das múltiplas e diferenciadas experiências de assentamentos o MST faz questão de defender a coletivização, através da concretização das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's). As CPA's são, também, instrumento de intervenção e presença do movimento nas áreas de assentamento. O MST compreendeu que as cooperativas de produção em funcionamento nos assentamentos podem ser um meio de organização da produção que supera as formas organizativas baseadas nas associações, nos mutirões e nos grupos coletivos. Para o movimento, é fundamental que a produção camponesa se volte para o mercado dando sustentação às ações política-ideológica desenvolvidas pelo MST no nível local e regional (MST, 1989, 1991, 2002, 2006 e CONCRAB, 1999). Com isso, o movimento nega ou cria limitações à autonomia produtiva camponesa e ao seu equilíbrio interno, centralmente voltado para criar as condições materiais e subjetivas para a reprodução familiar na unidade produtiva com base na lógica da simples produção de mercadorias.

Após 1985, parte das lideranças do movimento esboçava uma preocupação em relação à forma de organização que deveria ter a produção nos assentamentos. A cooperação agropecuária tomou corpo, então, objetivando aumentar a produção e a produtividade através da coletivização do trabalho, da terra e dos meios de produção. Somada à coletivização dos meios de produção, a idéia da transposição do modelo industrial para o campo evoluiu com a implantação de agroindústrias e com o avanço do conceito de pluriatividade através da estruturação e da implantação dos assentamentos rurais baseados no modelo de agrovilas¹⁴, mecanismo que facilita a gestão territorial, manobra política e a organização dos equipamentos de uso comum (MST, 1989, 1991, 2002, 2006).

Assim, o movimento entendeu que a produção não devia distinguir as atividades industriais das agrícolas “jogando na vala comum” os operários e os camponeses. Segundo os princípios mencionados acima e com a coletivização dos

¹⁴ O sistema de organização do assentamento na forma de agrovila prevê uma certa urbanização das moradias, o desenvolvimento da infra-estrutura, o transporte coletivo, a saúde, a educação e áreas de lazer comuns. Esse modelo de assentamento preconiza o padrão de construção urbano ligado à idéia de acesso à escola, ao lazer e à saúde (MST, 1989, 1991, 2002, 2006).

meios de produção, os camponeses assentados devem superar a simples divisão familiar do trabalho, que é reprodutora da produção simples de mercadorias, a noção de *cooperação* desenvolvida deve está atrelada a divisão social e técnica do trabalho no interior das unidades produtivas camponesas.

Sobre a importância do trabalho coletivizado e a percepção que o MST tem da organização da produção camponesa, Fabrini (2003) destaca:

A produção camponesa é entendida pelo MST, por exemplo, como um obstáculo para o desenvolvimento da produção coletiva, pois as relações sociais de produção do campesinato não permitem a formação de uma 'consciência coletiva', atribuindo a este o comportamento individualista.

Por outro lado, o MST reconhece a disposição dos camponeses para agirem no momento da luta e do enfrentamento pela posse da terra, nas fases iniciais da ocupação e do acampamento. São ações de organização acompanhadas de um sentido político e ideológico que se desenvolvem marcadas pela identidade de interesses e de classe na busca por ampliar a democratização do acesso a terra.

Ainda conforme argumenta Fabrini (2003), essa identidade camponesa é, no entanto, fragmentada e dissolvida no momento de consolidação do assentamento, quando os camponeses, já na situação de assentados, *querem preservar as condições para a manutenção do modo camponês de produção*¹⁵, resistindo à proposta de coletivização dos meios de produção defendida pelo MST com ações de contra-organização e em função de outros cismas, como acontece em muitos assentamentos e no caso, como veremos, de criação da Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes -APAAT no ano de 2002.

Apesar das evidências que mostram as contradições entre o modelo do MST e a efetiva organização do sistema produtivo dos assentados camponeses, a cooperação é o caminho de organização escolhido pelo MST. O movimento foi além e entendeu que para concretizá-la entre os camponeses assentados seria preciso coletivizar os frutos do trabalho e saiu em defesa deste projeto por acreditar que os camponeses assentados são sujeitos individualistas, e que só seriam capazes de

¹⁵ Conforme discutido no capítulo inicial.

empreender os projetos de cooperação se seus meios de produção fossem coletivizados.

Fabrini (2003) discorda dessa percepção quando argumenta que o campesinato garante sua manutenção na sociedade através de relações coletivas de produção. O autor descreve como se desenvolvem as relações coletivas entre os camponeses nas áreas de assentamentos:

[...] o exemplo de destocas de lavouras, plantação, colheitas comunitárias, trocas de dias de serviço evidenciam que a perspectiva individualista dos camponeses assentados não pode ser generalizada e os laços comunitários das famílias são resgatados nestas manifestações.

Por outro lado, Stédile (1991, p.136), economista clássico e uma das lideranças nacionais de maior expressividade do MST, evidencia a disposição e a experiência do movimento com a cooperação agrícola enfatizando que o MST concebe a cooperação como meio para o desenvolvimento econômico e social nos assentamentos, mas evidenciando a importância do aspecto econômico:

A cooperação agrícola é o feito de juntar os vários dias de serviço dos agricultores que trabalham sozinhos para poder, com isso, conseguir acumular dias de serviço que sobram...

[...] é o jeito de somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. [...] Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer. Porque se consegue somar mais dias de serviço e aplicá-los em capital...

Isso pode ser visto nas grandes empresas. Elas crescem mais rápido porque se juntaram vários capitalistas que já tinham algum capital acumulado e fizeram um bolo ainda maior ...

É a história das grandes firmas. É a história dos bancos. Na agricultura, é a mesma coisa.

Ainda segundo Stédile (idem), o desenvolvimento da cooperação agrícola no capitalismo deve obedecer, para se tornar sustentável, aos princípios da necessidade de aumento do capital constante, do aumento da produtividade do trabalho, do aumento da divisão social e técnica do trabalho na agropecuária, do aumento da especialização, da racionalização da produção e do volume de produção adequado para formação do preço final do produto. É a união da agricultura com a indústria cabendo à primeira um papel subordinado.

Baseado nestes princípios, o MST vem concebendo a organização da cooperação agrícola nos assentamentos apoiada nos fundamentos econômicos das leis do mercado. As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) reproduzem a centralidade econômica, o que reforça a negação, pelo MST, do modo de produção camponês nos assentamentos. No manual "O que levar em conta na organização do assentamento" (MST, 2002, p.7a15), destacamos o seguinte:

[...] nos acostumamos a organizar os assentamentos partindo sempre dos aspectos mais imediatos da vida das pessoas. (...) As pessoas passam a organizar o seu tempo em torno de estratégias de sobrevivência, buscando extrair do trabalho agrícola a sua existência e de sua família.

[...] Estes camponeses, por organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tendem a constituir uma visão de mundo subjetivista e oportunista.

[...] *deveremos definir a estratégia econômica das famílias* e as formas de cooperação na produção a serem adotadas. (...) Precisaremos estudar o mercado local (produtos potenciais a serem comercializados nos municípios da região), verificar o potencial dos solos que estão presentes na área; a situação climática da região; a disponibilidade das águas no interior da fazenda desapropriada etc.

Este plano de produção deverá levar em conta a combinação das necessidades básicas de alimentação das famílias assentadas, (...) combinadas com atividades que terão o objetivo de produção e industrialização, para abastecimento do mercado local e regional."

O que está implícito nesta passagem é que a característica central da unidade produtiva camponesa, como produtora simples de mercadorias, é algo que deve ser superado. Diante das dificuldades impostas ao padrão de vida camponês, o MST não vê a possibilidade dos camponeses se desenvolverem enquanto classe, já que sua produção está completamente subordinada aos grandes produtores e à lógica do mercado, muito embora o movimento acredite que seja necessário somar esforços na luta dos operários.

Ora, para o MST os camponeses assentados, enquanto produtores simples de mercadorias, não têm condições de evoluir econômica, social e politicamente. Na concepção do movimento, e de suas lideranças em especial, este sistema de produção é inviabilizado pelo modo capitalista de produção, que é dominante e o

subordina. Continua o movimento afirmando que somente o trabalho coletivo, como é concebido pelo MST, promoverá o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Como estratégia de formação para organizar as cooperativas de uma perspectiva econômica, portanto, como produtoras de mercadoria integradas ao mercado, o MST viabiliza cursos de formação para lideranças e componentes de famílias camponesas assentadas, os “laboratórios organizacionais que buscam formar consciências sociais”. Estes são pré-requisitos para a fundação das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's).

Desta maneira, na compreensão do MST a competitividade somente virá com a apropriação de excedentes cada vez maiores produzidos pelos camponeses assentados, entregues à cooperativa para realização de investimento em tecnologia, máquina, insumos, infra-estrutura e instrumentos de trabalho que agreguem valor e ampliem o capital.

Diante disto, os camponeses assentados acreditam que a cooperação proposta pelo MST, assim como, a participação nas ações políticas e ideológicas do movimento são limitações à evolução da diversificação no sistema produtivo de base familiar que se desenvolve no interior da unidade produtiva camponesa. Assim, as ações planejadas / determinadas pelo movimento para serem executadas pelos camponeses assentados terminam por encontrar resistência quando se instalam os conflitos e dissidências entre os grupos. Por outro lado, as lutas e reivindicações desenvolvidas, por exemplo, pelo setor de “frente de massa”, setor responsável por pensar e conceber coletivamente as ocupações, as manifestações e as passeatas terminam sendo esvaziadas, já que parte dos camponeses assentados não se identifica com o esquema político e econômico de luta determinado pelo MST bem como, este não considera os aspectos produtivos, culturais e as especificidades da relação com a natureza. Para os camponeses, após a criação do assentamento, poucas são as razões para o envolvimento político e participativo nas ações coletivas estratégicas desenvolvidas pelo MST através, por exemplo, das ocupações de terra, de prédios públicos e outras reivindicações realizadas.

O momento atual pede reflexão já que as Cooperativas de Produção Agropecuária vinculada ao MST / CONCRAB estão sofrendo críticas e passando por dificuldades de toda ordem. Elas são questionadas pelas dificuldades econômicas e pelas relações de poder verticalizadas, multiplicadas em seu interior. Se por um lado, as críticas indicam a necessidade do MST repensar a forma de organização das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) no interior dos assentamentos, enquanto forma superior de organização da produção, por outro a crise tem aberto possibilidades de grupos de assentados e de famílias de camponeses se reagruparem na forma de associações ou núcleos de produção na defesa de seus interesses e autonomia.

Na experiência vivenciada pelos camponeses assentados no assentamento Tiradentes, a institucionalização da COOPERAT se por um lado significou a possibilidade momentânea de organização da produção e dos meios de produção no regime de coletivização do trabalho, significou também, a criação da APAAT – Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes, caminho construído pelos camponeses assentados na forma de pequena associação de agricultores para se contrapor às exigências do modelo proposto pelo MST.

A pesquisa realizada junto aos camponeses do assentamento Tiradentes aponta para o fato de que a criação da APAAT, entre os anos de 2002 e 2003, significou uma certa fragmentação dos grupos familiares de assentados e a busca de reorganização da produção camponesa, resultado da insatisfação com a organização e a condução do assentamento realizado pelos líderes locais do MST através da diretoria da Cooperat, desde o ano de 1999, época em que os camponeses e trabalhadores sem terra ocuparam o empreendimento Agropecuária Gendiroba Ltda.

Objeto de nosso estudo, a área do assentamento Tiradentes, localizada na Zona da Mata Paraibana, no município de Mari, Estado da Paraíba, demonstra que as ações de resistência e de luta camponesa na terra contra a expropriação/exploração, apesar da peculiaridade local, não são diferentes dos processos que se desenvolvem no Brasil.

A constituição de duas organizações direcionadas para o atendimento dos problemas relativos à produção demonstra o quão é peculiar e complexo o desenvolvimento da produção nos diversos sistemas complementares que se combinam no interior das unidades produtivas dos assentamentos rurais. No que tange às atividades agrícolas desenvolvidas pelos camponeses, a pesquisa apontou para o baixo nível da presença institucional, seja na comercialização, seja na produção no interior das unidades produtivas pesquisadas, o que não significa, para o conjunto de atividades desenvolvidas pelos agricultores, que não há complexidade e complementaridade entre as atividades. Entretanto, o entendimento que fica é que a cooperativa, no caso do Tiradentes, não foi o lugar identificado pelo conjunto de famílias camponesas para comprar algo ou entregar a produção, fazendo com que muitos recorram às estruturas paralelas quando isso for mais vantajoso. É para buscar entender esta realidade que o capítulo seguinte se volta.

CAPÍTULO 4

SISTEMAS PRODUTIVOS CAMPONESES NO ASSENTAMENTO TIRADENTES

“Suarei meu corpo, que o sol queimarás;
minhas mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais;
meus olhos verão o que antes não viam”....
Trecho da poesia canção óbvia de
Paulo Freire.

Nesta fase do trabalho nos amparamos em estudiosos do campesinato que contribuem para uma análise que busca desvendar a diversidade e a variedade dos sistemas produtivos e as alternativas buscadas pelos camponeses, resgatando a importância que exerce a produção e a comercialização nas áreas de assentamento¹⁶ rural ou em comunidades rurais no conjunto da sociedade brasileira. Esses estudiosos avançaram em algumas frentes científicas dentre elas: a economia com Chayanov (1974); a sociologia rural com Martins (2004); a antropologia com Woortmann (2004), a história com Prado Jr (1953) e a geografia com Oliveira (1987, 2001), Moreira (1997, 2006), Marcos (1996, 1998), Fabrini (2002, 2003) e Paulino (2003).

¹⁶ A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais (...) Carvalho (1998,1999). Já enquanto substantivo, consideramos o termo assentamento área produtiva destinada ao conjunto de *trabalhadores rurais* que vive em determinado imóvel rural desapropriado ou adquirido pelo Governo Federal com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas a reforma agrária. O grifo fica por nossa conta já que vale ressaltar a noção de classe e a distinção que há entre os significados e o conceito de camponês e de trabalhador rural. Acreditamos que este último conceito não dá conta do conjunto e das especificidades que o termo camponês carrega, determinados historicamente. Daí porque preferimos adotar o termo camponês já que este sintetiza o conjunto de sujeitos composto por sitiantes, agregados, arrendatários, posseiros, parceiros e camponeses assentados, este último objeto de nossa reflexão.

4.1 Aspectos Metodológicos da Pesquisa

O trabalho de campo teve início em outubro de 2005, quando fomos conhecer a extensão da área, algumas famílias camponesas assentadas no Tiradentes e acompanhar as etapas de construção e distribuição de lotes do então assentamento Zumbi dos Palmares, fração de território recém conquistado em fase de pré-assentamento vizinha à área do assentamento Tiradentes, objeto de nosso estudo. Esse primeiro contato veio acompanhado de minha participação no V Encontro de Formação e Avaliação organizado pelo MST da regional da várzea, e que foi realizado nas dependências do assentamento Tiradentes, e do XIII Encontro Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ocorrido na cidade de Campina Grande em dezembro de 2005 nas instalações da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Aquele primeiro encontro ocorreu no antigo galpão de máquinas e equipamentos da então Agropecuária Gendiroba Ltda, atualmente desativado e sem uso no Tiradentes. Este encontro teve como um dos objetivos avaliar a atuação do MST no conjunto da brigada, como é conhecida a organização dos assentamentos e acampamentos entre os militantes. Ele teve também o propósito de avaliar a quanto anda a organização dos acampamentos na regional da várzea, a organização dos assentamentos e o que podia ser melhorado na mediação do movimento junto ao grupo de camponeses para os próximos anos.

Foi nesses encontros que nos demos conta da dimensão e da organização do MST em parte do Estado da Paraíba, das questões políticas norteadoras da ação do movimento nas áreas de assentamento e de acampamentos e que mantivemos os primeiros contatos com as famílias camponesas de assentados do Tiradentes.

Algumas indagações surgiram nesta fase da pesquisa como o fato do movimento não avançar no processo de organização do trabalho no interior do conjunto do assentamento, indagação esta feita pelas lideranças locais e pelo corpo de técnicos do MST no local. Para compreender estas dificuldades percebemos que era necessário analisar, sobretudo, a produção e a organização local do sistema e das combinações produtivas camponesas, suas especificidades e as diferenças entre os dois projetos produtivos.

Para respondermos a estas questões nos apoiamos em dois instrumentos de pesquisa distintos:

- Utilizamos um questionário parcialmente estruturado com perguntas específicas sobre a organização da produção no interior das unidades produtivas e no conjunto do assentamento. Este questionário foi aplicado junto aos chefes de família (casal) e sua composição foi dividida em dois conjuntos de dados a serem coletados: as primeiras indagações mais gerais buscaram identificar a composição familiar, o uso da terra dado pelas famílias, a produção no interior das unidades produtivas e qual o destino que os camponeses dão a esta produção. Num segundo bloco de questões buscamos considerar o desenvolvimento das organizações formalmente constituídas com sede no assentamento rural, em especial, a Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Tiradentes Ltda – COOPERAT e Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes – APAAT. Coletamos, também, informações relativas à estrutura comum e individual no conjunto do assentamento. A amostra foi pré-definida e para torná-la representativa retiramos do conjunto de cento e sessenta (160) famílias oficialmente assentadas, o percentual de vinte e cinco por cento (25%), o que nos permitiu a aplicação de quarenta questionários (40) em unidades produtivas diferentes, aplicados de forma a garantir aleatoriamente a distribuição espacial do conjunto das famílias camponesas que estão associadas a cooperativa e a associação (Kurt, 1995, e Verdejo, 2006).

Como recurso na coleta de dados também utilizamos o gravador, o caderno de campo e o registro de imagens com base no recurso fotográfico. Com o recurso do gravador realizamos as entrevistas semi-estruturadas direcionadas ao grupo de líderes locais do MST e aos antigos moradores da Fazenda Gendiroba. Nosso interesse era resgatar o processo histórico de transição do acampamento para o assentamento Tiradentes. Entrevistamos, do grupo de 22 famílias de antigos moradores da Fazenda Gendiroba que permaneceram no assentamento, um total de 13 camponeses assentados e obtivemos um total de cinco horas de entrevistas gravadas. Optamos por resguardar a identidade dos camponeses assentados entrevistados omitindo seus nomes nas citações. Já o recurso da fotografia nos foi especialmente útil para registrar a diversidade do sistema produtivo e o escoamento da produção.

Como forma de garantir a consistência de algumas das informações coletadas junto aos camponeses assentados durante as entrevistas, recorreremos à análise de documentos e de materiais como revistas, jornais, projetos, contratos de constituição das instituições e o processo judicial que deu início a constituição do assentamento visitando os seguintes órgãos: no INCRA da cidade de João Pessoa, onde revisamos o processo de vistoria da Fazenda Gendiroba solicitado pelo MST; no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR's) do município de Mari e no Banco do Nordeste (BNB), agência Sapé, onde buscamos informações relativas a empréstimos e crédito agrícola.

4.2 Do Longo Caminho entre a Gendiroba Agropecuária Ltda e o Início da História de Consolidação do Assentamento Tiradentes

A luta pela terra no estado da Paraíba traz peculiaridades em seu desenvolvimento e é anterior a 1964, com a experiência das Ligas Camponesas e a fundação de seu escritório local na cidade de Sapé, sob a liderança de João Pedro Teixeira. Esse fato teve um significado especial, sobretudo, para a capacidade de organização do movimento local de luta pela terra que conseguiu, na época das ações empreendidas pela Liga Camponesa de Sapé, congregar o maior número de associados (ANDRADE, 1980, 1989 e MOREIRA, 1997, 2006). Na fala de um dos assentados, o medo e a insegurança instalados pelos usineiros na região da Zona da Mata açucareira paraibana estão ainda hoje presentes na memória coletiva dos moradores da região:

[...] o que nós sabemos é que o pessoal que ocupou a área, a maioria era de Sapé, pouquíssimos de Mari, por quê? Porque essa fazenda Gendiroba era da família Ribeiro Coutinho, dos usineiros, então o pessoal de Mari tinha um medo muito grande porque eles têm uma história aqui. Uma história de violência, uma história de perseguição, uma história que segundo o povo daqui os vizinhos daqui, diziam que a maioria destas terras foram tomadas (Assentado, J. A. M.).

A CPT local, em suas ações, evidenciava a necessidade do apoio dos assalariados à luta pela terra e teve como objetivo multiplicar as formas de resistência na terra. Além da atuação da CPT no Nordeste, a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores da Agricultura) tentou vincular sua ação nas ocupações à dos sindicatos de trabalhadores rurais, muito embora somente quando as famílias fossem organizadas pelos sindicatos rurais (STR's) locais. Na Paraíba, durante as décadas de 70 e 80 havia, portanto, de forma pontual e desarticulada, duas frentes de resistência na terra: uma representada pela ação da igreja católica através da CPT local e outra através dos sindicatos de trabalhadores rurais. Isso tornou peculiar o movimento de luta pela terra dos camponeses e trabalhadores sem terra no Estado (MOREIRA, 1997 e FERNANDES, 1999).

Fernandes (idem) observa que é somente no final do ano de 1988 que lideranças locais e regionais se encontraram para discutir qualitativamente a presença e a necessidade da primeira ação do MST na Paraíba, já que o movimento ficou restrito à mera representação do escritório na cidade de Campina Grande. Alguns dirigentes se posicionaram a favor da realização das ocupações, enquanto outros acreditavam que o momento para ocupação tinha que ser determinado pelos próprios trabalhadores rurais. Estavam neste encontro representantes locais do PT (Partido dos Trabalhadores), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da CPT e de sindicatos rurais, e apesar da ausência de consenso, foi tirada da reunião uma comissão provisória para organizar a primeira ocupação de terra realizada pelo MST no estado, ato simbólico da presença do movimento na Paraíba (FERNANDES, 1999).

Um dos argumentos contra a ocupação era o fato de que boa parte das lideranças do MST não conhecia a realidade local, já que vinha da região Sul. Somadas a isso, as ações de pistoleiros e da Polícia Militar poderiam comprometer o processo de ocupação. Não houve recuo das lideranças locais do movimento, reflexo da política central que tinha como determinação o fortalecimento nacional do MST, até que em abril de 1989 foi ocupada por duzentas famílias a Fazenda Sapucaia, de dois mil e quarenta hectares (2.040 ha), localizada na cidade de Bananeiras, Mesorregião do Brejo Paraibano. Mesmo após a pressão da ocupação, a Fazenda Sapucaia permaneceu com seu processo de desapropriação obstaculizado durante dois anos em Brasília (FERNANDES, 1999). Para as

Historicamente, o grande número de sócios nos quadros da Liga da cidade de Sapé expressou o importante papel desempenhado na frente de luta pelos camponeses locais: moradores de condição ou de favor e foreiros da época tinham o apoio das Ligas contra a cobrança do cambão e as formas de exploração do trabalho. Para os camponeses, no entanto, a submissão vivida através do pagamento do foro ou da morada de condição representou uma forma de manutenção da condição camponesa, já que abria a possibilidade de permanência na terra. Com o passar dos anos, todavia, com o avanço do capital no campo e o aumento dos dias de trabalho entregues aos proprietários privados da terra, o foro¹⁷, representou uma forma de pressão e resultou na expulsão de centenas de camponeses das terras localizadas na área da Zona da Mata paraibana, em especial da Fazenda Gendiroba. Os camponeses tiveram como destino, quase sempre, as cidades próximas ou então as grandes capitais, como João Pessoa e Recife, para servirem de mão-de-obra barata para as indústrias. Com a instalação do período ditatorial, o movimento das Ligas Camponesas é posto na ilegalidade, duramente combatido e seus líderes foram caçados.

Há relatos de antigos moradores sobre possíveis ações da Liga de Sapé na então Fazenda Gendiroba. Segundo declarações de camponeses assentados, houve expulsões de camponeses foreiros pelo então Senhor Renato Ribeiro Coutinho, filho do Senhor João U. Ribeiro. O proprietário das terras alegava que a expulsão dos camponeses se dava devido à participação destes, como associados, na Liga Camponesa de Sapé. Por esta razão, antigos moradores foram expulsos e tinham as vilas e a cidade de Mari como destino de moradia. A declaração de um camponês assentado, antigo morador de condição da época, confirma o ocorrido: “meu pai foi expulso das terras pelo senhor Renato Ribeiro Coutinho pelo simples fato de achar que ele participava das Ligas Camponesas de Sapé” (Assentado). Nesta declaração o elemento da expropriação violenta fica evidente, o que explica o medo e a presença, ainda hoje, de muitas famílias de assentados da região de Sapé, município polarizador na economia local.

¹⁷ O foro no caso do assentamento Tiradentes significou para o grupo de moradores da Fazenda Gendiroba a obrigação com os tratos culturais no plantio, corte, limpa e preparo do solo inicialmente com a cultura do algodão e posteriormente com o avanço da área de plantio da cana-de-açúcar, cultura destinada a alimentar às usinas de açúcar e as destilarias de álcool.

Da atuação das Ligas Camponesas na luta pela terra no Nordeste e em especial nas cidades de Mari e de Sapé, Andrade (1989) observa:

As ligas camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura da cana-de-açúcar, como nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba, ou nas áreas em ocupação, onde os posseiros eram expulsos da terra por latifundiários e grileiros.

Moreira (1997), observando o processo de expansão das usinas de açúcar, as mudanças nas relações de trabalho e o papel das Ligas Camponesas na frente de luta contra a retração da agricultura camponesa escreve:

[...] No bojo deste processo estão presentes à expulsão dos moradores (...). Parcela dessa população expulsa e expropriada converte-se em trabalhadores assalariados da cana. É importante destacar que este processo se deu de modo muito lento. Tanto é que, no final dos anos 50 e início dos anos 60, várias décadas após a instalação das primeiras Usinas, o sistema de moradia ainda vigorava com grande força na Zona da Mata, preservando sua característica secular de exploração: o cambão. Pode-se assim entender o porquê da eclosão das Ligas Camponesas nessa região, (...). Na Paraíba, os municípios de Sapé e de Mari distinguiram-se como àqueles onde o movimento das Ligas foi mais expressivo.

Já em meados dos anos 70 a propriedade privada da terra era garantida pelo Estado via incentivos ao avanço de área plantada e cultivada pela cultura da cana-de-açúcar. O Programa Pró-álcool socorria financeiramente e incentivava os grandes proprietários de terra garantindo o avanço do modelo industrial sobre o campo e perpetuando a estrutura agrária altamente concentradora de terras. Assim, as ações do Estado, articuladas à manutenção da estrutura agrária na Zona da Mata, permitiram que a propriedade das terras permanecesse nas mãos de netos e netas, herança que garantiu a criação do empreendimento Agropecuária Gendiroba Ltda.

Aos antigos camponeses moradores e sitiante da então Fazenda Gendiroba era permitido o plantio, o cultivo e a semeadura de alimento destinado ao autoconsumo das famílias e dos trabalhadores rurais oriundo de outras localidades que como força de trabalho no corte da cana se alimentava dos produtos cultivados no interior da fazenda como o milho, o feijão, a fava, a macaxeira e a farinha de mandioca. Essa produção barateava os custos com a alimentação dos trabalhadores diaristas e moradores da fazenda durante o trabalho na safra, e era uma forma de

controle dos moradores exercido pelo proprietário privado. Assim, as culturas temporárias serviam como garantia de reprodução da força de trabalho no interior da fazenda, mantidas sob o rígido mando do patrão e possibilitando apenas o pagamento de salários irrisórios (diárias).

O regime de pagamento do trabalho predominante na Fazenda Gendiroba era o foro, entregue ao proprietário privado das terras, às vezes, através de produtos, às vezes, em dias de trabalho, em troca da permissão para a família camponesa permanecer nas terras. Conforme declaração de um camponês assentado, o foro, inicialmente de um dia, ocorria com a entrega dos resultados do trabalho ao então administrador da fazenda.

É somente com a administração do senhor Renato Ribeiro Coutinho que o foro, como regime de pagamento, se amplia de um para três dias na Fazenda Gendiroba. Em seguida passaram a serem necessários quatro dias semanais de trabalho na lavoura para os moradores, agregados e sitiantes permanecerem na terra com suas famílias. O aumento do foro e da pressão por trabalho significou a expulsão de um grande número de famílias de camponeses, comandada pelo proprietário das terras e pelos capangas (conhecido como cabo), via de regra, acompanhada pela piora nas condições de vida e de trabalho. Este movimento expropriatório articulado ao avanço da cultura e da agroindústria da cana-de-açúcar resultou na desestruturação da pequena produção familiar no interior da Fazenda Gendiroba e nas comunidades rurais da região.

É com a crise do algodão (bicudo) e o avanço da indústria do açúcar e do álcool que o plantio de cana-de-açúcar torna-se mais rentável, inclusive com incentivo oficial, e passa a disputar áreas plantadas de algodão e de policultura alimentar localizadas nas áreas do Brejo e da Zona da Mata paraibana. A Fazenda Gendiroba torna-se uma das maiores fornecedoras de cana-de-açúcar do grupo Ribeiro Coutinho a então usina produtora de açúcar Santa Helena, localizada no município de Sapé e de propriedade do grupo. Neste período, consolida-se o processo de concentração das propriedades privadas de terra na forma de Usinas. Conforme escreve Moreira (1997):

No caso da Paraíba, esse processo de transferência teve por consequência a concentração de quase todas as terras das Usinas

situadas no Litoral, nas mãos de uma única família: a família Ribeiro Coutinho. (...) É ela quem irá, durante longos anos, deter o poder político e econômico regional dando origem a uma das mais fortes oligarquias rurais do Estado...

Sobre as alterações no sistema de posse da terra e na organização do trabalho sofrida pela agricultura camponesa desenvolvida em pequenas unidades produtivas em função do avanço das usinas, a autora destaca: retração do trabalho desenvolvido nas pequenas unidades produtivas, expansão do assalariamento, surgimento da figura do fornecedor de cana, intensificação da sazonalidade do emprego pela introdução de fertilizantes e da mecanização, substituição do senhor de engenho pelo usineiro.

Somente com a expansão canavieira e com a criação do Programa Nacional do Alcool - PROALCOOL, é que o plantio de cana, restrito às áreas mais apropriadas para o cultivo (áreas úmidas e horizontalmente largas) invade as áreas do Brejo, do Agreste e da Borborema. Este avanço significou, em termos absolutos, que a produção de cana-de-açúcar saltou entre o período de 1970 a 1980 de um total de 1.433.245 toneladas para 3.057.112 toneladas, significando um aumento de 113,3%. Esse incremento muda, quase por completo, a área de municípios como Sapé, onde a cana-de-açúcar substituiu, na década de 80, grande parte da vegetação e das culturas alimentares que eram cultivados no sistema policultor e do abacaxi. Decorre disso que o Estado da Paraíba em 1990 figurava como o quarto maior produtor de cana no ranking nacional (MOREIRA, 1997).

Do desenvolvimento e do domínio de áreas de plantio de culturas alimentícias para o consumo familiar pelos camponeses para o predomínio da grande propriedade monocultora da cana-de-açúcar resultou o aumento dos conflitos e da violência no campo entre latifundiários e usineiros de um lado e moradores, cambãozeiros, sitiantes, agregados, posseiros e foreiros de outro. Destas contradições foram surgindo localmente as resistências e a consolidação do movimento de luta por terra no Estado.

Moreira (1997) argumenta que as mudanças nas formas de uso da terra combinadas com o avanço da cana e do pasto no sistema extensivo, com a concentração de propriedade da terra nas mãos de alguns e com a mecanização e intensificação tecnológica foram alguns dos fatores responsáveis pela alteração na

estrutura das relações de trabalho no campo paraibano, bem como pela expulsão e expropriação de pequenos produtores e pela diminuição de área plantada de cultivos alimentares na forma da agricultura camponesa. A autora destaca algumas frentes de luta desenvolvidas no Estado como: luta contra a exploração do trabalho e por melhores condições de trabalho e de vida, luta contra a expulsão e expropriação, *luta pelo retorno à terra na reconquista da terra de trabalho*¹⁸ e a luta dos pequenos produtores por uma política que garanta a permanência na terra.

Das lutas que têm se destacado desde o final da década de 80 no estado, sobressai aquela que defende o retorno à terra através de ocupações de imóveis e de latifúndios improdutivos por um conjunto de camponeses e trabalhadores rurais sem terra. A criação do projeto de assentamento Tiradentes resulta da ação combinada da ocupação-acampamento produzida pelos camponeses (antigos moradores, sitiantes) e trabalhadores rurais sem terra mediada pelo MST no ano de 1999. Na Paraíba, a atuação da CPT e do MST ocupando imóveis, levantando barracas e consolidando acampamentos na luta por desapropriação de terras vem revigorando a organização política dos camponeses.

Portanto, o retorno do movimento de luta por terra no Estado da Paraíba pós Ligas Camponesas ocorre com a mobilização e a organização, pela Pastoral Rural nas décadas de 60 e 70, de trabalhadores rurais e de camponeses (posseiros) expropriados. O movimento estava ligado à ala progressista da igreja católica e conseguiu reorganizar a Ação Católica Rural (ACR), sob a coordenação do Padre Joseph Servat e da Juventude Agrária Católica (JAC), ambos os movimentos de forte atuação e singular organização no Estado. O movimento ganha corpo e é então continuado pela ação da CPT local (Comissão Pastoral da Terra) através da liderança do Arcebispo Dom José Maria Pires, em 1966 (MOREIRA, 1997). Na Paraíba a atuação da CPT historicamente significou, para parte dos trabalhadores rurais e de camponeses posseiros, a possibilidade de manutenção na terra com base na resistência, evidenciando para o conjunto de movimentos sociais com atuação no campo seu relevante papel e força.

¹⁸ Grifo nosso. Luta desenvolvida pelos camponeses sem terra através das ocupações a partir da década de 80.

lideranças locais era fundamental seguir a orientação nacional do MST, mesmo que as ações comprometessem a presença do movimento. Portanto, expandir e consolidar a ocupação foi a estratégia e a orientação do comando nacional do movimento no Estado da Paraíba no final da década de 80. O grito de guerra adotado pelo MST, “ocupar, resistir e produzir”, era o símbolo de suas ações (MST, 1989).

Acampamento montado, os sem terra resistiram apesar da ameaça de despejo pela Polícia Militar. Foi quando, na madrugada do terceiro dia os pistoleiros contratados pelo proprietário realizaram o despejo à força que resultou na morte da menina Luzia de Brito, de 18 meses, na tortura de alguns líderes e na queima de barracos e pertences dos camponeses sem terra.

Os sem terra se rearticularam e ocuparam a sede do INCRA na capital, João Pessoa, exigindo a retomada do processo de desapropriação da Fazenda Sapucaia e, ao mesmo tempo, explicações judiciais do Estado pela morte da menina e pelas torturas realizadas pelos jagunços. As famílias não foram atendidas nem pelo INCRA e muito menos pelo poder judiciário do Estado, o que as levou a ocupar, provisoriamente, a área do Engenho Mares, no município de Alagoa Grande, também brejo paraibano (FERNANDES, 1999).

Assim, se as décadas de 70 e 80 foram duras para a atuação do movimento nacional de luta pela terra em alguns estados do Nordeste, como reflexo do período de repressão militar, a década de 90 com a reabertura política trouxe algumas conquistas que marcaram a consolidação do MST em todo território nacional. Para o MST era necessário que em todas as unidades federadas (UF) houvesse uma representação, o que significou um período de consolidação da massificação do movimento em todo o Brasil.

Segundo Moreira (1997), sobre os dados da luta pela terra na Paraíba, vários acampamentos e ocupações se multiplicaram, com registros entre 1970 e 1996 da ordem de mais de 200 conflitos de terra distribuídos em 57 municípios, abrangendo mais de cem mil hectares e envolvendo mais de oito mil famílias camponesas.

A ocupação da então Gendiroba Agropecuária Ltda, de propriedade dos herdeiros da família Ribeiro Coutinho era uma questão de tempo já que a Fazenda

após a transição da propriedade para a terceira geração de herdeiros permaneceu desativada e em declínio nas suas atividades durante a década de 90, o que resultou da atuação conjunta do MST local articulado com outros movimentos de luta pela terra. Em 28 de agosto de 1999, o MST solicita oficialmente ao INCRA-PB, com sede na cidade de João Pessoa, o pedido de vistoria na Fazenda Gendiroba, e no dia 11 de setembro do mesmo ano um grupo de aproximadamente 400 famílias de camponeses sem terra ocupa a fazenda alegando a improdutividade do latifúndio. A ocupação foi realizada e o MST fez pressão junto ao INCRA para que este realizasse o cadastramento das famílias, o que abria a possibilidade do recebimento de cestas básicas e apoio para a constituição do acampamento¹⁹.

Durante a fase do acampamento, que durou de setembro de 1999 a dezembro de 2000, data da imissão de posse e criação do projeto de assentamento pelo INCRA, os sem-terra acampados receberam apoio da Prefeitura Municipal de Marí através da doação de cestas básicas de alimentos e de lonas pretas para os barracos construídos de madeira. Apesar do apoio e do grande número de famílias acampadas, ocorreram três despejos o que fez reduzir consideravelmente o número inicial de famílias, já que nem todos suportaram a pressão. Durante um dos despejos, as famílias foram organizadas pelo MST na estrutura desativada e abandonada da antiga indústria de alimentos INDAL, conhecida no local como a “bolacheira”, localizada às margens da rodovia Estadual entre os municípios de Sapé e de Mari (Foto 1).

¹⁹ Uma das exigências feitas pelo INCRA local foi a institucionalização e criação oficial pelo grupo de acampados de uma cooperativa que pudesse representar o grupo de sem terra então acampado na Fazenda Gendiroba. Esta exigência abria a possibilidade de repasses e ajuda financeira quando da fase de pré-assentamento, momento de repasse de recursos financeiros e crédito para alimentação e fomento. No período, os recursos repassados às 160 famílias de camponeses assentados ficaram no valor de R\$ 400,00 e R\$1.000,00.



Fonte: pesquisa de campo, 2006. Foto 1. Galpão industrial desativado que serviu de apoio durante os despejos das famílias.

Mesmo diminuindo com outros dois despejos, o número de famílias acampadas ainda permanecia elevado, por volta de duzentas e cinquenta (250) famílias. Do total inicial de 400, apenas 140 permaneceram acampadas sendo este o número aproximado de famílias a serem assentadas após vistoria realizada na fazenda pelo INCRA-PB. Este número foi inicialmente contestado pelo MST junto ao INCRA, que juntos chegaram a um número de 160 famílias assentadas. Entre o final de 1999 e todo o ano de 2000 muitas famílias acampadas foram desistindo ou não se enquadraram nas exigências realizadas pelas lideranças do movimento no interior do assentamento em constituição. Outras foram expulsas pelo comportamento inadequado e algumas remanejadas para outras áreas de acampamentos ainda em litígio. Do total das 400 famílias que iniciaram o processo de ocupação-acampamento restaram pouco mais de 140 famílias de origem predominantemente do município de Sapé, segundo dados coletados junto às famílias pesquisadas.

Na vistoria realizada pelo INCRA, ficou constatado que haviam as seguintes benfeitorias na Agropecuária Gendiroba Ltda e que seriam objeto de indenização ao antigo proprietário: estábulo para 100 animais, curral tipo australiano para 800 animais, quinze (15) casas de colonos, uma casa (01) sede, uma (01) casa do administrador, uma (01) casa de hóspede e dois (02) galpões para máquinas e implementos. Consta ainda que, sobre o uso da terra, havia quinhentos hectares

(500 ha) de mandioca e trezentos hectares entre matas, açudes e estradas, numa área total de 1.719,7 hectares.

Sobre os aspectos sociais presentes na certidão emitida em nome da Fazenda Gendiroba Ltda consta que, na época da ocupação das terras, moravam na fazenda 21 famílias de posseiros e sitiantes que cultivavam as terras. Destes, 18 famílias na forma de posseiros e moradores com lavouras temporárias e 3 famílias empregadas como vaqueiro, administrador e cabo. Constava ainda na certidão a existência de 12 famílias de arrendatários com contrato para ser vencido em janeiro de 2001. Passados quase dois anos após o pedido de vistoria pelo MST ao INCRA, o pagamento da desapropriação foi autorizado através de Títulos da Dívida Agrária (TDA's) no valor de R\$ 1.032.795,46 a ser vencido em um prazo de quinze anos e de R\$ 392.401,98 em dinheiro referente às benfeitorias em favor da Gendiroba Agropecuária Ltda. Somente em 22 de dezembro de 2000 foi datada a imissão de posse criando oficialmente o projeto de assentamento Tiradentes (PDA, 2001).

Durante a fase de pré-assentamento do Tiradentes, o processo de liberação de crédito foi acordado inicialmente entre o MST, o grupo de famílias acampadas e um conjunto de antigos moradores que permaneceu no interior da propriedade nos lotes de moradia durante a fase de acampamento. O acordo levou em consideração, no conjunto dos camponeses, aqueles que optaram por permanecer em seus lotes de origem, ou seja, permanecer na antiga estrutura da época da Agropecuária Gendiroba Ltda. Isso significou que estes camponeses permaneceram nas antigas construções com seus lotes e a infra-estrutura em regime de parcelas, contrastando com o grupo majoritário que permaneceu no regime de agrovila conforme previsto em projeto.

Já para os trabalhadores rurais sem-terra e camponeses acampados que foram beneficiados com o processo de desapropriação da terra, mas que vieram de outras regiões como Sapé e outras áreas de acampamentos, o sorteio dos lotes foi a forma encontrada pelo MST para distribuição das famílias. Assim, embora a estrutura do assentamento tenha sido projetada levando em conta os espaços individuais e comunitários, o movimento decidiu manter as estruturas já existentes (casas de antigos moradores, posto de saúde, igreja), além de considerar a necessidade de reserva florestal e a manutenção dos açudes e de outros

equipamentos de uso comum. Esse duplo arranjo não impediu que a estrutura do assentamento permanecesse predominantemente na forma de agrovila. Assim, de certa maneira, o assentamento Tiradentes mantém uma estrutura peculiar na forma de organização da produção e dos espaços comuns²⁰.

Foram mantidos em regime de uso comum três açudes, a área de reserva florestal, áreas de lazer como o campo de futebol, a igreja e o parque de vaquejada. Preservaram-se as antigas residências dos moradores que optaram por permanecer em seus lotes e foram reformados e/ ou reconstruídos os antigos prédios que serviam de apoio administrativo e de pessoal à Gendiroba Agropecuária Ltda e que atualmente constituem-se no posto de saúde e na escola, também espaços de uso comum. Durante a fase de construção das habitações, de demarcação dos lotes principais, de moradia e de constituição das quadras e ruas, o INCRA-PB, via Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento Tiradentes Ltda – Cooperat, viabilizou após solicitação do movimento a liberação de crédito para construção das habitações no valor de R\$ 2.500,00/ família assentada, recurso aplicado na construção das casas dos assentados nos lotes de moradia.

4.3 Elementos Estruturais do Assentamento Tiradentes

No assentamento Tiradentes, os lotes dos assentados são compostos por área de cultivo principal e área de moradia, variando entre 5,5 a 7,5 hectares. As famílias têm em média 4,6 componentes, predominando os indivíduos do sexo masculino. Em relação ao nível de escolaridade, a grande maioria dos membros das famílias pesquisadas possui apenas a primeira fase do nível fundamental de ensino, ou seja, até a quarta série (TABELA 2).

²⁰ As comunidades e assentamentos constituídos no sistema parcelar mantém, via de regra, lotes que congregam geograficamente os espaços de produção e de moradia. Nos assentamentos rurais concebidos pelo MST no sistema de agrovilas a área de produção principal, espaço utilizado pelos assentados para o cultivo comercial, é geograficamente separado do lote de moradia. Por este último sistema, o assentamento se caracteriza por apresentar ruas e avenidas principais numa divisão com certo padrão urbano de organização territorial.

Tabela 2 – Composição do grupo familiar pesquisado do Tiradentes

Quantidade de lotes e área total(ha) *	Tamanho médio das famílias (componentes)	Idade (%)		Sexo (%)		Nível de escolaridade (%)	
		Até 15 anos	Acima de 15 anos	M	F	Até 4 série	Acima de 4 série
3 lotes com 5,5	5	33	67	67	33	86	14
10 lotes com 6,0	4,7	32	68	53	47	86	14
16 lotes com 6,5	3,8	28	72	57	43	77	23
9 lotes com 7,0	4,6	38	62	50	50	83	17
2 lotes com 7,5	5,3	35	65	57	43	50	50

* Informações referentes ao conjunto de unidades visitadas.

Fonte: dados coletados durante a pesquisa 2006/07. Elaborado pelo autor.

Os dados levantados nos mostram que, antes de ter sido contemplado pelo programa de reforma agrária ou de passar a morar na área do assentamento Tiradentes (também contabilizamos os agregados), 16% das famílias pesquisadas morava no mesmo imóvel rural em que mora hoje, ou seja, antigos moradores da fazenda que optaram por permanecer nos lotes com as famílias; 6% dela morava em outros imóveis rurais localizados no mesmo município; 18 % morava em imóveis rurais localizados em outro município e 60% era composta de moradores de alguma área urbana, seja no mesmo município ou em outro município do Estado da Paraíba. Estas informações nos permitem estimar que haja certa mobilidade geográfica de camponeses, já que apenas 22% deles moravam no mesmo município antes de se tornarem assentados e 78% morava em outros municípios. Contudo, não houve caso de camponeses oriundos de outras regiões, mesmo de Estados vizinhos, sinalizando que os assentamentos são constituídos centralmente por uma demanda local de camponeses. Isso pode ser explicado pela expulsão no passado de dezenas de camponeses por grandes proprietários privados de terra, como a família do Ribeiro Coutinho na região. Mais de 50% dos camponeses e trabalhadores rurais assentados no Tiradentes têm como origem o município de Sapé.

Em relação ao *local de trabalho*, antes de se tornar camponês assentado no Tiradentes, 38% da população pesquisada trabalhava em imóveis rurais no mesmo município do assentamento; 43% tinham como local de trabalho imóveis rurais no município de Sapé; 13% tinha como local de trabalho imóveis rurais localizados em

outros municípios do Estado da Paraíba, e apenas 6% trabalhava em alguma atividade na zona urbana (balconista de padaria, empregada doméstica, auxiliar em salão de beleza). Isto significa que a maior parte das famílias já tinha alguma vinculação com a terra, exercendo, enquanto camponeses e trabalhadores rurais, as diversas naturezas de trabalho no campo.

A asserção é confirmada quando consideramos a última forma de trabalho anterior ao ingresso no assentamento: 90 % das famílias que compõem a população pesquisada realizavam algum tipo de trabalho no campo, possuindo algum tipo de acesso à terra ou na forma de arrendatários ou na como diaristas. Destas famílias, 50% declararam ter sido rendeiras/ foreiras; 10% moradoras; 7,5% posseiros; 2,5% parceiras. Dentre os chefes de família pesquisados, 20% declararam que tinham alguma atividade ligada ao assalariamento rural. Dos 10% das famílias restantes, os chefes de família declararam não possuir nenhum tipo de vínculo com a terra. Deste último grupo, 2,5% dos chefes respondentes trabalhavam como empregado doméstico em casa de família; 2,5% como funcionário em uma padaria, e 5% não souberam responder à questão.

É importante ressaltar que as famílias que se identificaram como rendeiras e foreiras são aquelas que, vivendo da e na terra cultivavam pequenas lavouras destinadas ao consumo familiar pagando ao proprietário da terra pequeno aluguel ou foro. Conforme Andrade (1980), os que trabalham na condição de foreiros desenvolvem uma agricultura em terras distantes das usinas e de pior qualidade. Já os conhecidos como moradores são os “moradores de condição”, ou seja, camponeses que morando em propriedade privada alheia da terra permanecem nela cultivando lavouras para o consumo familiar, pagando por isso com dias de trabalho ao proprietário. O destaque deve ser dado para o elevado percentual de rendeiros (arrendamento) e de foreiros e para o baixo número de moradores e posseiros. Diferentemente das ações desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, que trava a luta pela terra com base na posse e na moradia dos camponeses ocupantes, portanto com base na posse, a luta pela terra desenvolvida pelo MST decorre, via de regra, de processos baseados no tripé ocupação-acampamento-assentamento que favorece a participação de camponeses sitiante e de foreiros. Esse fator explica, de certa maneira, o elevado número de ex-rendeiros e ex-foreiros entre as famílias que compõem o assentamento. Outro elemento é que a

Mesorregião da Zona da Mata Paraibana possui, historicamente, elevado número de trabalhadores rurais temporários que combina o corte da cana-de-açúcar nas fazendas com o arrendamento de terras. O corte da cana-de-açúcar aparece como uma estratégia de complementação de renda que garante a manutenção da reprodução familiar seja como trabalho acessório ou mesmo como trabalho assalariado (MARCOS *apud* MARTINS, 1998).

Os assentamentos resultam de uma política pública deliberada de reforma agrária, cabendo ao INCRA realizar, em comum acordo com o grupo de famílias, a divisão e o limite dos lotes. No caso do Tiradentes, a mediação feita pelo MST fora no sentido de que fossem mantidos os lotes já existentes de antigos moradores para aqueles que quisessem permanecer com tal conformação. Isso terminou por desagradar parte das novas famílias sem terra inseridas durante o processo de ocupação e acampamento. O tamanho médio dos lotes, conforme citado anteriormente (TABELA 2), sofreu pequenas variações que respondem a fatores geográficos limitantes como declividade acentuada, disponibilidade baixa do recurso hídrico no lote e limites impostos pela área de reserva florestal. Além das diferenças e da disposição heterogênea de parte dos elementos físicos, vale destacar, conforme nos lembra Chayanov (1974), o papel determinante da composição familiar na organização da unidade produtiva camponesa, reconhecendo que a mão-de-obra é o elemento socialmente organizativo de qualquer processo de produção. Resulta, portanto, termos retratado a composição e o tamanho das famílias (TABELA 2), o que nos forneceu um quadro do potencial de força de trabalho disponível nas unidades econômicas produtivas camponesas pesquisadas. Destacamos na TABELA 3 o tamanho dos lotes ou sua área média, fazendo uma relação com a área média utilizada para a produção animal e para a agricultura comercial e alimentar e o grau de ocupação dos lotes visitados.

Tabela 3- Tamanho dos lotes, área média utilizada e grau de ocupação dos lotes:

Total de lotes visitados (un.) (A)	Área média de cada lote (ha) (B)	Área média destinada a produção (ha) (C=agrícola+criação)		Grau de ocupação dos lotes (%) (E)= C/B
		Agrícola	Criação	
3	5,5	3,0	1,5	81
10	6,0	2,25	2,0	71
16	6,5	3,32	1,27	71

9	7,0	2,78	2,0	68
2	7,5	4,75	1,0	76
40	6,5	3,22	1,55	73

FONTE: Dados coletados durante a pesquisa, 2005/06. Elaborado pelo autor.

De acordo com Chayanov (1974, p. 47), como as unidades camponesas, via de regra, não recorrem à força de trabalho contratada (assalariada), a composição e o tamanho da família determinam integralmente o total da força de trabalho e o grau de atividade empregados na produção. Nas unidades visitadas no Tiradentes podemos perceber claramente, cruzando os dados das tabelas 2 e 3, que o maior índice (81%) de ocupação dos lotes concentrou também o maior percentual de força de trabalho masculina, aproximadamente 70%, com indivíduos em sua grande maioria com idade acima dos quinze anos (67%), portanto, em idade produtiva, o que pode denotar em maior e melhor aproveitamento no uso da terra. Já em relação à ocupação desenvolvida pelas crianças com idade até os quinze anos, do total de 55 crianças contabilizadas 22 ou (40%) estudam, e parte delas na escola do assentamento que funciona com professores que recebem pela Prefeitura Municipal de Mari. Do total de 22 crianças que estudam, 19 realizam dupla jornada, ou seja, além do estudo, trabalham em atividades como o cuidado com a criação dos animais e/ ou atividades desenvolvidas no lote de moradia como o cuidado com o lar em tarefas como limpeza, organização e o fazer doméstico. Para estas atividades observamos que há uma divisão nítida entre atividades que são direcionadas aos meninos, como o cuidado com os animais e com a agricultura, ficando reservado para as meninas o trabalho doméstico. Do total geral de crianças, 21 não trabalham nem estudam já que não estão em idade de freqüentar a escola. Vale ressaltar que o processo de socialização do trabalho entre os componentes da família camponesa ocorre nas fases de formação e de crescimento de jovens e de adolescentes no interior da unidade produtiva familiar, com as crianças participando, via de regra, das atividades de apoio e menos exigentes no uso e na intensidade da força de trabalho como o transporte, a alimentação dos camponeses e a limpeza do lar.

Do grupo pesquisado de quarenta unidades produtivas, apenas uma família (2,5%) declarou não saber informar o tamanho do lote. Foi observado que durante a divisão da terra e a demarcação dos lotes, feita em comum acordo com as famílias pelo INCRA-PB, ficou definido que os antigos moradores que se tornaram camponeses assentados e que quisessem permanecer nos mesmos locais de

moradia, poderiam permanecer nas estruturas desenvolvidas, mantendo-se as antigas casas e os roçados pré-existentes.

Contudo, conforme o desenho concebido no Projeto de Assentamento (PDA) durante a fase de pré-assentamento, a configuração predominante no Tiradentes é a do tipo agrovila. Disso resultou que a distribuição dos lotes acontecesse de tal maneira que os espaços de moradia se localizam distantes dos roçados principais, local de prática do cultivo comercial. Embora não tenha sido questionado na época da construção do assentamento, alguns camponeses assentados se queixam da distância entre a moradia e o lote principal. Em algumas declarações, essa distância aparece como fator limitante na otimização do trabalho porque ela dificulta o cultivo de determinadas culturas como hortaliças, oleaginosas e fruteiras, mais exigentes com os cuidados nos tratos culturais e com a vigília, devido à presença constante de transeuntes no interior do assentamento. Alguns camponeses visitados relataram ser comum, no período de safra de inhame, por exemplo, famílias de assentados dedicarem parte do tempo cuidando da segurança do plantio. Por isso, alguns camponeses desistiram de cultivar determinadas culturas em função das constantes perdas provocadas por pessoas estranhas no assentamento.

A configuração territorial do assentamento obedeceu a uma estrutura mínima composta pelos espaços coletivos, como área de reserva e proteção legal e pelos espaços individuais, estes últimos compreendendo: quintal produtivo de dimensão fixada em 1 (um) hectare local destinado à construção de coqueira e de viveiros e currais para criação de pequenos animais (avicultura, caprinocultura e ovinocultura), bem como para a construção da residência e de cacimbas para a garantia de água no período de seca. Nesta fração territorial além do espaço de moradia, praticam-se cultivos alimentares como pequenos plantios de leguminosas, de hortaliças e de fruteiras que se combinam com a criação de animais de pequeno porte (Fotos 2/3). Neste espaço reduzido de um hectare, algumas famílias desenvolvem cultivos de culturas permanentes, sobretudo para o auto-consumo, e criam galinhas e outras aves que, além de servirem para a alimentação, são um recurso que pode ser comercializado, participando de forma complementar na geração de renda. Apesar do roçado de moradia ser utilizado para a produção numa escala reduzida, ele é o espaço privado de reprodução da família camponesa.



Fonte: pesquisa de campo, 2006. Foto 2. Espaço de moradia.

Nos roçados principais destinados à produção comercial, os camponeses assentados combinam a produção animal, principalmente a bovinocultura, com a agricultura. As áreas destinadas à criação variam da ordem de 0,5 a 6,5ha, de acordo com a opção de uso da terra dado pela família. Há famílias que fizeram a opção de não plantar e uma das razões, segundo as declarações, é que a produção bovina como atividade para engorda e reprodução, é exigente no uso da força de trabalho, já que as áreas de pastagem são reduzidas e a terra necessita ficar em pousio (descanso) durante um determinado período para garantir a fertilidade necessária ao solo. Na realidade, um dos fatores que limitam o processo de tomada de decisão dos camponeses assentados sobre os investimentos na produção animal ou na produção agrícola decorre da maior ou menor capacidade de acumulação e poupança das famílias. Um outro fator limitante é a disponibilidade de terras.

As áreas destinadas ao cultivo agrícola comercial desenvolvido nos roçados principais ocupam em média 3,22ha/ unidade produtiva. Enquanto a área destinada à criação de animais ocupa em média 1,55ha com predomínio da pecuária bovina e da caprinocultura. A área média total utilizada nos roçados principais foi de 4,77ha/

unidade produtiva pesquisada. Segundo Marcos (1998, p. 53), que estudou assentamentos na Zona da Mata paraibana a área média ocupada pelas culturas agrícolas de tais assentamentos era de 3,1ha. Assim, comparativamente, a área destinada à agricultura no Tiradentes é um pouco superior àquela identificada na média dos assentamentos pesquisados na Zona da Mata Paraibana. Isso significa que apesar da proximidade entre os valores mensurados não há uniformidade, mesmo quando considerados assentamentos localizados na mesma região geográfica.

Já em relação aos cultivos concentrados no lote de moradia (quintais produtivos), as famílias camponesas produzem desde hortaliças, fruteiras e batata-doce, até, espaçadamente, culturas permanentes como caju, goiabeira, pinha, coco-anão, produção que não foi encontrada nos roçados principais. Portanto, culturas como as fruteiras, as hortaliças e leguminosas, mais exigentes no uso da força de trabalho e algumas culturas permanentes, combinadas com outras culturas temporárias como o inhame, a macaxeira e o milho, estas últimas encontradas predominantemente nos roçados principais, cumpre a função de complementação de renda. São características marcantes nos arranjos identificados no sistema camponês da policultura, conforme veremos mais adiante. Abaixo (foto 3) o quintal produtivo preparado para o plantio (já arado e removido) e a presença de curral cercado para o gado com a área de reserva florestal ao fundo.



Fonte: pesquisa de campo, 2007. Foto 3. Lateral de Quintal produtivo com curral no detalhe e área de reserva florestal ao fundo.

Conforme discorreremos mais à frente, o cultivo comercial da mandioca assume papel importante como complementação da renda camponesa e a escolha deste produto está fortemente associado à dinâmica econômica que esta cultura exerce no Estado da Paraíba, no Nordeste e no país.

4.3.1 A produção no assentamento Tiradentes

De acordo com o que discutimos no capítulo 1, quando abordamos a natureza da produção camponesa, a complementaridade entre as diversas atividades desenvolvidas nas unidades produtivas camponesas é um dos elementos fundamentais na sua reprodução e na resistência da classe. Essa complementaridade se manifesta seja com base na diversidade das culturas, seja com base nos diferentes processos de trabalho (trabalho acessório, assalariado, mutirões e parcerias). Nesse sentido, os camponeses criam estratégias próprias de ação que buscam articular suas necessidades de auto-consumo com os fatores externos (mercado, política pública agrícola) com o fim de garantir a reprodução familiar. Ainda conforme afirmamos naquele capítulo, guardada as peculiaridades de cada região e as questões culturais e de predomínio macroeconômico (Estado,

Mercado, Bancos), as famílias camponesas buscam equilibrar o uso da força de trabalho familiar (produção) com as necessidades internas de consumo, produzindo um número variado de culturas alimentares suficiente para ser consumido internamente pelos membros da família (reprodução familiar) e que possibilite a diminuição da dependência dos elementos externos. A produção camponesa se caracteriza, também, pela dedicação à produção especializada de uma cultura (cultivo comercial) que seja facilmente absorvida e comercializada no mercado interno, com baixo uso de mão-de-obra cujo objetivo direto é atender ao abastecimento das outras necessidades (vestes, calçados, livros, material limpeza) que a unidade produtiva não produz e, indiretamente, buscar autonomia em relação aos agentes econômicos externos.

Encontramos esta mesma lógica no assentamento Tiradentes. Ali, os camponeses combinam a policultura e a criação de pequenos animais com o cultivo comercial da mandioca em determinado nível de especialidade e com, embora menos predominante, o trabalho assalariado. Essas constituem as fontes complementares na formação de sua renda.

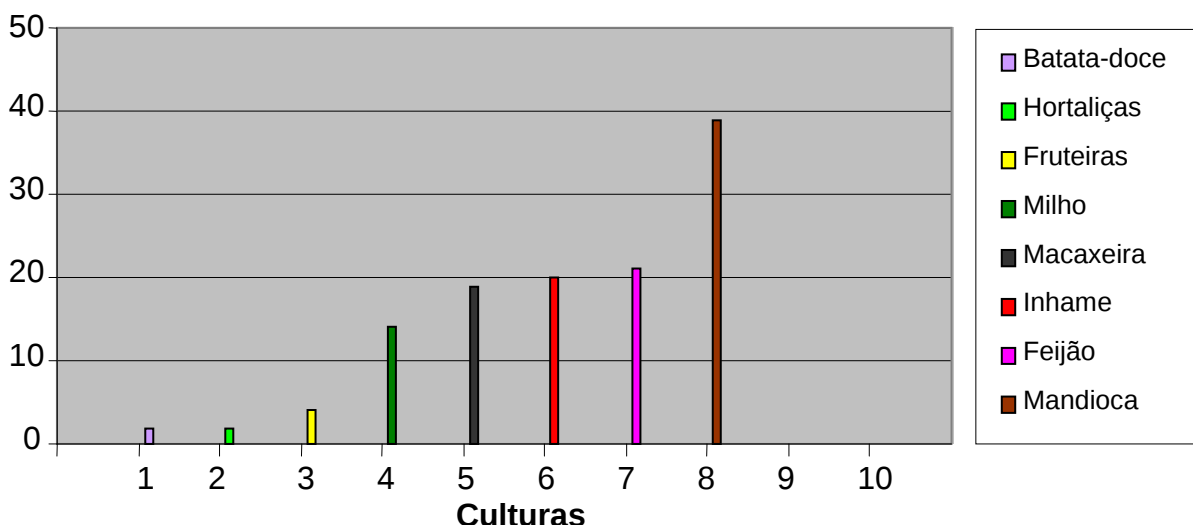
Outra característica relevante que dá sustentação à reprodução familiar camponesa é que há uma retenção parcial da renda da terra no interior das unidades produtivas concomitante a uma subordinação de parcela desta renda, conforme também observado no capítulo 1, aos vários setores capitalistas (comerciantes locais, intermediários, bancos e monopólio industrial). Esta subordinação é, na verdade, incorporada pelos camponeses assentados como estratégia que permite a condução da produção assumida de tal forma que articule, de acordo com a disponibilidade interna dos meios de produção, o uso mais eficiente da força de trabalho com as necessidades de consumo, ampliando o potencial reprodutivo das famílias.

Por isso é importante destacar entre as atividades observadas, aquelas que, do ponto de vista da hierarquia na organização camponesa da produção, comparecem como função e caráter estruturais (auto-consumo) e aquelas que são complementares, embora não menos importantes. Segundo Oliveira (2001), a produção agropecuária nos assentamentos rurais é idêntica à produção camponesa em geral, já que o objetivo principal é o consumo familiar. Como forma de evidenciar

os principais cultivos alimentícios e comerciais no assentamento Tiradentes apresentamos, de forma ampla, o número total de produtores ocupados (unidades produtivas) e as principais culturas (alimentar e comercial) da safra de 2006 (Figura 2).

Se considerarmos a característica peculiar da produção camponesa, que busca conciliar reprodução familiar, portanto social, com produção econômica (excedente revertido em consumo familiar), elementos como integração, diversificação, complementação e combinação são mais presentes em alguns sistemas produtivos do que em outros por razões diversas. As variações ocorrem, por exemplo, em função do reduzido número de membros na família (o que reduz a capacidade de uso da força de trabalho), das limitações no uso da terra (características geográfica e física dos roçados principal e de moradia), da capacidade de poupança das famílias e da posição da produção camponesa em relação ao mercado consumidor local e regional. A figura 2 abaixo nos dá uma indicação das principais culturas comerciais e alimentares praticada pelos camponeses visitados.

Figura 2 - Número de famílias produtoras e as principais lavouras cultivadas safra 2006.



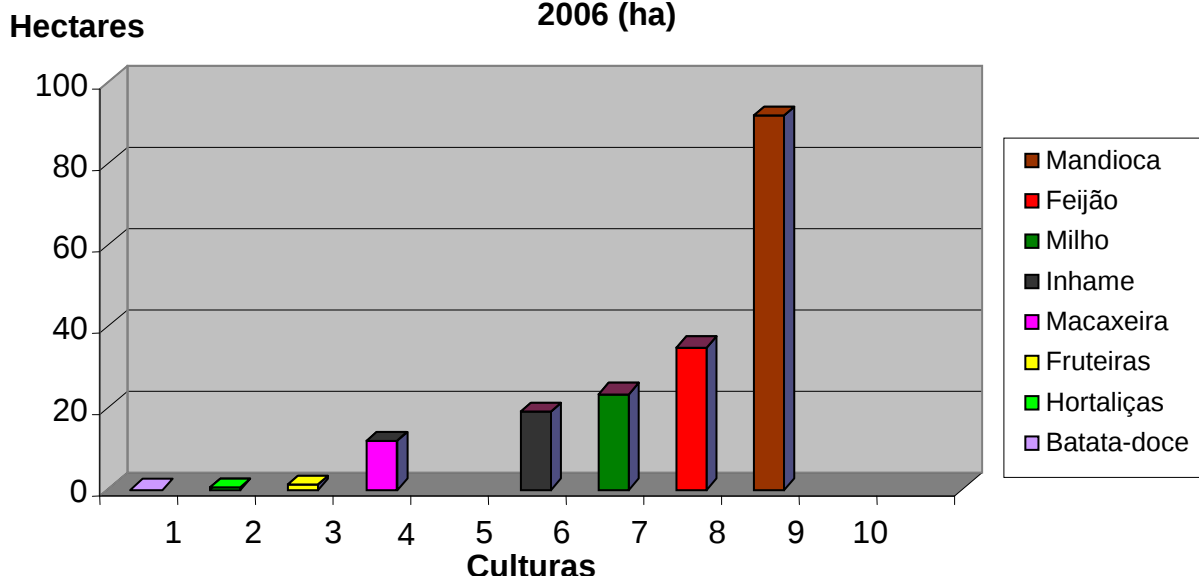
FONTE: Elaborado pelo autor, 2007.

Da figura podemos concluir que nas unidades produtivas as lavouras de maior expressão, ou seja, as que têm o maior número de famílias envolvidas, são exatamente aquelas próprias do consumo camponês como a mandioca, o feijão, o

inhame, a macaxeira e o milho, culturas que participam da composição da cesta básica de alimentos da família camponesa. Em menor quantidade está às fruteiras, as hortaliças e a batata-doce, via de regra, culturas temporárias de curto ciclo, que possibilitam mais de uma colheita por safra anual. Contudo, ao se verificar a área que as mesmas ocupam (figura 3), dois tipos de cultivos se destacam, estes constituindo as lavouras comerciais: a mandioca e, em menor área plantada, o inhame, por razões que serão discutidas posteriormente. Inicialmente é importante ressaltar que apesar da mandioca e do inhame se apresentarem como culturas comerciais fundamentais no conjunto dos arranjos produtivos do assentamento, estas são culturas típicas do consumo familiar camponês. No entanto, apenas as sobras e os produtos de qualidade duvidosa são retidos para o auto-consumo familiar.

Com relação ao milho, ao feijão e à macaxeira, o destaque fica por conta de que, apesar dessas culturas apresentarem individualmente proporções elevadas tanto em termos de área cultivada quanto em número de famílias que cultivam, sua função no interior das unidades produtivas é explicada diferentemente daquela da mandioca e do inhame, essencialmente cultivos comerciais. Uma das razões é que, via de regra, os cultivos de milho, de macaxeira e de feijão se realizam em consórcio numa mesma roça, exigindo menor disponibilidade de terra e uso da força de trabalho. Eles ajudam na geração de renda quando permitem a produção de algum excedente sem falar que são menos exigente na armazenagem e no estoque o que possibilita o uso mais eficiente dos meios de produção. Abaixo a figura 3 representa a extensão total (ha), de acordo com as declarações dos camponeses, de cada um desses cultivos nas unidades produtivas, evidenciando a presença forte da mandioca (quase 90ha).

Figura 3 - Principais lavouras segundo a área cultivada em 2006 (ha)



Fonte: Elaborado pelo autor, 2007.

Como forma de otimizar o uso da terra, ampliando as alternativas de geração de renda, observamos que há atividades complementares que se desenvolvem nos roçados principais combinadas as dos roçados nos quintais produtivos no lote de moradia. Isso pode ser compreendido ao somarmos todas as áreas cultivadas e retirarmos delas a área de plantio dos mandiocaís, ou seja, aquela destinada ao cultivo comercial predominante (PAULINO, 2003). Deste balanço, entre o lote principal (comercial) e o lote de moradia encontramos um total de 184,75ha de área agrícola cultivada nas quarenta unidades pesquisadas, distribuídos da seguinte maneira: 92,75ha de uso do solo em cultivos alimentares, conforme a figura 2 acima, o que nos dá um total de mais de 50 % de uso do solo para o consumo familiar. Já os mandiocaís ocupam 92ha de solo, o que representa, no conjunto dos cultivos, 49,7% de área plantada para o cultivo comercial, atividade que dá suporte, como complementação de renda à aquisição de gêneros não produzidos na unidade produtiva familiar. Embora importante este balanço reflete parcialmente o uso da terra nas unidades visitadas, já que parte considerável dos arranjos produtivos, são organizados combinando atividades produtivas diferenciadas na agricultura com criação animal.

Assim, no conjunto do assentamento, a presença de culturas temporárias como o feijão, o milho, o inhame, a macaxeira e em menor quantidade, embora não menos importantes, as fruteiras, as hortaliças e a batata-doce dividem o espaço e o tempo dos camponeses assentados com a atividade do cultivo comercial da mandioca. Isto nos permite afirmar que, embora os camponeses do Tiradentes tenham optado pelo cultivo comercial da mandioca, culturas como o inhame, o feijão e o milho apresentam características de produto excedente, ocupando parcela considerável do solo, da força de trabalho, dos insumos e dos equipamentos (meios de produção).

4.3.2 A importância comercial dos mandiocais

Parte do cultivo comercial dos mandiocais é absorvida pelas indústrias de transformação de mandioca, conhecidas entre os camponeses como “indústrias farinheiras”, participando como matéria-prima básica na cadeia produtiva. Assim, a mandioca cumpre uma função determinante no assentamento: a complementação de renda das famílias camponesas, possibilitando a aquisição de gêneros alimentícios e de outras mercadorias não produzidas pelos camponeses. De uma perspectiva macro, tanto o cultivo comercial quanto parte dos cultivos alimentares são absorvidos pela sociedade seja através das indústrias, seja através do consumo geral realizado pela sociedade.

Do ponto de vista comercial, a procura pela mandioca para produção de farinha no Tiradentes pode ser explicada, parcialmente, em razão da existência de indústrias farinheiras no Estado de Pernambuco e de pequenas farinheiras locais, que terminam por incentivar a manutenção do cultivo comercial no assentamento, apesar da grande oferta do produto no mercado. Podemos observar o registro de uma casa de farinha artesanal em uma das unidades produtivas visitadas. Esta serve para o fabrico de farinha in natura consumida pelas famílias assentadas. Neste caso, o pagamento pelo uso da farinha artesanal, de propriedade familiar privada do camponês assentado, é feito em produto sobre o montante de 20% do que foi beneficiado. Do total de mandioca que passa pelo processo de pesagem, moedura

(rodete), prensa e secagem no forno, 20% na forma de farinha pronta para o consumo fica retido para o camponês proprietário da farinheira (foto 4).



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Foto 4. Forno utilizado na casa de farinha a carvão.

Especificamente em relação à mandioca e a versatilidade que esta permite no uso da terra, vale observar que parcela pequena é retida para o consumo nas unidades produtivas na forma de farinha, mistura para ração do gado e outros fins, como o consumo local de farinha. Parcela maior do produto é comercializada através de atravessadores e entra no processo de produção de indústrias de farinha na forma de matéria prima. O processo de comercialização foi evidenciado quando constatamos a presença do intermediário durante a colheita e o carregamento do produto. Embora uma das funções da cooperativa local seja a intermediação entre os produtores e os compradores, o seu processo de institucionalização não alcançou o nível de desenvolvimento necessário. Por conta dos intermediários, os produtores locais recebem preços irrisórios na entrega de sua produção. No entanto, conforme declaração de alguns camponeses entrevistados, embora o mercado não propicie preços justos, eles continuam insistindo no cultivo dos mandiocais. Há, nos parece, além do atributo de uma maior versatilidade comercial e produtiva na exploração da

manutenção do cultivo da mandioca, um elemento de ordem subjetiva e tradicional (experiência passada de geração para geração) que limita a possibilidade de uma produção alternativa ou de uma outra cultura comercial no assentamento. A mandioca é tradicionalmente uma cultura alimentícia e com qualidades específicas que dinamizam a produção camponesa no Nordeste do Brasil.

Eu plantei mandioca, fava e o milho verde que praticamente acabou! Poucos estão cultivando o milho. Inhame é pouco e a mandioca que eu plantei esse ano eu ainda não colhi. A safra anterior eu tirei 35 toneladas em dois hectares, no mesmo terreno que eu plantei o feijão este ano. Esse ano eu não vendi mandioca ainda não, mas na safra anterior eu vendi a R\$ 0,10/Kg. Só dá para trabalhar mesmo! Eu plantei porque sou agricultor, mas tem certos tipos de lavoura que não tem futuro não! (Assentado J.S.)

A diversidade e a dinâmica empreendida no interior das unidades produtivas com o cultivo dos mandiocais é evidenciada quando o camponês afirma ter plantado mandioca, fava e milho no mesmo terreno. Historicamente, a cultura da mandioca no assentamento Tiradentes começa a ser produzida por sitiantes, moradores de condição e por arrendatários na época da então Gendiroba Agropecuária Ltda, cultivo permitido pelo proprietário privado da terra por ser temporário. O seu plantio era predominantemente praticado por camponeses em pequenas frações de território no limite entre os canaviais e as áreas de reserva florestal. Essas culturas eram itinerantes o que evidenciava a vulnerabilidade na condição de seus produtores, e representavam uma maneira de baratear os custos com a manutenção dos trabalhadores diaristas nas usinas de açúcar, bem como de manter a terra produtiva e fértil. Assim, os mandiocais representaram, e ainda representam, na região Nordeste, um recurso que garante a reprodução autônoma do trabalho camponês. Esta parece ser uma das razões da manutenção dos mandiocais em níveis elevados de produção no interior das unidades produtivas do assentamento Tiradentes.

Os mandiocais e a predominância desta cultura nos lotes principais do Tiradentes revelam a importância que esta cultura têm no conjunto de lavouras temporárias no Brasil, especialmente na produção camponesa nordestina. Vejamos a tabela 4. Ela indica que apesar das áreas de produção de mandioca terem sido reduzidas nos últimos anos na Paraíba (40%) e no Brasil (24,5%) por razões

diversas como a falta de uma política pública que fortaleça a agricultura camponesa, o rendimento praticamente se manteve, o que aponta para um aumento significativo na produtividade. No conjunto dos principais cultivos temporários desenvolvidos nas unidades produtivas com até 10ha, a mandioca, enquanto lavoura temporária mantém sua importância produtiva no ranking dos produtos cultivados no Brasil, e no estado da Paraíba em particular (IBGE, 1996).

Tabela 4 – Produção, área colhida e rendimento médio da lavoura temporária de mandioca, segundo dados dos Censos Agropecuários – Brasil: 1985 e 1995 - 1996

Lavouras	Produção (ton)		Área colhida (ha)		Rendimento (Kg/ha)	
	1985	1995/96	1985	1995/96	1985	1995/96
Paraíba	195.007	112.580	45.388	27.197	4.296	4.139
Brasil	12.432.171	9.099.418	1.635.594	1.234.489	7.601	7.371

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985/1996.

Tomada isoladamente, a produção de mandioca sofreu recuo, mas é preciso destacar que a produção se concentrou, quase que exclusivamente, nas pequenas unidades produtivas tipicamente camponesas, cumprindo a dupla função comercial e alimentar. Se observarmos a tabela 5 abaixo, veremos que o número de estabelecimentos com menos de 10ha e a área ocupada por estes foram consideravelmente reduzidas entre 1970 e 1995. Essa redução nos permite inferir que uma das causas deste recuo foi o aumento na concentração já elevada de terras.

Tabela 5 - Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – Brasil 1970 e 1995.

Grupos de área total (ha)	Proporção do número de estabelecimentos em 31.12 (%)		Proporção da área dos estabelecimentos em 31.12 (%)	
	1970	1995	1970	1995
Menos de 10	51,4	49,7	3,1	2,3
10 a menos de 100	39,4	39,6	20,4	17,7
100 a menos de 1000	8,5	9,7	37,0	34,9
1000 a menos de 10.000	0,7	1,0	27,2	30,6
10.000 e mais	0,0	0,0	12,3	14,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970 a 1996.

Apesar da importância dos mandiocais, especialmente no Nordeste, que apresenta produção e consumo elevados, seu consumo interno nas formas de farinha, mandioca in natura e fécula (goma para tapioca) vêm diminuindo em todas as regiões do país. Todavia, as regiões metropolitanas de Recife e de Salvador não acompanharam esta tendência de queda, puxando para cima o indicador de demanda destes produtos (ALVES, 2003). Ademais, há indícios do aumento de consumo nas formas industrializadas de mandioca pré-cozida e congelada, bem como de farinha e dos derivados de fécula, o que, ao mesmo tempo, representa uma possibilidade de expansão da produção, cujo maior risco pode ser a queda dos preços pela oferta excessiva do produto, com os camponeses absorvendo os riscos da cadeia produtiva.

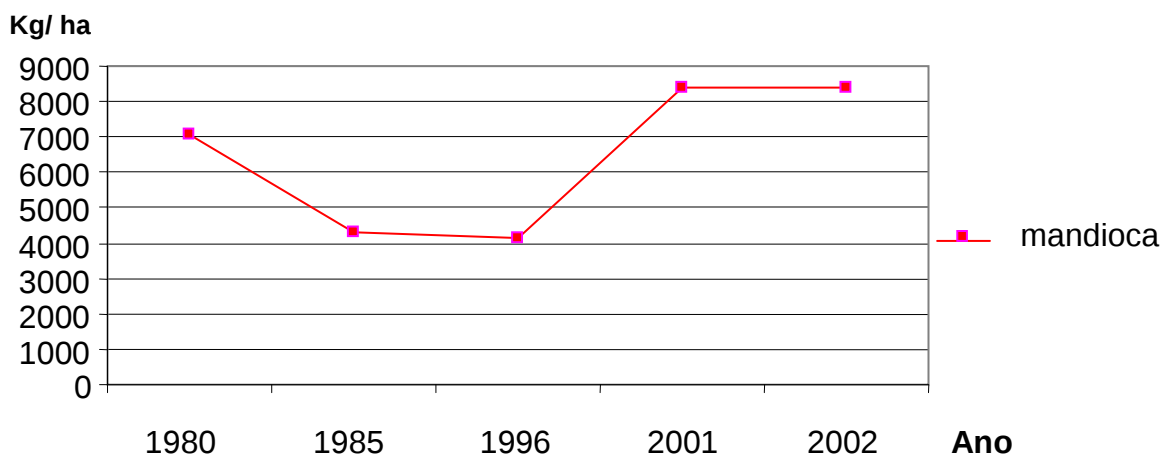
Numa outra linha de argumento, Paulino (2003) afirma que os oligopólios se sustentam da renda da terra camponesa, convertida em taxa média de lucro, impondo enormes desafios de comercialização para a pequena produção. Assim, a oferta demasiada do produto no mercado tem pressionado os preços da mandioca para baixo, o que compromete e pressiona a renda do produtor camponês. Os assentados do Tiradentes sofrem cada vez mais as pressões de redução de preço no mercado. Isso resulta em níveis de renda cada vez menores, o que pressupõe renúncias capazes de influenciar o bem-estar das famílias de menor renda.

O sentido de complementaridade e o formato local do sistema produtivo vêm garantindo a manutenção dos mandiocais, já que contribuem, sobremaneira, para o barateamento dos custos com alimentação dos animais e como complemento alimentar, razão pelas quais as unidades produtivas permanecem cultivando os mandiocais, mesmo que os níveis de preços estejam abaixo da média de mercado. Outros elementos explicam a manutenção do cultivo comercial dos mandiocais no assentamento Tiradentes como o fato da cultura da mandioca exigir baixo nível tecnológico e de uso da força de trabalho e ser uma cultura adaptada às condições físicas e geográficas locais.

A figura 4 demonstra que a variação na produção e na área colhida de um ano para outro é grande e não há linearidade na produtividade da mandioca no Estado da Paraíba. Na década de 80 os mandiocais perderam espaço em função do avanço de área plantada de cana-de-açúcar incentivada pelo Proálcool, no final da

década de 90 e início do novo milênio os mandiocaís voltam a ter uma produtividade elevada e até maior do que aquelas observadas anteriormente.

Figura 4 - Produtividade da mandioca no Estado da Paraíba



FONTE: IBGE (1996, 2002)

Segundo o IBGE e as EMATER's locais, no balanço das receitas e das despesas dos pequenos produtores houve relativa queda nos preços pagos pela mandioca in natura durante as décadas de 80 e de 90. No Estado da Paraíba, segundo dados do (IBGE, 1996), o rendimento médio foi de 4,1 t/ ha em meados da década de 80 e os preços pagos aos produtores ficaram por volta de R\$ 0,15/ Kg, enquanto que, na outra "ponta", os preços finais ao consumidor alcançaram, depois de percorrer toda a cadeia produtiva, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2003), entre o máximo de R\$ 0,80/ Kg no Estado do Maranhão e o mínimo de R\$ 0,28/ kg nos Estado de São Paulo e do Rio Grande do Norte.

A Paraíba, em 2003, registrou preços finais ao consumidor nas Centrais de Abastecimento da Paraíba S/A – CEASA da ordem de R\$ 0,58/ kg. Na nossa pesquisa, constatamos que o preço médio pago ao produtor pelo atravessador foi de R\$ 0,11/ Kg para a safra de 2005/06, com alguma variação conforme o volume e o período de negociação. Em outras palavras, os preços pagos pelo consumidor chegam a ser mais de 5 vezes os preços pagos diretamente ao produtor, o que significa uma expropriação da renda camponesa pelos agentes intermediários do mercado. Em contrapartida, observamos que os gastos com insumos e agrotóxicos

só aumentaram e, conforme (IBGE, 1996), no Estado da Paraíba o aumento de preços no item agrotóxico foi da ordem de 15,10%, com as sementes de 12,6 % e os inseticidas 10,98%, reforçando a tese já discutida em capítulo anterior da retirada de renda do camponês quando da aquisição dos meios de produção junto ao comércio e à indústria.

Embora a renda camponesa seja cada vez mais reduzida em favor de intermediários, do comércio e da indústria, o aumento considerável da produtividade está relacionado ao uso de novas sementes, com manivas mais adaptadas ao solo e ao clima local, combinado ao uso de técnicas de cultivo apoiadas no consórcio de culturas e na combinação entre produção animal e agrícola, favorecendo a fertilidade do solo. Entre 1996 e 2001, a produção de mandioca no Estado da Paraíba passou de 112.580 quilos para 208.823 quilos de mandioca, enquanto a área colhida recuou, passando de 27.197 ha para 24.757 hectares. O aumento de produção com recuo na área colhida significaram maior produtividade.

Por outro lado, é preciso destacar a importância que a mandioca assume no consumo em geral dos camponeses e da sociedade, participando diretamente da cesta básica de alimentos dos trabalhadores nas formas de mandioca in natura, e, indiretamente, na forma de farinha industrializada não temperada e temperada (farofa). Estas últimas passam pelas indústrias de transformação, entrando como subprodutos da mandioca na forma de amido de mandioca (féculas), permitindo assim, dupla potencialidade: o mercado garantido de consumo interno e a perspectiva de ampliação das exportações do produto desidratado no mercado oligopolizado de amido²¹.

Em outras palavras, as razões que contam na escolha de um produtor camponês por esta ou aquela cultura não se fundam apenas nos fatores puramente econômicos, mas nos fatores qualitativos, inclusive, relacionados às experiências adquiridas com o tempo. Esses fatores são avaliados e ponderados pelo conjunto de

²¹ O mercado mundial de amido é dominado por quatro companhias multinacionais de transformação de milho e de mandioca e seus derivados, entre eles o amido. São elas: as norte-americanas com sede situada no EUA, CARGILL, Corn Products e Starch e a holandesa Avebe. Essas informações nos são úteis porque nos dão uma dimensão de como a produção camponesa está interligada, de maneira dependente, à produção no modo capitalista de produção mais amplo, absorvendo influências tanto do mercado nacional como do internacional.

componentes na família de maneira a minimamente garantir a reprodução familiar, com o ganho medido pelo camponês de forma subjetiva.

Do ponto de vista da organização técnica da produção o mandiocal, pela sua versatilidade, além de permitir uma ordenação articulada sob a forma de culturas consorciadas e/ ou intercalares, permite que o plantio possa permanecer na terra durante mais de duas safras. Nesse caso, nos mesmos leirões ou fileiras de terra são cultivados a mandioca e outros tubérculos, dividindo espaço com cereais (milho) e leguminosas (feijão). Estes últimos, via de regra, responderão pela satisfação das necessidades alimentares da família e serão responsáveis por uma parcela do excedente transformado em renda monetária. Desta maneira, a hierarquia se revela na escolha de cultivos que não entrem em competição com o principal cultivo comercial no roçado principal, a mandioca, permitindo, por exemplo, que a atividade comercial da mandioca não entre em conflito com as lavouras consorciadas de milho e de feijão.

Os elementos da combinação e da complementaridade entre as atividades produtivas surgem como importantes estratégias de multiplicação da renda camponesa, possibilitando que os camponeses se relacionem com o mercado de maneira diversa da relação do grande proprietário produtor capitalista, cujas práticas de produção se pautam numa racionalidade puramente comercial e lucrativa de exploração da terra e dos recursos naturais. Assim, a articulação entre os arranjos produtivos no interior do lote familiar e entre lotes possibilita uma organização interna da produção que busca conciliar as necessidades de consumo com a geração de excedente permitindo aos camponeses a obtenção de gêneros necessários à reprodução familiar não produzidos na unidade de produção e em certa medida uma poupança para aplicação em re-investimentos.

Sobre essa lógica da produção para o autoconsumo camponês e da comercialização de seus produtos, Paulino *apud* Garcia Júnior (2003) observa:

O consumo socialmente necessário do grupo doméstico, o gasto da casa é um referente contínuo, um pressuposto que atinge as próprias condições sociais de produção. Os produtos podem vir pela produção direta do grupo doméstico (...) podem vir com a venda a dinheiro da produção doméstica e a aquisição posterior do consumo necessário (...) podem vir das *n* combinações possíveis dessas produções (...).

Em relação à hierarquia na produção, consoante o atendimento às necessidades da família camponesa, há, segundo Chayanov (1974, p.120) uma preocupação com os meios para cobrir estas necessidades da maneira mais fácil possível, portanto, ponderando os meios efetivos de produção e distribuindo a força de trabalho de tal forma a que se eleve a remuneração²². A vantagem para os camponeses não é aquela determinada pelo lucro de mercado, já que o valor de venda da produção camponesa, em muitas ocasiões, não cobre os custos de produção envolvidos e o julgamento da oportunidade produtiva leva em conta elementos objetivos e subjetivos, como por exemplo, a experiência acumulada pelos componentes da família no desenvolvimento de determinadas culturas. A decisão de continuar com determinado sistema produtivo é subjetiva e leva em conta a viabilidade da produção, mensurada como resultado de um ano de trabalho ou safra produtiva, ponderada com a avaliação dos riscos de mudança das matrizes produtivas, podendo essa mudança ser ou não compensatória financeiramente, preponderando na avaliação o dispêndio de energia no uso da força de trabalho familiar disponível e a garantia da reprodução familiar.

Paulino (2003, p.231) argumenta que os camponeses costumam avaliar uma crise através da perspectiva de longo prazo, da expectativa do devir:

[...] o que parece resignação é, na verdade, força para prosseguir calcada na esperança em dias melhores. Não se poderá compreender a reprodução camponesa dissociada desse traço: o campesinato é uma classe movida pela fé no devir. Assim, com a sabedoria de quem conhece os ciclos da natureza e do mercado, os camponeses prosseguem (...). Na esperança de anos melhores, eles empregam a maior parte dos recursos materiais e humanos nessa cultura.

²² Remuneração aqui não como a concebemos na forma de dinheiro pago por trabalho realizado (salário), mas em retorno via produtos para o atendimento das necessidades da família na utilização remuneradora da terra.

4.3.3 A divisão familiar do trabalho no Tiradentes

Podemos perceber a presença do trabalho familiar durante todas as fases do processo produtivo, em especial na etapa de plantio, conforme (foto 5). Após o corte da terra feito com o uso mecânico do trator (agricultura convencional), as covas são abertas pelo agricultor, com o auxílio da enxada, e as manivas ou sementes são plantadas pela esposa. Essas atividades se desenvolvem no interior das unidades com base numa divisão familiar do trabalho em processos de trabalho baseados na cooperação simples, com uso de técnicas pouco desenvolvidas. Vale destacar que as mulheres cumprem dupla jornada no assentamento, pois além das atividades domésticas, sua força de trabalho é importante no cultivo dos lotes principais e, sobretudo, nos quintais produtivos localizados no lote de moradia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

Foto 5. Família trabalhando em etapa inicial de plantio no mandiocal.

Outra fase do processo produtivo do cultivo da mandioca é a da colheita, atividade que exige normalmente maior uso da força de trabalho familiar e quando os camponeses adotam regimes combinados de trabalho na forma de parceria, trocando dias de serviço entre si com base na ajuda mútua.

Na pesquisa constatamos que uma outra estratégia adotada pelos camponeses para a atividade da colheita do cultivo comercial dos mandiocais é o repasse de parte das responsabilidades das fases de colheita e de transporte para o atravessador, que realiza a corretagem entre o pequeno produtor e as indústrias farinheiras. No caso do Tiradentes, o atravessador é também um assentado e pequeno produtor local.

Declarações de camponeses quando indagados sobre o processo de comercialização indicam que o fato de o atravessador ou, como este é chamado no local, o “corretor” ser um assentado facilita a mediação entre a indústria de farinha e os pequenos produtores. Essa facilidade parece indicar certa relação de confiança, de conhecimento e de parentesco: para os camponeses assentados a possibilidade da corretagem (negociação) ser realizada e estar sob controle de um camponês pertencente ao grupo e morador do assentamento, que conhece e entende as dificuldades e necessidades dos produtores, significa que este atravessador considera minimamente os interesses do conjunto dos camponeses assentados.

Assim, constatamos que para o conjunto de produtores que cultivam comercialmente a mandioca com o objetivo de vendê-la às indústrias farinheiras, a responsabilidade pelo desembaraço do produto, a partir da colheita, fica por conta do atravessador. Este contrata o transporte e a equipe de trabalhadores rurais que recebe diária para o arranque dos pés de mandioca (foto 6), o corte e o estoque das manivas (sementes), a limpa do lote e o carregamento do produto no caminhão para o transporte até as indústrias farinheiras .

A Cooperat e a APAAT não participam em momento algum da fase de comercialização do processo produtivo, já que não fazem a intermediação da negociação entre as indústrias e/ou pequenas farinheiras locais com os pequenos produtores.



Fonte: pesquisa de campo, 2007. Foto 6. Carregamento de mandioca com as manivas no detalhe.

Outras atividades desenvolvidas para o cultivo comercial da mandioca nos lotes principais envolvem o manejo do solo, o plantio das manivas e a limpa do terreno. Os camponeses do Tiradentes preparam a terra no sistema agrícola convencional utilizando, para o processo de aeração e de remoção do solo a tração mecanizada com base no trator, embora a tração animal tenha sido observada em algumas unidades produtivas. Quando indagamos de quem era a propriedade do trator utilizado pelos agricultores durante o corte da área a ser cultivada, duas foram as respostas: existe um camponês assentado que aluga seu trator por quarenta reais (R\$ 40,00)/ hora de uso do trator, conforme foto 7; e há um convênio informal estabelecido entre a Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes – APAAT e a Prefeitura Municipal de Mari que fornece apenas uma hora/ ano do trator da prefeitura para cada associado que esteja em dia com as obrigações financeiras junto à APAAT.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Foto 7. Corte mecanizado da terra no lote principal.

Se por um lado, o cultivo comercial da mandioca nos lotes principais exige pouco uso tecnológico e insumos agrícolas, dada a sua versatilidade, ele permite, por outro lado, que os tratos culturais empregados na sua produção possam ser aproveitados em outras culturas cultivadas no sistema de consórcio, representando economia no uso da força de trabalho familiar. Assim, procedimentos meticulosos, atividades que requerem uma alta dedicação ocupando espaço e tempo do trabalho camponês como os cultivos de leguminosas, de olericultura e a criação de animais em alguns quintais produtivos nos lotes de moradia, evidenciam que a intensidade no uso da força de trabalho familiar se concentra nestes sistemas produtivos. Tais sistemas produtivos são incompatíveis com a exploração tipicamente capitalista, mecanizada, que se desenvolve no sistema da grande propriedade privada (PAULINO, 2003).

Da mesma maneira, a criação de pequenos animais (Foto 8) como aves, suínos e caprinos, participa do consumo familiar assumem também, função complementar na geração da renda camponesa. Os pequenos animais são criados

soltos no inverno e presos em viveiros e currais no verão, quando necessitam de um reforço na alimentação. Assim, as estratégias de organização interna da produção no assentamento se apóiam na diversificação, combinando modalidades produtivas que permitem otimizar a eficiência no uso da terra e da força de trabalho familiar em atividades que se articulam com base na divisão do trabalho e na propriedade familiar da terra.



Fonte: pesquisa de campo, 2007. Foto 8. Criação de pequenos animais nos lotes de moradia.

Outro elemento determinante na garantia da reprodução familiar camponesa é a pouca disponibilidade de terra (exigüidade). Áreas pequenas significam possibilidade reduzida na geração de excedentes produtivos e limitação na garantia da reprodução familiar. Assim, a produção camponesa deve ser entendida como composta de um conjunto de pequenas combinações produtivas agropecuárias integradas e complementares, apoiadas no equilíbrio entre o que é produzido e as necessidades de consumo da família, o que Chayanov (1974) chamou de balanço consumo-produção.

Segundo Paulino (2003, p.177), a conformação da produção deve ser entendida no seio de uma conjuntura que leve em conta elementos sociais e

econômicos. Para a autora, entender o significado das culturas permanentes entre os pequenos produtores passa por compreender o domínio da indústria, via oligopsônios em determinados setores como os de exportação, a disponibilidade de maquinário adequado, a demanda e o espaço no mercado para o desenvolvimento da atividade, a possibilidade de cultivos intercalares e comerciais viabilizando a utilização intensiva da terra e permitindo a possibilidade de realização da renda direta ou indireta²³. No Tiradentes é baixa a frequência de culturas permanentes nos lotes visitados embora, mais pontualmente, fruteiras como o caju e o coco-anão sejam encontrados. A baixa disponibilidade de equipamentos e de insumos, a exiguidade de terras e o reduzido nível institucional das organizações (Cooperat/ APAAT) limitam a capacidade de escolha dos cultivos para o conjunto dos camponeses visitados. Isso reforça entre as famílias produtoras a importância de lavouras que permitam a associação e a combinação de culturas, prática comum no roçado principal e no de moradia.

4.3.4 Diversidade produtiva no interior das unidades camponesas

Em relação à safra agrícola de 2005, colhida em 2006, a presença e a distribuição percentual dos principais produtos cultivados pelas famílias camponesas no conjunto do assentamento foi, respectivamente: mandioca (50%), feijão (19%), milho (12%), inhame (10%), macaxeira (6%) e o restante da produção constituído de fruteiras, hortaliças e batata-doce (3%). Merece ser destacado, novamente, o sistema produtivo da mandioca como principal cultivo comercial no conjunto do volume daqueles comercializados pelas unidades produtivas pesquisadas. Já o feijão, o milho, o inhame e a macaxeira são comercializados pelas famílias, como produtos excedentes, uma vez que, são cultivos tipicamente alimentares que participam da cesta básica de alimentos dos camponeses. Foram identificados outros produtos em menor quantidade como hortaliças, leguminosas e fruteiras (manga, caju, banana, mamão e coco-anão), merecendo destaque o cultivo de leguminosas que, além de participarem como complemento alimentar são

²³ Segundo Paulino (2003, p.177) renda direta é o incremento monetário derivado da destinação parcial ou integral da produção extraída para o mercado. Já a renda indireta expressa a economia com aquisição de alimentos derivada da retenção da produção para o consumo da unidade camponesa.

comercializados em pequenas quantidades contribuindo para o aumento da renda familiar. Embora tenham sido citados outros produtos em menor quantidade, tais como goiaba, acerola, mangaba, cajá e jaca, aqueles são os principais produtos cultivados no assentamento Tiradentes.

Quanto à importância dos mandiocais, como cultivo comercial praticado nos roçados principais, observamos que a área média de plantio é de 2,35ha/ família produtora. Devido às características da flexibilidade e da dinamicidade no tempo de colheita os mandiocais resultam em melhor aproveitamento do uso da terra e da intensidade da força de trabalho familiar.

Em todo o assentamento podemos observar diferenças no uso da terra, nos tratos culturais e nos produtos cultivados. Embora haja especificidades, se destacam dois arranjos produtivos distintos e complementares: aquele baseado no tripé do milho-feijão-mandioca produzido no lote principal juntamente com a criação de pequenos animais, fruteiras e as leguminosas no quintal produtivo; e aquele baseado na complementaridade das atividades da pecuária com as da agricultura, ou seja, há roçado principal onde a criação de gado é destinada à engorda e a reprodução (com a prática do plantio de espécies diferentes de capins), dividindo o uso da terra com culturas alimentares como o feijão, a mandioca, o milho e o inhame, utilizando o sistema de rotação de culturas. Portanto, na definição dos diferentes arranjos, dois importantes padrões agrários se sobressaíram na reprodução camponesa: o sentido de complementaridade do cultivo comercial da lavoura de mandioca, apoiado no tripé do consórcio de culturas como feijão-milho, e um outro arranjo que combina atividades baseadas na criação de animais com o cultivo alimentar no sistema da policultura.

Limitações de ordem física e geográfica devem ser consideradas, além das limitações de tamanho e da composição das famílias, do lote e do mercado, como fatores determinantes na composição dos arranjos produtivos camponeses. No Tiradentes, a declividade do terreno, a fertilidade do solo, a disponibilidade de água, algumas unidades que faz fronteira com a reserva florestal e a presença de áreas alagadas em função da proximidade de açude influem nas decisões dos camponeses sobre o formato final da produção e que culturas devem ser combinadas à criação animal.

Há lotes principais e de moradia que, em função da declividade, da proximidade dos equipamentos de uso comum como os açudes e a reserva florestal, não permitem o desenvolvimento de determinados cultivos, como por exemplo, o cultivo comercial da mandioca, por estarem em áreas que permanecem parte do ano alagada ou sofrem pela inclinação do terreno, o que compromete a fertilidade do solo já que os nutrientes necessários ao melhor desenvolvimento não permanecem. Nesses casos, a estratégia adotada pelas famílias produtoras é o desenvolvimento da produção animal com o rebanho bovino ocupando, parcialmente, o lote principal (com o cultivo de capim na variedade pisoteio e elefante), combinado à agricultura de tipo policultura.

Outro aspecto é que há uma hierarquia produtiva nos arranjos produtivos (e entre eles) empreendida de acordo com os níveis de rentabilidade que as atividades proporcionam. No entanto, embora hajam culturas “nobres”, entendidas como as mais rentáveis praticadas por aqueles de melhor renda no interior do assentamento, os seus produtores não se diferenciam, enquanto classe, entre camponeses e capitalistas como querem alguns (PAULINO, 2003).

As dinâmicas entre os sistemas de produção agrícola capitalista e camponês não divergem apenas na escala, sobretudo, quando as relações técnicas e sociais da organização produtiva camponesa voltam-se à reprodução da família, comportando lavouras cujas dimensões não se reproduziriam sob formas tipicamente capitalistas. O que constatamos no Tiradentes foi a existência de uma singular combinação entre culturas agrícolas nos lotes principais articuladas à criação de animais que permite otimizar o uso da terra e da força de trabalho. Vemos na foto 09 abaixo o plantio consorciado de feijão-milho, algo comumente observado em pequenas unidades produtivas. O uso da terra sofre intensamente a influência e as determinações do ciclo climático da natureza e no caso da criação, por exemplo, os animais são soltos no inverno e confinados no verão em pequenas cocheiras, currais e viveiros. Nos lotes de moradia, a presença de quintais produtivos concentra a maior diversidade de culturas, fonte direta de alimentos.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2007. Foto 09. Consórcio de culturas na agricultura camponesa.

Arranjos como esses são comuns, importando ressaltar que a área reservada pela maior parte dos camponeses ao cultivo comercial da mandioca, no início do inverno, quando é colhida a safra, é também a área de plantio da variante milho-feijão, período em que os camponeses optam por colher essas culturas temporárias para durante os festejos juninos estarem colhendo as primeiras “bonecas” de milho, já que o ciclo do milho é curto e, dependendo das precipitações, possibilita duas colheitas numa mesma safra. Dentre as unidades produtivas pesquisadas do Tiradentes, os camponeses reservam para as culturas temporárias uma média total de 58ha, importando destacar que as escolhas de quais arranjos produtivos adotar são definidas pelos membros das famílias numa lógica que obedece aos critérios internos. Assim, são as condições internas à unidade produtiva que delineiam a via e a intensidade da produção de determinadas culturas e, evidentemente, tais escolhas são influenciadas pela capacidade de absorção dos produtos no mercado (PAULINO, 2003).

Ao priorizar o uso da força de trabalho de acordo com a ordem família-terra e dessa para a família é possível eliminar a primazia do mercado sobre a estrutura da reprodução familiar. Paulino (2003) destaca a capacidade que os pequenos produtores camponeses têm de transformar o mercado em elemento subsidiário. A

diversificação de cultivos permite, assim, uma maior versatilidade ao camponês e se manifesta nas escolhas que asseguram potencialmente os melhores resultados.

Uma das exigências para o desenvolvimento dos mandiocais é a preferência por terrenos planos com profundidade efetiva, textura de solos areno-argilosa e Ph entre 5,0 e 6,0. Observamos que, conforme o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2001), o solo identificado no Tiradentes se caracteriza como de textura areno-argilosa, de relevo plano e profundo com drenagem moderada, acidez elevada e baixa fertilidade natural. Portanto, se nos domínios arenosos e planos os mandiocais se desenvolvem com certa facilidade comportando o cultivo e o consorcio com culturas como o feijão-milho em iguais condições, nos domínios de solos argilosos e pedregosos eles não se desenvolvem. Devemos, também, considerar as várias décadas de uso do solo de forma intensiva com práticas agrícolas que não possibilitam a renovação da fertilidade do mesmo²⁴.

Vale salientar que, apesar dos mandiocais exigirem baixo uso tecnológico e de força de trabalho, a fase inicial de plantio requer uma intensidade maior de trabalho em atividades como a limpa do solo e após o plantio das sementes/manivas, com o objetivo de possibilitar o melhor desenvolvimento das culturas. Na foto 10 podemos observar o trabalho familiar (pai e filhos ao fundo) na fase inicial de produção no lote principal, combinando o plantio de feijão e mandioca. O uso da enxada aparece como principal instrumento de trabalho para a atividade de limpa do solo. Nesta foto podemos ainda observar ao fundo uma faixa de terra cultivada com capim elefante já no ponto de corte, enquanto o plantio de mandioca e de feijão está em fase inicial.

²⁴ Inicialmente com as culturas de algodão, fumo e posteriormente a da cana-de-açúcar passando pelas pastagens extensivas durante décadas. A partir da década de 1970, parte da produção agrícola do município de Mari-PB, historicamente município produtor de fumo perde espaço com o avanço de área plantada e colhida de cana-de-açúcar.



Fonte: pesquisa de campo, 2007. Foto 10. Trabalho familiar (pai/ filhos) na limpa do solo em fase inicial de plantio combinado feijão-mandioca.

Alguns critérios de diversificação das culturas são definidos com base em uma análise da conjuntura que as envolve. Funciona aqui uma lógica diferenciada da capitalista, uma vez que tais critérios não tomam por premissa a avaliação do que é mais rentável no mercado, mas as próprias condições produtivas internas que permitam a reprodução familiar. Assim, os camponeses são pequenos produtores multiplicadores de uma estrutura que é pautada na indivisibilidade entre a produção econômica e a reprodução social.

No Tiradentes, a presença de cultivos itinerantes está ligada, sobretudo, a existência do arrendamento parcial nos lotes principais, evidenciando certa vulnerabilidade daqueles que dele se ocupam, via de regra, famílias de agricultores sem terra que vive nas áreas urbanas em precárias condições materiais.

Conforme Chayanov (1974) e como já argumentado um dos elementos que influem na decisão de cultivar ou não a terra é a exigüidade de terras. Terras que são exigidas em maior quantidade e qualidade de acordo com determinado tipo de cultura e de arranjo produtivo e a forma como são combinados estes arranjos

produtivos. Assim, há culturas alimentares em determinadas produções que sofrem maior limitação que outras pela escassez e a qualidade exigida da terra, impedindo que se combinem atividades como a produção agrícola e a animal. Quando indagamos aos camponeses se a quantidade de terra era suficiente ouvimos que:

Pra criação precisa de mais terra. É que pra combinar a criação e o roçado não é suficiente, é pouco. Se fosse maior era melhor, pois plantava um na seca e outro no inverno. Fica meio imprensado! O sonho de meu marido era fazer dois cercados, pois na seca o gado tinha uma outra opção como reserva (Assentada, J.R. da S.) (SIC²⁵).

Uma outra fala de um camponês associa o limite de área de sua terra à limitação imposta pelos bancos da possibilidade em obter financiamento:

[...] pra gente pegar o financiamento no banco eles exigem para cada animal comprado um hectare de terra e para o roçado o tamanho do lote é insuficiente já que é importante a diversificação garantindo o alimento, e quando se cultiva 5 hectares de roçado(mandioca) não fica espaço para outras culturas (Assentada F. S. N.).

[...] porque a gente trabalhava mais e podia aumentar a criação” (Assentada M. N. S.).

As declarações ressaltam uma certa insatisfação com o tamanho dos lotes uma vez que este não permite uma expansão da produção animal, recurso utilizado como reserva de valor entre os pequenos produtores sem falar que terra significa a possibilidade de ampliação da reprodução familiar.

A escassez de terra constitui um elemento definidor e participa como empecilho na reprodução familiar camponesa provocando, ocasionalmente, desequilíbrios nem sempre passíveis de serem solucionados com base nos recursos internos, razão pela qual parte dos camponeses assentados lança mão de outros recursos para ampliar a renda. Dentre esses recursos, a venda da força de trabalho onde houver ocupação possibilita a preservação da condição camponesa uma vez que há limitações internas de todas as ordens e dificuldades para colocar os produtos no mercado a um preço mínimo (justo) que garanta retorno.

Embora a exigüidade de terras seja uma limitação na reprodução familiar, a diversidade dos arranjos produtivos na produção camponesa permite que mais de

²⁵ Respeitaremos e vamos reproduzir as falas e a forma como os camponeses assentados entrevistados relataram e se expressaram quando indagados durante às entrevistas.

uma geração (patriarca, filhos e netos) se reproduza participando da divisão familiar do trabalho conforme a disponibilidade dos meios de produção. Essa é outra característica comum nos lotes pesquisados do assentamento, com a presença de mais de uma geração se reproduzindo em um único lote já parcelado, cabendo o cuidado com o cultivo comercial e com o produto excedente ao grupo familiar da geração mais nova, aquela potencialmente com maior energia a despendar.

Paulino (2003, p.227), pesquisando as relações sociais em comunidades rurais no Estado do Paraná, observa que a lógica de reprodução da família camponesa é regida por um código moral baseado numa hierarquia familiar: os filhos pagam uma renda de 25% sobre a produção obtida aos pais, o que garante a sobrevivência do casal, cuja idade avançada impede o trabalho na lavoura. No Tiradentes, a hierarquia familiar é mantida com o pagamento da renda em produto, ou seja, a reprodução do casal de idade mais avançada é garantida quando a geração mais nova partilha os cultivos alimentares. A foto 11 ilustra várias gerações ocupando o mesmo lote de moradia. O patriarca aparece selecionando as sementes de inhame a serem plantadas enquanto as filhas cuidam dos netos e seus maridos permanecem na lavoura principal. Assim, o processo de socialização e reprodução do conhecimento camponês é apreendido pelas gerações mais novas através das várias atividades desenvolvidas no interior do lote de moradia bem como no lote principal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Foto 11. Reprodução camponesa: pai, mãe, filhas e netos.

Uma outra constatação foi que dos membros de maior idade nas famílias, o recurso da aposentadoria rural participa como complemento importante da geração de renda camponesa.

Embora o tamanho do lote tenha sido apontado como fator limitante, a criação animal é um recurso presente no Tiradentes e é centrada na avicultura e na pecuária reprodutora participando no conjunto da produção como fonte de alimento e como reserva de valor. Contudo, há uma variedade de pequenos animais como guinês, cabras, porcos e patos cujo único objetivo é o consumo familiar. Das 40 unidades visitadas no Tiradentes, quando indagamos sobre a produção animal, 38 delas responderam que criam animais numa área total de 71ha. Além de ocupar parte considerável do lote, a criação é exigente na intensidade do uso da força de trabalho e nos gastos referentes à manutenção das matrizes, ficando atividades como o pastoreio e o corte de capim para os mais jovens. Além destes gastos, outros como a manutenção da infra-estrutura (cocheira/ aviário), o uso intenso de medicamentos, vacinas e ração animal participam da formação dos custos de produção na pequena unidade produtiva.

Tabela 6 – Distribuição da criação nas unidades produtivas pesquisadas

	Galinhas / galos	Guinés, perus e patos	Porcos, cabras e ovelhas	Bois e vacas
Unidades de cada animal	745	48	21	151
Unidades produtivas registradas	30	10	11	35
Terra utilizada (ha)	25	11	11	67,5

Fonte: Organizado pelo autor (2007).

Se por um lado, a produção animal exige certo nível inicial de investimento, por outro, a fase reprodutora, da avicultura em especial, garante a comercialização de produtos (ovos, carne de frangos, matrizes) a preços razoáveis e na forma que os clientes desejam (cortados, inteiros, miúdos) em função da rusticidade das matrizes (capoeira/ caipira), possibilitando a geração de renda na medida certa das necessidades dos camponeses. Além do mais, a produção animal contribui na alimentação humana interna. O esquema de comercialização local está ancorado no abastecimento de pequenos comércios situados nas proximidades do assentamento, já que os custos com o transporte e as exigências legais (impostos, vigilância sanitária) impedem o manuseio adequado dos animais e o descolamento para cidades maiores, por se tratar de uma produção reduzida. Desta maneira, as unidades produtoras de galinha de capoeira e caipira já estabeleceram uma relação comercial local e uma clientela fixa nas cidades de Mari e de Sapé, sem falar nas trocas de produtos realizadas entre as unidades produtivas.

Por sua vez, a produção pecuária participa do conjunto da produção animal viabilizando o barateamento com os custos de manutenção dos níveis adequados de fertilidade do solo, fornecendo o adubo orgânico, bem como permitindo a rotatividade entre as atividades agrícolas e animal. A pecuária leiteira, apesar de sua participação reduzida, aparece em algumas unidades visitadas, o que demonstra uma situação financeira mais estável das famílias. O destaque fica por conta de sua destinação total ao consumo familiar, reduzindo os custos na reprodução familiar e ampliando os recursos disponíveis na forma de reserva de valor, pois nos momentos de aperto financeiro o comércio do gado é uma estratégia que garante o incremento da renda na forma de poupança (PAULINO, 2003). A autora observa sobre a criação que ao mesmo tempo em que os animais são confinados em pequenos lotes que não dão para outra coisa, há o provimento de leite e as crias anuais incrementam a

renda de forma notável, se constituindo numa espécie de poupança para os camponeses.

Um grupo de camponeses associados à cooperativa de produção agropecuária – Cooperat tentou, através de incentivo dos dirigentes da organização, a criação de galinhas reprodutoras e para abate. Em meados de 2006 um projeto piloto para a reprodução animal no regime de trabalho coletivo foi efetivado sem grandes resultados, já que as matrizes adoeceram em função da falta de assistência técnica adequada e de concepção de projeto equivocada. Inicialmente, cinco associados retirara recursos financeiros via Banco do Nordeste do Brasil - BNB através da linha de crédito do Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF, o que permitiu a construção do viveiro e a aquisição de matrizes. Uma das alegações do fracasso do projeto foi que as atividades de (limpeza do viveiro, vacinação das matrizes e dos pintos, produção de ração que era balanceada com o uso de farinha de mandioca, iluminação e temperatura adequadas) requeriam a dedicação quase que exclusiva dos camponeses envolvidos, comprometendo parte do tempo dedicado a outras tarefas desenvolvidas nos lotes produtivos e de moradia.

O projeto de viveiro coletivo não vingou e uma outra alegação para o fracasso foi a falta de estrutura e assistência técnica adequada bem como a forma de condução por parte das lideranças e corpo de técnicos do movimento. Declaração de parte dos envolvidos no projeto confirma que a falta de êxito na criação coletiva das galinhas começou inicialmente pela descontinuidade na assistência técnica no assentamento. Logo de início, o projeto de construção previu o posicionamento inadequado dos galpões e dos viveiros em relação ao fator vento e sol. Isso comprometeu a manutenção adequada dos níveis de ventilação e temperatura provocando a infestação generalizada de doenças nas matrizes. A foto 12 retrata o fracasso dessa iniciativa de produção coletiva via Cooperat no assentamento Tiradentes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Foto 12. Viveiro (avicultura) para produção animal desativado.

Em relação ao destino comercial dos produtos excedentes, por exemplo, do feijão, do milho, da mandioca e do inhame, a negociação e o escoamento pode se concretizar por dois caminhos: diretamente no interior do assentamento, com os atravessadores participando do circuito comprando na folha a produção, ou seja, a produção é adquirida antes do processo produtivo ocorrer. Neste caso a compra se dá na fase inicial do plantio, ficando o camponês com todos os riscos e responsabilidades do processo produtivo. Os intermediários se responsabilizam apenas pelo transporte dos produtos até as Centrais de abastecimento - CEASA ou até os pequenos comerciantes locais. Um outro caminho para a comercialização é a entrega direta dos produtos aos feirantes locais das cidades de Mari e de Sapé, pólo comercial da região que permite a comercialização fora do circuito das Centrais de Abastecimento.

Identificamos, em menor quantidade, um grupo de produtores que comercializa diretamente seus produtos em bancas de feiras livres na cidade de Mari, o que permite o estabelecimento de um contato direto com os consumidores e a criação de uma relação de confiança. A realização da renda neste caso é mais

estável uma vez que há a possibilidade de programação em termos de volume e de frequência da colheita, predominantemente das culturas temporárias.

No esquema de comercialização via Central de Abastecimento - CEASA é imperativo o volume e a diversificação das culturas, em especial das hortaliças e das frutas, o que acarreta implicações no uso da força de trabalho familiar e nos instrumentos de trabalho no interior das unidades produtivas, interferindo na decisão de quais arranjos produtivos cultivar.

Ainda sobre os processos de comercialização, os intermediários são a melhor evidência da mediação e apropriação da renda camponesa pelo capital comercial, em especial quando a mandioca está em ponto de colheita ou quando se trata de produtos perecíveis como as hortaliças e as frutas. Esta perecibilidade reduz o poder de barganha dos camponeses, já que não há como os pequenos produtores conservarem a produção até que os preços atinjam patamares justos. Desta maneira, ao chegar o momento da colheita, pouco há o que fazer para pressionar os preços praticados pelos comerciantes, restando duas alternativas: realizar a colheita e entregá-la de acordo com a oferta corrente ou perdê-la na roça (PAULINO, 2003). Assim, pudemos perceber em algumas unidades produtivas que o que para nós era um descaso, para os camponeses era a melhor estratégia. Quando, por exemplo, a pequena colheita de pimentão terminava por não ser colhida duas razões explicava tal comportamento: o auto-consumo não dava conta da produção e os preços não compensavam a colheita e a venda. Esse comportamento responde à uma lógica econômica: preços baixos demais não compensam os custos envolvidos no processo de produção.

Para o cultivo da terra os produtores utilizam como instrumentos de trabalho, principalmente, a enxada, o enxadeco e a foice e em menor quantidade o machado, o facão, o ferro de cova, a chibanca e o carro de mão. Para o “corte” da terra durante o preparo do solo para o plantio, foram observados o uso do arado de tração animal em alguns lotes, embora a presença da tração mecanizada com o uso do trator, seja uma prática corriqueira entre os pequenos produtores. O uso do boi de cultivador foi verificado em algumas unidades produtivas que apresentam limitações para o uso da tração mecanizada, como declividade acentuada ou impedimento em função da

presença de áreas alagadas; o carro de boi é também usado para o transporte dos produtos do lote principal para a residência, conforme foto 13.



Fonte: Pesquisa de campo, 2007. Foto 13. O detalhe fica por conta do transporte animal e mecanizado.

Além dos instrumentos de trabalho, observamos que os produtores fazem o uso de agrotóxico nos tratos culturais, principalmente aqueles praticados nos quintais produtivos. Das quarenta unidades visitadas, 62,5% delas declararam utilizar formicida no plantio de feijão, mandioca, inhame e hortaliças. Via de regra, a

aplicação é realizada pelo próprio produtor de forma inadequada e sem qualquer orientação técnica apropriada e equipamentos de proteção individual como luvas, botas e máscaras. No período chuvoso, quando surgem em maior quantidade formigas, insetos e a proliferação de outros pequenos animais, a aplicação do agrotóxico é mais intensa.

4.4 Conflito entre a Cooperativa e a Associação dos Camponeses no Assentamento Tiradentes

No final do capítulo 3 (pg. 111) discurremos ligeiramente sobre as mudanças nas formas com que o MST vinha concebendo e organizando a produção nos assentamentos, produto de sua ação política e dos projetos de reforma agrária. Lá argumentamos que no final dos anos 90 o movimento passou a estimular o regime coletivo de trabalho apoiado nas cooperativas de produtores dos assentamentos. A cooperativa do Tiradentes – Cooperat, nasce com essa proposta em setembro de 2000. Ela, na realidade, nasce antes mesmo da constituição do assentamento, como forma de institucionalizar o recebimento de recursos do governo oriundos do programa de reforma agrária. Inicialmente os camponeses associados à Cooperat receberam recursos destinados à construção de moradias na agrovila, o chamado crédito habitação, na época representando algo em torno de R\$2.500,00/família, e receberam créditos para segurança alimentar das famílias e para fomentar o início da produção (compra de insumos, equipamentos, etc.), ambos no valor de R\$ 400,00 e R\$ 1.000,00/família respectivamente (PDA, 2001).

Os assentamentos podem constituir-se em espaços para o surgimento de variadas atividades coletivas e comunitárias, materializadas nas cooperativas, grupos coletivos e associações. Estas ações, muitas vezes são mediadas por laços familiares e de solidariedade, vêm se constituindo na tática do MST para materializar seu projeto de gestão territorial (FABRINI, 2003, p. 135).

Segundo seu estatuto, a Cooperat deveria reunir os pequenos agricultores assentados tendo por objetivo principal o desenvolvimento econômico e social do assentamento através das seguintes atividades:

Coordenar a produção agropecuária nas áreas coletivas e fomentar a organização da produção nas áreas dos associados; compra e venda de insumos e produtos agrícolas, gêneros alimentícios e outros; desenvolver a mecanização agrícola; garantir o transporte dos bens e produtos; implantar sistemas de agroindústrias nos produtos de interesse dos associados; realizar operações de repasse de crédito ou vendas a prazo de atendimento aos associados; prestação de serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e bem-estar dos associados; prestar assistência técnica; comercialização de bens de consumo das famílias; proporcionar oportunidades de lazer e descontração aos associados; promover o desenvolvimento social e educacional dos seus associados (ESTATUTO, 2000).

Fabrini (2003, p.136) afirma que as cooperativas inseridas no contexto geral do movimento foram marcadas pela necessidade de organizar a produção de tal forma que pudesse garantir a reprodução familiar do camponês e a reprodução da luta política. O desafio colocado para os camponeses assentados do Tiradentes era construir uma cooperativa que atuasse além da esfera da simples comercialização, contribuindo, por exemplo, com a organização das famílias assentadas visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção no assentamento Tiradentes.

Nos artigos que regulamentam a utilização das terras no interior das unidades produtivas, o estatuto da Cooperat deixa claro o dever do camponês assentado de entregar sua produção além e/ ou de participar da produção agropecuária da cooperativa:

Art 3 – A Cooperativa poderá utilizar terras dos associados, na forma de comodato, concessão ou arrendamento, ou ainda arrendar terras de terceiros, bem como possuir terras próprias para alcançar seus objetivos (..).

Art 9 – São deveres dos associados:

a) (...); c) Entregar sua produção e/ ou participar na produção agropecuária, prestação de serviços e atividades gerais da Cooperativa pertinentes aos seus objetivos.

No Tiradentes, o trabalho coletivo estimulado pelas lideranças locais do MST através da cooperativa resultou, entre outros projetos iniciados e que não avançaram na criação de áreas de cercado para a criação de gado e na construção de aviário para reprodução e engorda de galinhas tipo caipira e capoeira. Embora o trabalho cooperado no nível mais elevado de complexidade tenha sido almejado pelas lideranças e pelo corpo de técnicos do MST e da cooperativa local, a coletivização dos meios e dos resultados da produção terminou por comprometer a gestão interna da unidade produtivo camponesa, representando para os associados da Cooperat, os camponeses assentados, a centralização e a perda de controle de parte dos processos produtivos familiares. A mediação feita pelo MST ainda antes do assentamento das famílias, na fase do acampamento, não caminhou para dirimir as dificuldades e atender as necessidades e expectativas dos camponeses assentados.

A Cooperat enquanto CPA, forma superior de cooperativa considerada pelo movimento, não teve boa recepção, assim como, as CPA's não se generalizaram nos assentamentos conquistados no Estado da Paraíba.

O projeto coletivo da Cooperat bateu de frente com o sistema de produção dos camponeses assentados, sobretudo pela falta de entendimento nas questões da simples produção de mercadorias, da divisão do trabalho e de seus frutos. Conforme disse um assentado, o trabalho coletivo, propugnado pelas lideranças do MST, era realizado, mas a distribuição dos frutos do trabalho nem sempre se concretizava:

[...] na época aqui era uma cooperativa (Cooperat), mas no tempo da cooperativa agente vivia numa escravidão, juntava um negócio de trabalhar num coletivo e agente trabalhava o ano todinho, quando chegava o final de ano que colhia aquilo ali, ninguém sabia nem pra onde ia " (Assentado J. A. M).

A declaração do entrevistado nos dá a dimensão de como parte dos camponeses assentados percebe as ações empreendidas no âmbito da Cooperat em funcionamento no assentamento, indicando a pressão do MST sobre o grupo de camponeses associados à cooperativa local. As declarações também indicam o conflito entre os interesses políticos dos assentados e do MST. Como discutimos no capítulo já referido, a coesão do grupo alcançada no momento da ocupação da terra é mais complexa e difícil de ser mantida pós-conquista e quando da consolidação do

assentamento. As motivações antes responsáveis pelo engajamento político dos assentados ao MST perdem sentido se as iniciativas e os projetos coordenados pelo movimento não atendem aos interesses e as expectativas dos assentados. Ao que parece, o próprio MST local exercia pressão sobre os assentados na busca do apoio político para as suas ações. Fabrini (2003, p.145), abordando a temática da resistência camponesa e as iniciativas frustradas de desenvolvimento do trabalho coletivo, revela que outras formas de organização e de formação de grupos se concretizam, como os núcleos de produção de base familiar sem a coletivização dos meios de produção. No Tiradentes o conflito parece ter caminhado neste sentido. A fala de um dos assentados é reveladora deste conflito e das razões que levaram boa parte dos produtores do Tiradentes a abandonar a cooperativa e formarem uma associação autônoma, a Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Tiradentes - APAAT.

... vamo ocupar, vamo pra João Pessoa quebrar, pro palácio do governo, pras praças..... aí o povo foi desgostando, aí saiu e passou pra associação. Ninguém achava bom não!!!! A gente tinha que ir, se não fosse era expulso naquele tempo. Uma ordem, tinha que ir mesmo" (Assentado, F.C.).

Fabrini (2003, p. 155) destaca que o êxito político das cooperativas significa, no caso das CPA's, a ampliação da luta pela terra funcionando como instrumento econômico, mas, sobretudo, político, de intervenção e controle nas áreas de assentamento. O afastamento político dos camponeses assentados do MST e a maneira como estes compreendem as ações do movimento no interior do assentamento Tiradentes resultou na dissidência entre dois grupos de associados, os da Cooperativa Agropecuária do Assentamento Tiradentes (Cooperat) e os que formaram a APAAT:

[...] é melhor ir pra associação já que nois não faz mais parte de invadir terra, de ocupação na época da cooperativa (Assentada M. P. de B.). Porque tinha que trabalhar para o roçado dos outros e não via futuro nenhum (Assentado J. M. da S.).

(...) saí, por isso, porque ninguém achava bom não tá saindo, e tinha que ir para as manifestações políticas, se não fosse era expulso. (...) eu vendi uma vaca que tinha pro modi pagar processo sem nós nunca ter ido e nem participado, mas nós pagamos.... Foi mil e quinhentos reais (R\$ 1.500,00) sem ter, pra não ir preso. Aí, eu me desgostei e saí (Assentado, J. A. M).

(...) na época aqui era uma cooperativa, mas no tempo da cooperativa a gente vivia numa escravidão. (...) agente que trabalhava era quem ficava sem...aí eu disse menino: tá tudo desmantelado aqui, vamo mudar isso pra uma associação? Eles não queriam né! Aí eles disseram por que: se isso aqui um dia souber que nego quer fundar uma associação nós joga ele fora antes de formar! Aí eu disse: sabe de uma coisa, vamo formar uma associação escondido! A gente precisa sair dessa escravidão! (Assentado J. J. da S.)

Assim, a APAAT foi criada em novembro de 2002. Das 160 famílias de assentados associadas a Cooperat 138 (86%) delas se retiraram do quadro de sócios da Cooperativa e se associaram em bloco a APAAT, ficando apenas o exigido por lei no quadro de sócios da cooperativa. Das quarenta unidades produtivas visitadas, aproximadamente 80% são associados a APAAT. Conforme observa Fabrini (2003, p.145), a resistência dos camponeses assentados à coletivização dos meios de produção não significa que estes são contrários a todas as ações coletivas na organização da produção, indicando apenas que são contrários a determinadas formas de produção como é o caso das CPA's como o acontecido na Cooperat.

A centralização das decisões na cúpula da cooperativa, contrariando interesses dos assentados e mesmo deliberações feitas coletivamente durante as assembléias e reuniões, bem como, a perpetuação de determinado grupo na gestão da cooperativa resultou na desconfiança dos assentados em relação ao papel da organização, questionando sua legitimidade. A coletivização no Tiradentes contrariou os princípios da propriedade, do trabalho e da autonomia familiar, bem como, a organização do sistema de produção. Quando indagamos a um associado se houve, durante o tempo de seu vínculo à cooperativa, alguma prestação de conta a resposta é ilustrativa da nossa afirmação:

Nunca vi prestação de contas. Se eles faziam era por debaixo dos panos. É só o moinho deles (Assentada M.C. F. da S.).

Não! O dinheiro desaparecia. Eles apresentavam papeis que diziam que era prestação de contas, mas ninguém conseguia enxergar, pois era escuro e não se podia ver (Assentado S. M. da S.).

No tempo que a cooperativa tomava conta, isso aqui era uma fazenda que tinha muito troço de se arrumar dinheiro, tinha cano de irrigação e muitas e muitas coisas, e o acordo era vender, apurar dinheiro destes troços que tinha, pra ser dividido no assentamento. No tempo, a diretoria do MST que comandava a cooperativa

começou a vender estes troços dizendo que tava botando em caixa. Aquilo nunca foi pra caixa nenhuma e quando nós demos por ela, o rombo já era grande (Assentado J. A. M).

Atualmente a APAAT, apesar de não possuir sede própria nem instalações para funcionamento e de não contar com funcionários e meios próprios de produção de uso coletivo, o que nos diz um pouco sobre sua fragilidade de recursos e institucional, tem um quadro de sócios representativo e, conforme declarações, parece desempenhar melhor o papel de representação dos interesses dos camponeses assentados: “A gente nunca tinha lucro, mas quando saiu para a associação melhorou uma coisinha” (Assentado, J. J. da S.).

O distanciamento dos assentados da cooperativa local, meio institucional que poderia lhes abrir as portas dos recursos públicos e dos financiamentos e por onde os produtores podem ter algum poder de barganha junto aos fornecedores e aos compradores de sua produção, tem acarretado em limitações quanto ao potencial de organização e de crescimento do assentamento. Apesar do considerável recurso econômico e político que a Cooperat conquistou na fase do pré-assentamento desde 1999, não foi possível a manutenção de seu poder com a força inicial demonstrando a fragilidade em sua gestão. As dificuldades econômicas começaram a surgir a partir do ano de 2000, em função de um conjunto de fatores, tais como: desvio de verba com a venda de parte dos equipamentos que permaneceram da antiga Gendiroba Agropecuária Ltda como patrimônio da cooperativa, prestação de contas realizada de forma irregular, distribuição dos frutos do trabalho sem levar em conta as necessidades de cada grupo familiar, comprometendo diretamente a geração de renda e indiretamente a reprodução familiar camponesa. Por outro lado, quando consideramos fatores mais abrangentes é importante observar que as cooperativas estão inseridas num contexto nacional desfavorável à agricultura, resultante da política de liberação da economia, importações, corte de recursos destinados aos investimentos e custeio para os pequenos agricultores, bem como uma taxa de juros exorbitante Fabrini (2003, p.158).

Embora a APAAT tenha significado, politicamente, mais autonomia é insignificante seu poder de organização frente aos desafios que ainda estão por serem superados, como a ação junto aos intermediários na etapa da comercialização. A consequência dessa divisão de interesses é que parte dos

produtores assentados perderam o poder de negociação de sua produção, não conseguindo escapar das condições dos intermediários, e não usufruem mais efetivamente das vantagens da união de forças e da partilha de recursos (projetos produtivos coletivos, equipamentos, assistência técnica, crédito subsidiado pelo governo), que potencialmente poderiam ser conquistados com uma cooperativa que efetivamente representasse seus interesses e anseios.

Nas entrevistas alguns camponeses declararam que as organizações que atuam no Tiradentes são importantes já que possibilitam o caminho, nos momentos de aperto financeiro, para o acesso a empréstimos e a financiamentos. Marcos (1998, p.92) destaca a importância das associações enquanto elemento de organização produtiva dos assentados que teriam o papel de elo formador e integrador do grupo.

A etapa de desenvolvimento e consolidação de um assentamento exige uma capacidade de organização local diferenciada daquela inicial quando da constituição do assentamento, que demanda diretrizes variadas. O que ficou evidente é que não houve avanço neste sentido. As declarações demonstram que no Tiradentes os dirigentes da cooperativa não conseguiram construir relações solidárias, horizontais e participativas, conforme defende o próprio projeto de organização para os assentamentos rurais do MST. A centralização das decisões significou, para o grupo de camponeses assentados, mais a subordinação de seus interesses do que o fortalecimento de sua identidade camponesa. A centralização política, a postura descomprometida de parte das lideranças locais, e a centralização dos processos e da tomada de decisões comprometeram a participação e o envolvimento político dos assentados com a cooperativa local. Estes elementos permitiram que viessem à tona as diferenças entre o projeto produtivo camponês e o projeto produtivo idealizado pelo MST para os camponeses no Tiradentes.

Sobre as condições estruturais de funcionamento da APAAT identificamos que não há sede e recursos humanos próprios e que reuniões mensais ocorrem nos lotes dos próprios assentados. Assim, a aquisição de sementes ou de produtos e outros insumos, bem como a compra de algum equipamento é realizada de forma individual com a associação participando apenas enquanto organização que media o acesso aos recursos oficiais, via projeto elaborado pela assistência técnica. Apesar

de não contar estruturalmente com as condições adequadas, as reuniões dos associados da APAAT ocorrem mensalmente e tem contribuído para dirimir, entre outras questões, problemas de relacionamento e socialização entre os próprios camponeses e entre estes e os comerciantes locais; as reuniões também deliberam sobre as datas comemorativas (festejos juninos, período de organização da vaquejada, campeonato de futebol, festa da padroeira local) e o uso das instalações de uso comum no conjunto do assentamento como o parque de vaquejada, o campo de futebol, o excesso de retirada de lenha em área imprópria como a reserva florestal, o uso da área da reserva florestal para a alimentação do rebanho bovino e outras questões. Isso confirma o que Fabrini (2003, p. 145) observou sobre o fato de que os camponeses não são contrários aos regimes coletivos de trabalho, inclusive participando cooperativamente da organização da produção.

A taxa de associação arrecadada junto aos camponeses é de R\$3,00/ mês. Os recursos da associação são normalmente empregados na assistência aos camponeses quando, por exemplo, há imprevistos com relação a problemas de saúde e necessidade de deslocamento para João Pessoa, ou seja, para atender pequenas demandas sociais dos camponeses. A administração destes recursos é feita pelo tesoureiro da associação que recolhe mensalmente a taxa e realiza o depósito numa conta em banco no nome da associação.

Um projeto da associação em conjunto com a Prefeitura Municipal de Mari-PMM que vem se consolidando e que tem apoio de todos os camponeses entrevistados é o da “compra direta”, viabilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB com verbas do Governo Federal. A companhia adquire parte do excedente produzido pelos camponeses a preços subsidiados. Essa produção é destinada aos alunos da escola localizada no interior do próprio assentamento como parte da merenda escolar.

Assim, a CONAB cadastra a associação que fornece a merenda à escola. O repasse da verba é feito através do escritório local da EMATER. O pagamento dos produtos é realizado de forma direta, sem intermediários, por um preço acima da média do mercado.

A entrega de parte do excedente produzido para o projeto de compra direta da CONAB garante, assim, não só a merenda escolar consumida pelo grupo de alunos e alunas, filhos e filhas de camponeses assentados, mas, sobretudo, que a renda camponesa permaneça no interior do assentamento, dinamizando a economia interna.

Um dos problemas enfrentados na gestão da associação é a descontinuidade dos projetos, uma vez que a elaboração destes fica a cargo do responsável técnico, no caso, um agrônomo que é contratado do MST. Desde a época de constituição do assentamento o movimento orienta e media não só a organização dos processos produtivos bem como a constituição social e física do assentamento. Este, portanto, vem sendo responsável pela assistência técnica e extensão rural - ATER no assentamento. O acompanhamento dos projetos é realizado com ações que visam atender às necessidades nas fases de concepção e de execução. O que acontece é que, embora o agrônomo responsável técnico pela área seja remunerado para atender às demandas no conjunto do assentamento, há um diálogo maior entre este e a cooperativa, o que, pela dissidência com a APAAT, prejudica a atenção aos projetos propostos pela associação.

Um fator gerador de conflito no assentamento tem sido a forma como são elaborados e executados os projetos, impedindo o controle pelo camponês, suposto beneficiado. Em algumas declarações os camponeses deixam claro que houve casos de superfaturamento no valor dos materiais adquiridos. Outro elemento que resulta em conflito é a forma de pagamento (através de cheque nominal ao comerciante), o que impede que o camponês possa escolher o fornecedor de suas mercadorias no tempo e na condição adequados.

Em função destes desentendimentos e desconfianças, muitos projetos deixam de ser debatidos e executados no interior do assentamento o que exige posições verticalizadas e tomada de decisões muitas vezes sem legitimidade e representatividade suficientes. Outra queixa dos camponeses é quanto à qualidade da assistência técnica e das políticas de formação no assentamento. Quando indagamos se as organizações possibilitam a participação dos camponeses em cursos de capacitação e intercâmbio, alguns responderam que os cursos oferecidos dependiam de instrução e de formação prévia. Do total de entrevistados apenas

20% declararam já ter participado de cursos técnicos ofertados pela associação e pelos líderes locais do movimento para o aperfeiçoamento quanto a manejo e a criação adequada de galinhas, da horta comunitária, da produção de doces e salgados, ou de visitas de intercâmbio a outras áreas para conhecer a produção agrícola orgânica e feiras agroecológicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa nos permitiu chegar a algumas considerações centrais. A resistência e a luta dos camponeses é um fato presente nas áreas de assentamento rural organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Apesar deste movimento estruturar o assentamento permitindo a reprodução de relações sociais e de produção tipicamente camponesas, ele de certa forma, procura impor sua concepção de gestão e de organicidade sócio-político e econômica.

A pesquisa indicou que as experiências vivenciadas pelos antigos moradores (moradores de condição, sitiantes), atualmente camponeses assentados, são reproduzidas nas relações técnicas e sociais de produção, constituindo-se um legado do cultivo camponês que exerce, ainda hoje, forte influência na configuração do sistema produtivo no conjunto do assentamento.

Outra constatação relevante foi o fato de que parte dos camponeses associados não demonstra compromisso com a cooperativa, e o motivo de sua permanência como cooperado é o interesse imediato, ou seja, o econômico. Não há o entendimento de que a cooperativa pode funcionar como um espaço de luta e como um instrumento de viabilização da organização da produção, de representação de interesses e de fortalecimento no poder de barganha dos assentados. A idéia da implementação de uma cooperativa heterônoma, posto que segue diretrizes e projetos idealizados pelas lideranças nacionais do MST, nem sempre em consenso ou representando interesses e demandas dos camponeses assentados do Tiradentes, significou para os assentados a perda de autonomia produtiva e uma ameaça de destruição de elementos básicos do sistema de produção camponês.

A crise na Cooperat resultou na constituição de dois grupos políticos no interior do assentamento e na criação da APAAT, caminho alternativo pelo qual os assentados têm buscado defender seus projetos e a manutenção da relação camponesa com a terra. O projeto de compra direta com preço subsidiado pelo

governo federal via CONAB é um deles e de significativa importância na geração de renda dos assentados.

Já em relação à produção camponesa propriamente dita, constatamos que a diversidade e a combinação entre os sistemas produtivos e entre as unidades no conjunto do assentamento representam a própria forma de organização da vida camponesa, o que a diferencia das formas de exploração tipicamente capitalistas, como aquelas que se localizam no entorno do assentamento com base no assalariamento de bóias frias que trabalham nas usinas de cana-de-açúcar. A organização das unidades de produção no interior do assentamento revela a materialização da integração entre duas dimensões: produção econômica e reprodução social, sendo esta última a dimensão determinante da forma de organização, da divisão do trabalho, do uso da força de trabalho, da divisão dos frutos do trabalho e do sistema produtivo. Em outras palavras, a reprodução da vida e não do lucro determina a lógica e a forma de organização da produção camponesa.

Nessa forma de produção sobressaem-se relações coletivas e comunitárias mediadas pela identidade e coesão resultantes de trajetórias comuns de vida (o trabalho no campo, a luta e a resistência contra a expropriação capitalista) que engendram comportamentos de solidariedade entre as pessoas como os evidenciados nas práticas de ajuda mútua e trocas de dias de serviços entre as famílias camponesas. Decorre disso que as estratégias a que os pequenos produtores camponeses recorrem são as mais diferenciadas e buscam adequar as particularidades de cada unidade produtiva, as limitações econômicas, geográficas e climáticas, as oportunidades e restrições de mercado, os subsídios públicos às suas necessidades de reprodução. Em outras palavras, elas buscam manter o equilíbrio consumo-produção de que nos falava Chayanov. E, como afirmou Paulino (2003, p. 412), o marco na organização da produção camponesa sugere que a trama de relações não se esgota nos limites das propriedades individuais, nem tampouco no sentido econômico da atividade, mas em uma ordenação territorial coerente com as condições materiais e sociais de reprodução dessa classe.

Uma das limitações impostas aos assentados é a exigüidade de terras, sofrida, sobretudo, pelas famílias que sustentam diferentes gerações. A opção por concentrar os meios de produção e a força de trabalho no cultivo de uma cultura comercial principal, como a mandioca, leva em conta a limitação de terra, as características do solo quanto à fertilidade, a disponibilidade de água e a declividade do terreno, bem como as experiências acumuladas pela família nos cultivos e a versatilidade dos mandiocais.

Embora com sérias limitações, sobretudo, em relação ao seu baixo poder de capitalização (poupança que permita ampliar sua produção e seu padrão de renda), os assentados do Tiradentes vêm conseguindo preservar relativamente sua autonomia e a condição de camponês. Seus ganhos não significam apenas ganhos econômicos, mas, sobretudo, o controle do processo produtivo com base no trabalho e na propriedade familiar. Essa autonomia diferencia os camponeses das experiências de exploração vividas por outros pequenos produtores agrícolas, estes últimos subordinados à lógica da produção capitalista concretizada na venda assalariada da força de trabalho.

Como forma de avançar nas duas frentes do processo produtivo: a produção e a comercialização. Propomos como ações deliberadas pelos camponeses e que deve ser incorporado à gestão das instituições em atividade no interior do assentamento algumas atividades que pode contribuir para fortalecer e garantir aos produtores a reprodução familiar. Entre outras ações acreditamos que evitar interrupções na assistência técnica junto as unidades produtivas camponesas, ampliar o projeto de compra antecipada da CONAB a todos os camponeses assentados que queiram participar, fortalecer a diversidade produtiva local buscando desenvolver relações diretas entre os camponeses e os clientes e consumidores finais e desenvolver projeto piloto em uma unidade produtiva com foco na Agroecologia.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - Rio de Janeiro – Campinas: HUCITEC/ ANPOS/ UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **O Conceito de classe camponesa em questão**. São Paulo: Terra Livre, ano 19, v.2, n. 21, 2003.

ALVES, Eliseu R. de Andrade; VEDOVOTO, Graciela L. **A indústria do amido de mandioca**. Brasília/ DF: EMBRAPA Informação tecnológica, 2003.

AMARAL, Marina. A proposta do MST. **Caros Amigos especial**. São Paulo, ano 2003, nº 18, p. 4, 2003.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o homem no nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. **Lutas Camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1989.

BAMAT, Thomas; NETO, Genaro Ieno (orgs.). **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/ UFPB, 1998.

BETTO, Frei. **A mosca azul**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Ministério da Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **Programa Novo Mundo Rural**. Brasília, DF. 1999.

CARVALHO, Horácio Martins. **Formas de Associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1998. In: www.nead.org.br, acessado em Jun/ 2006.

_____. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999b. In: www.nead.org.br, acessado em Jun/ 2006.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ed. Nueva Vison, 1974. 262p.

_____. “Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas” In: **A Questão Agrária**. Silva, J.G. e Stolcke, V. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

CINTRA, Maria da Conceição Barbosa. **A trajetória dos trabalhadores rurais sem terra (MST) em Sergipe: 1985-1997**. Recife: Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, 1999 (Dissertação de Mestrado em Serviço Social).

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONCRAB. **Cooperativas de produção. Questões práticas**. Caderno de formação n. 21. São Paulo: CONCRAB/ MST, 1997.

_____. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. São Paulo: CONCRAB/ DENACOOOP, 1998.

_____. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)**. Caderno de cooperação agrícola n. 8. São Paulo: CONCRAB / MST, 1999.

_____. **As experiências clássicas de cooperação agrícola. Caderno das experiências históricas da cooperação nº 3**. São Paulo: CONCRAB, 2001.

DATALUTA: **Banco de dados da luta pela terra: relatório 2004**. Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente: NERA/ FCT/ UNESP, 2006.

EMBRAPA. **Instruções práticas para o cultivo da mandioca**. Cruz das Almas, BA: Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura Tropical, 1993.

ENGELS, Friedrich. “O problema camponês na França e na Alemanha”. In: **A Questão Agrária**. Silva, J.G. e Stolcke, V. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

FABRINI, João E. **O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato**. São Paulo: Terra Livre, n. 19, p. 75-94, 2002.

_____. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FAO. **Yuca. Perspectivas Alimentarias**. Itália: Roma, 2001.

_____. Disponível em FAO (2002). <http://apps.fao.org/cgi-bin/nph-db.pla> acessado em 10 de maio de 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra no**

Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999).** Tese de Doutorado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 1999.

_____. **Movimento social como categoria geográfica.** São Paulo: Terra Livre, 2000.

_____. “Vinte Anos do MST e a Perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula.” In: OLIVEIRA; MARQUES (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

FERREIRA, Márcio Reinaldo de Lucena. **Gestão compartilhada: Um Estudo de Caso da Experiência do “Pacto do Novo Cariri”.** Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. Orientadora: Márcia da Silva Costa. Depto. de Administração, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

FIBGE/ PNAD. **Paraíba.** Brasília: FIBGE, 1996.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Global, 1983.

GORGEN, F.S.A., STÉDILE, J.P.(Orgs.). **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.

HABERMEIER, Kurt. **Diagnóstico rápido e participativo da pequena produção rural: como fazer.** Recife: SACTES/ Centro Sabiá, 1995.

HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico.** México: Siglo Veintiuno Editores S.A., 1972.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/ 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IDEME. **Anuário Estatístico do Estado da Paraíba.** João Pessoa: IDEME, 2004.

INCAO, Maria Conceição de. **“O Bóia-Fria”: acumulação e miséria.** Petrópolis: Vozes, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Balanço da reforma agrária e da agricultura familiar 2001.** Brasília. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/reforma/recordes1.htm>>. Acesso em 20/04/2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Tiradentes (PDA).** João Pessoa: INCRA/ ATECEL (Associação Técnico-científico Ernesto Luiz de Oliveira Júnior), 2001.

JUSTO, Marcelo Gomes. **“Exculhidos”: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST.** Tese de Doutorado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KURT, Habermeier. **Diagnóstico rápido e participativo da pequena produção rural: como fazer.** Recife: SACTES / Centro Sabiá, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. “O capitalismo na Agricultura.” In: **A Questão Agrária.** Silva, J.G. e Stolcke, V. (org.). São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINHART, Robert. **Lênin, os camponeses, Taylor.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981.

_____. **Cooperativismo e reprodução camponesa.** São Paulo: Cortez, 1981.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** Lisboa: Editorial Estampa, 1970.

MARCOS, Valéria de. **Comunidade sinsei (u)topia e territorialidade.** Dissertação de mestrado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 1996.

_____. Reforma agrária & produção camponesa: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In: BAMAT, T., IENO NETO, G. (Org.) **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba.** João Pessoa: Unitrabalho/ UFPB, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A militarização da Questão Agrária no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

_____. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

_____. **A Chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Poder do atraso: ensaios de sociologia da historia lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1890.

_____. **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L & PM, 2001.

MÉDICI, Alberto. **Associativismo em assentamentos: modelos e impasses.** Araraquara: Rascunho/ FCL/ UNESP, n. 15, 1991.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília de R. F.; NETO, Genaro Ieno; TARGINO, Ivan. **Organização Interna dos assentamentos rurais da Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Quito: VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2006.

MST. **Construindo o caminho. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** São Paulo: MST, 1986.

_____. **Plano Nacional do MST: 1989 a 1993.** Caderno de formação n. 17. São Paulo: MST, 1989b.

_____. **Normas gerais do MST.** São Paulo: MST, 1989.

_____. A experiência do MST na Cooperação agrícola. In: GORGEN, F.S.A., STÉDILE, J.P. (Orgs.) **Assentamentos: resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **O que levar em conta para a organização do assentamento.** São Paulo: ANCA/ MST, 2002.

_____. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.** São Paulo: MST, 2006.

NÓBREGA, Ary de Souza. **Enciclopédia dos municípios paraibanos.** João Pessoa: Correio da Paraíba, 1976.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987, 88p. (Col. Princípios, 68).

_____. **Integrar para (não) entregar.** Campinas: Papirus, 1988.

_____. **A Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Barbárie e Modernidade: as Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, Associação dos Geógrafos brasileiros, São Paulo, nº 21, p. 113-156, 2003.

_____. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inês Medeiros Marques (orgs.) São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

Oliveira, Alexandra Maria de. **A contra-reforma do Banco Mundial e os camponeses no Ceará – Brasil.** Tese de doutorado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo: 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Vida – a geografia dos camponeses no norte do Paraná.** Tese de doutorado em Geografia Humana. Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Depto. de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo: 2003.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** São Paulo: Pioneira, 1966.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo em questão:** a trama das relações entre o projeto e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo - colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1953.

SANTOS, Elson Soares dos. **Inhame (Dioscorea spp): aspectos básicos da cultura.** João Pessoa: EMEPA, SEBRAE, 1996.

SCHNEIDER, João Elmo. "O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro." In: Maria Rita Garcia Loureiro (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – O velho e o novo em uma discussão marxista**. Petrópolis: Estudos CEBRAP, 1980.

SILVA, José Graziano da. **O Que é Questão Agrária**. 18º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

VEIGA, Jose Elí da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Revista de Estudos Avançados USP**. São Paulo: 15 (43), 2001. p.101-140.

VEJA. Veja On Line: **Reforma agrária em profundidade**. Disponível em <http://veja.abril.uol.com.br/idade/em_profundidade/index.html>. Acesso em 20/04/2006.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo – um guia prático**. Brasília: SAF / MDA, 2006.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOORTMANN, Ellen F. "O Saber Tradicional Camponês e Inovações." In: OLIVEIRA; MARQUES (Org.). **O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO – ASSENTAMENTO TIRADENTES (Amostra pré-definida de 25% do número total de 160 famílias assentadas)



UFPB
PPGA

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
www.ccsa.ufpb.br/ppga

Área de concentração : Gestão Organizacional
Linha de pesquisa : Organização e Recursos Humanos
Área temática : Relações de Trabalho

PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa faz parte do processo de produção da dissertação exigida pelo Departamento de Administração, para obtenção do título de Mestre em Administração, em cumprimento às exigências do Conselho Federal de Educação – C.F.E.

Assim sendo, gostaríamos de solicitar aos senhores (as) camponeses assentados pesquisados (as), do Assentamento Tiradentes, localizado no município de Mari, Estado da Paraíba, o comprometimento e a fidedignidade nas respostas, tendo em vista o trabalho final na temática “Entre a Contestação e a Superação: A produção camponesa no assentamento rural Tiradentes em Mari” culminará com a veracidade transmitida por vossas senhorias neste questionário.

O pesquisador, em nome do D.A./ C.C.S.A/ P.P.G.A./ U.F.PB., agradece.

GRUPO FAMILIAR

1.1 Dados Familiares/ Composição

Nº	Nome	Sexo	Idade	Grau de Escolaridade	Condição Familiar – relação com chefe (a) da família	Antes de se tornarem assentados onde morava?	Exercia que atividade antes de ser assentado?

1.2 Das condições da unidade produtiva familiar – características do sistema de divisão do trabalho e responsabilidades (ocupação da força de trabalho) na pequena produção – diferenças individuais.

1.2.2 Sem ocupação na unidade produtiva?

Quem não tem ocupação na unidade produtiva familiar?	Qual a ocupação?	Onde?	Em que época do ano?

1.2.3 Uso da terra

Tamanho da propriedade – Roçado mais Residência	Destino da área (%)				Recursos hídricos
	Infra-estrutura? (Cacimbão/caixa de água/cerca para criação/aviário/cocheira/casa de farinha e outros) relacionar a infra existente.	Produção pecuária	Produção agrícola	Presença de Mata na área do Lote	Há aproveitamento/uso de recursos hídricos (irrigação/pesca artesanal/comércio de água) de que forma é utilizado?

O tamanho do lote é suficiente para suprir as necessidades da unidade produtiva familiar? Sim () Não ().

Por quê razão o tamanho da propriedade não é suficiente?

.....

.....

.....

.....

1.2.4 Produção animal

Qual a criação? (quantidade)	De que forma?		O que produz? Especificar	
	solta/ extensiva	intensiva/ confinada	In natura	Beneficiado

1.2.5 Produção agrícola

Roçado de que?	Quanto plantou? (ha)	Faz consórcio? Com que?	Utiliza equipamentos/ferramentas? especificar		Faz rotação com que?	Aplica adubo sintético?	Aplica veneno ?	Que outros tratos culturais faz(roçar, capinar, poda, adubação, distoca)?
			É própria?	De quem?				

Tem Reserva florestal em seu lote ? Sim () Não (). Qual a área?

.....

.....

Faz manejo florestal?

.....

.....

1.2.6 Utilização da produção

Produção (in natura ou beneficiada)	Quantidade/hectare (Saca/Ton/unidade)	Época do ano em que é colhida	Quanto é consumido na unidade produtiva familiar(%)?	Quanto vende (%)?	Quem compra a produção?	Qual o preço pago (R\$)?

2. GRUPO DE EMPRESAS SOCIAIS - Das formas organizacionais presentes no assentamento Tiradentes.

Faz parte da associação ou da cooperativa? A () C ()

Se for associado da associação pular para nº 2.11.

De quem partiu o convite para entrar na cooperativa? O que o motivou?

.....

Lembra-se do primeiro presidente e vice-presidente da cooperativa? Qual o nome da cooperativa, você sabe?

.....

Já acessou algum financiamento/ crédito/ benefício – investimento/ custeio pela cooperativa? Sim () Não ().

Finalidade

Valor (R\$)

Ano de acesso

Carência de pagamento

Recebeu todo? Sim () Não (). Quantas parcelas faltam?

.....

A cooperativa lhe oferece algum serviço (*comercialização/ empréstimos*(R\$) - recursos próprios ou intermediação de recurso oficial) *insumos*(sementes/ adubos/ veneno/ crédito)/outros ?

.....

2.6 Quanto à natureza da cooperativa: () Serviços – consumo/crédito/escolas

() De produção

() De trabalho.

2.7 O que representa a cooperativa pra você?

.....

2.8 Em que mês houve as duas últimas assembleias da cooperativa? Você participou? Caso tenha sido alguém da família, quem.

.....

2.9 Você lembra o que foi discutido na última reunião?

.....

2.10 Há coletivização dos meios de produção(terra/ instrumentos de trabalho) ? Sim () não (). O que é coletivo entre os cooperados no assentamento?

.....

2.11 Já fez parte da cooperativa? Sim () Não (). Caso tenha se desligado da cooperativa em que ano ocorreu?

.....

2.12 Quando pertencia à cooperativa alguma vez recebeu informações sobre prestação de contas? Quem repassava a informação e de quanto em quanto tempo?

.....

2.13 Por que motivo saiu da cooperativa?

.....

2.14 Que grupo decidiu fundar a associação? Quantas pessoas participavam deste grupo?

.....

2.15 O que é a associação pra você e como ela tem contribuído na vida da família?

.....

2.16. Você conhece algum associado da APAAT que seja militante no MST? Quais, cite-os.

.....

2.17 Em que ano/ mês você começou a fazer parte da associação? Como soube da existência da associação?

.....

Já acessou algum benefício pela associação? Sim() Não().

Finalidade(fomento/habitação/pronaf)

Valor (R\$)

Ano de acesso

Carência de pagamento

Alguém da associação já lhe procurou pra realizar cursos de capacitação técnica e de intercâmbio? Quando e quem.

.....

Você sabe qual o nome da associação? Sim () Não ().Qual é?

.....

Quem é o presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro atual da associação?

.....

Quantas reuniões da associação neste semestre você ou alguém da família já participou? Caso tenha sido alguém da família, quem?

.....

O que foi discutido na última reunião?

.....

Qual o valor da contribuição pago à associação? Você sabe pra que serve esta contribuição? Já precisou utilizar alguma vez.

.....

